

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

Amanda dos Santos Andrade

A CONSTRUÇÃO DO ETHOS COMO ESTRATÉGIA ANTICAPACITISTA:
um estudo embasado na Teoria *Crip*

Recife
2024

AMANDA DOS SANTOS ANDRADE

**A CONSTRUÇÃO DO ETHOS COMO ESTRATÉGIA ANTICAPACITISTA:
um estudo embasado na Teoria *Crip***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Linguística, sob orientação do Prof. Dr. Iran Melo (UFPE).

Recife
2024

.Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Andrade, Amanda dos Santos.

A construção do ethos como estratégia anticapacitista: um estudo embasado na Teoria Crip / Amanda dos Santos Andrade. - Recife, 2024.

105f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Programa de Pós-graduação em Letras, 2024.

Orientação: Iran Ferreira de Melo.

1. Teoria Crip; 2. Discurso; 3. Deficiência. I. Melo, Iran Ferreira de. II. Título.

AMANDA DOS SANTOS ANDRADE

**A CONSTRUÇÃO DO ETHOS COMO ESTRATÉGIA ANTICAPACITISTA:
um estudo embasado na Teoria *Crip***

Dissertação apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal de Pernambuco, para a obtenção do grau de Mestra em Linguística, sob orientação do Prof. Dr. Iran Melo (UFPE).

Aprovado em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Iran Ferreira de Melo
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Prof. Dr. Sonia Virginia Moreira (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Prof. Dr. José Amaro da Costa (Examinador Externo)
Universidad Nacional de Rosario - Argentina - UNR

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus por ter me concedido a oportunidade de estar viva e por ter conservado meu intelecto pós-AVCi.

Ao meu orientador pela confiança, paciência, ensinamentos e amizade.

Aos meus pais por sempre acreditarem em mim.

Aos professores(as) do Departamento de Letras que contribuíram imensamente para minha chegada até aqui.

Ao meu esposo que sempre apoiou e incentivou cada decisão minha.

A Ian, meu anjo, que partiu aos sete meses de gestação em 2023.

Ao meu bebê que gesto neste momento por me motivar a concluir essa etapa da minha vida.

Ao meu cachorro Haroldo, que se manteve deitado aos meus pés durante as horas que passei digitando.

Ao meu gato Calvin, que me encheu de pelo e afeto durante esses meses.

Os meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

O presente trabalho busca analisar como a construção do *ethos* influencia na tentativa de desconstruir o capacitismo. Para tanto, serão utilizados discursos de pessoas com deficiência (PcDs) extraídos do canal TED/TEDX, da plataforma *online Youtube*. Sabe-se que essas pessoas, em seus discursos, têm como principal objetivo desconstruir a imagem abjeta que a PcD possui na sociedade. Assim, nos propusemos a estudar como a construção de si no discurso sustenta essa luta no discurso contra a abjeção. Consideramos, para isso, o discurso como uma ferramenta ideológica para desconstrução do poder, como proposto por Fairclough (2001), e também o desdobramento da Teoria *Queer/Crip*, fundamentada por McRuer (2021) como estratégia de utilização do discurso negativo do algoz como forma de enfrentamento social. Como parte da fundamentação, nós nos apoiamos em Amossy (2015) e nas noções de Mangueneau (2014) sobre a construção do *ethos*. Segundo os autores, o *ethos* discursivo não é uma estratégia que pode ser aplicada facilmente por meio de regras pré-existentes, ele se constrói no decorrer do discurso por meio de colocações implícitas na enunciação do fiador. Por esse motivo que se faz necessário utilizar a teoria da Análise Crítica do Discurso (ACD) como pano de fundo que dará sustento às implicações sociais sutilmente desenvolvidas nos discursos. Para tanto, analisaremos os discursos produzidos, buscando neles indícios de representações de si, com base na semântica, para compreendermos como o *ethos* se constitui neles, para que possa ser desconstruído o estereótipo de que a PcD é incapaz. A princípio, acreditávamos ser inquestionável a ideia de que a uma PcD pudesse, de alguma forma, querer se aproximar do padrão social pregado como ideal. Porém, depois de analisarmos os discursos individualmente e compará-los, percebemos que um se aproximava mais da ideia de se superar para alcançar um novo patamar social que os outros dois. Numa primeira impressão não há nada de inofensivo nesses discursos, mas com a leitura deste estudo, espero que a problemática da assimilação se faça evidente pra você. Percebemos, portanto, que Rosana Bastos é a locutora que mais tenta se assimilar ao ideal de normal pregado pela sociedade, enquanto que Guilherme Bara apresenta um discurso que o coloca num nível médio de assimilação e, por fim, Nathalia Blagevitch é a que mais se distancia dessa tentativa. Nesse sentido, entendemos como satisfatória a tentativa de desconstruir o capacitismo por meio do discurso.

Palavras-chave: Discurso; Ethos; Teoria *Crip*; ACD.

ABSTRACT

The present work seeks to analyze how the construction of ethos influences the attempt to deconstruct ableism. To this end, speeches by people with disabilities (PwDs) extracted from the TED/TEDX channel of the online platform Youtube will be used. It is known that these people, in their speeches, have as their main objective to deconstruct the abject image that PwD has in society. Thus, we set out to study how the construction of the self in discourse sustains this struggle in discourse against abjection. To this end, we consider discourse as an ideological tool for the deconstruction of power, as proposed by Fairclough (2001), and also the unfolding of the Queer/Crip Theory, based on McRuer (2021) as a strategy for using the negative discourse of the executioner as a form of social confrontation. As part of the foundation, we rely on Amossy (2015) and Mangueneau's (2014) notions about the construction of ethos. According to the authors, the discursive ethos is not a strategy that can be easily applied by means of pre-existing rules, it is constructed in the course of the discourse through implicit statements in the guarantor's enunciation. For this reason, it is necessary to use the theory of Critical Discourse Analysis (CDA) as a background that will support the social implications subtly developed in the discourses. To this end, we will analyze the discourses produced, looking for signs of self-representations in them, based on semantics, in order to understand how the ethos is constituted in them, so that the stereotype that PwD is incapable can be deconstructed. At first, we believed that the idea that a PwD could, in some way, want to get closer to the social standard preached as an ideal was unquestionable. However, after analyzing the discourses individually and comparing them, we realized that one was closer to the idea of overcoming oneself to reach a new social level than the other two. At first glance there is nothing harmless in these discourses, but with the reading of this study, I hope that the problem of assimilation will become evident to you. We perceive, therefore, that Rosana Bastos is the speaker who most tries to assimilate herself to the ideal of normal preached by society, while Guilherme Bara presents a discourse that places him at a medium level of assimilation and, finally, Nathalia Blagevitch is the one who distances herself the most from this attempt. In this sense, we understand the attempt to deconstruct ableism through discourse as satisfactory.

Keywords: Speech; Ethos; Crip Theory; ACD.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Capa da revista The Nation, de 21 de abril de 1997	25
Figura 2 – Concepção tridimensional do discurso	35
Figura 3 – Reta numérica de números inteiros e os graus de assimilação	67

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Objeto de estudo	13
Quadro 2 – Sintetização da teoria da representação de Norman Fairclough	46
Quadro 3 – Evolução do conceito de deficiência	77
Quadro 4 – Evolução das percepções heroicas de Rosana Bastos	84
Quadro 5 – Evolução das percepções sobre condição da PcD na sociedade de Guilherme Bara	86

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	A EMERGÊNCIA DOS ESTUDOS <i>CRIP</i>	14
2.1	O CORPO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E SUAS SIGNIFICAÇÕES	16
2.2	TEORIA <i>CRIP</i>	18
3	ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO	31
3.1	ABORDAGEM HISTÓRICA SOBRE A ACD	32
3.2	TEORIA TRIDIMENSIONAL DO DISCURSO POR FAIRCLOUGH	33
3.2.1	Discurso e representação	41
4	O <i>ETHOS</i> DISCURSIVO	48
5.	TRANSCRIÇÃO E PRIMEIRAS IMPRESSÕES DO <i>CORPUS</i>: PRIMEIRA INTERVENÇÃO METODOLÓGICA (PARAGRAFAÇÃO)	51
5.1	DISCURSO 1: Precisamos falar sobre capacitismo Rosana Bastos	52
5.2	DISCURSO 2: na conversa do respeito e da inclusão, todos somos heróis e vilões Guilherme Bara	58
5.3	DISCURSO 3: A eficiência na deficiência: tipos de movimento Nathalia Blagevitch	63
5.4	ANÁLISE DO <i>CORPUS</i>	66
5.4.1	O corpus e o modelo tridimensional de Fairclough	71
5.4.1.1	Materialidade discursiva: os textos	71
5.4.1.2	Análise discursiva	76
5.4.1.2	Análise da prática social	82
5.4.2	A concepção de herói/heroína nos discursos e do ideal de sucesso	84
5.4.3	A construção do ethos como estratégia de reflexão e desconstrução do capacitismo	91
5.4.4	Os discursos e seus graus de assimilação ao padrão “normal” da sociedade	99
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
	REFERÊNCIAS	101

1 INTRODUÇÃO

Durante toda a minha vida, deparei-me pouquíssimas vezes com pessoas com deficiência (PcD), e o resultado disso foi o estranhamento que sentia todas as raras vezes em que esbarrava em uma PcD. Num dado momento de minha vida, sofri um acidente vascular cerebral (AVC) e, como consequência, perdi toda a movimentação do meu lado esquerdo, inclusive toda a força de tronco. Após três meses na cadeira de rodas, voltei a andar com grande dificuldade e pouca funcionalidade. Passados três anos do acidente, a seqüela de hemiparesia do lado esquerdo do corpo ainda tinha ficado. Afastada temporariamente por incapacidade, pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), e como professora de coração e formação, pensei e repensei inúmeras vezes sobre voltar às salas de aula. Como será a recepção dos estudantes: vão me respeitar? Terei crédito?

Sem querer, eu já conseguia entender o que um corpo aleijado era capaz de fazer: reduzir você à sua deficiência. Não é à toa a censura ao termo “pessoa deficiente”, afinal, o detentor da deficiência não é somente a deficiência, não podendo ser reduzido a ela.

Nesse processo de aceitação, vasculhei em minhas memórias lembranças da experiência com algum(a) professor(a) deficiente que eu já teria tido, mas não encontrei nenhuma — faltaram-me referências para poder lidar mais facilmente com essa nova situação. Mais um pouco e me descobri capacitista de mim mesma, ao mesmo tempo em que passei a sentir revolta com a falta de acessibilidade de alguns lugares, o que me provocou a seguinte reflexão: o mundo não é para PcDs, ele é formulado para que PcDs não existam, para que se escondam e se refugiem nos cômodos de suas casas. Por isso, encontrar com PcDs nas ruas é algo tão raro e estranhável. Tornaram-se invisíveis, porque foram obrigados, pela falta de acessibilidade, a isso.

Em síntese: de um dia para noite, tornei-me uma pessoa com deficiência, sem referência e sem acessibilidade. Optei, nesse contexto, por não me esconder e não mereço, por isso, um rótulo de vencedora, como de quem participa e ganha uma competição. Fiz apenas o que todas as pessoas com vida fazem: continuei a viver. Ainda hoje vivo o processo de aceitação e me incomoda os olhares das pessoas para o meu andar ou minha órtese¹, e assim nasce o interesse pelo estudo dos corpos abjetos e do discurso.

Aparentemente, entre discurso e corpo, não há relação alguma. No entanto, com uma simples pergunta, estreitamos a relação entre eles: tem mais valor o discurso de um preto ou de

¹ Órtese é um aparelho da ortopedia que auxilia na mobilidade, seja no membro inferior ou superior.

um branco? Tem mais valor o discurso de uma pessoa hétero cis ou de uma pessoa LGBTQIA+? Tem mais valor o discurso de uma pessoa não deficiente ou de uma pessoa com deficiência? O corpo, na sociedade, fala, transmite um significado, e um discurso proferido por ele pode ter mais — ou menos — valor, a depender de como ele performa.

O corpo aleijado busca por não abjetificação — não por naturalização. Entende-se como corpo abjeto o corpo precário, que não performa capacidade, um corpo para o qual não há lugar definido. Segundo o Dicionário Aurélio (2012), um corpo abjeto seria um corpo desprezível. Para a Psicanálise, um corpo deficiente seria abjeto, na medida em que, como explica Fédida (1984), mexe com as bases de nossa existência. Em concordância com essa concepção Andrade & Sólera (2006, p. 86) explicam que:

[...] a imagem do deficiente nos devolve a imagem de nossa experiência pessoal primitiva de corpo fragmentado, experiência esta 'excluída' da imagem especular com [...] uma primeira formação do eu, representante do sujeito do inconsciente.

Não é minha pretensão aprofundar-me em questões psicanalíticas, até para evitar que o receio de Fédida (1984), de tornar a psicanálise um discurso acompanhante de qualquer outro discurso, se torne verdade neste estudo. No entanto, creio que é válida toda ciência capaz de dar suporte para a compreensão de como a deficiência é lida por quem a tem e pela sociedade em geral.

É nesse sentido que serão analisados discursos que buscam pela não abjetificação do corpo, a fim de que esse corpo seja visto não como natural/normal (porque, de fato, se não segue o padrão tido como normal, o corpo aleijado nunca o será), mas sim como um corpo comum. O discurso, nesse cenário, torna-se uma arma utilizada pelas minorias contra a opressão à sua existência. Opressão essa, muitas vezes, mascarada pela lei de cotas ou por meia entrada em alguns locais. Digo mascarada porque se apresentam como um privilégio social, e não como um direito oferecido a uma minoria marginalizada.

Dissertar sobre a PcD é lembrar que ela existe. Reconhecer que o discurso é uma prática social é admitir que ele pode agir sobre o mundo, modificando formas de pensar e atitudes. Assim, de maneira bem pragmática “dizer é fazer!”.

Embora com pouco material acessível e com poucos estudos que servissem de suporte para um estudo sobre PcD (já que os estudos sobre esse grupo são da área da saúde e não apresentam as PcDs como autoras); embora a principal obra sobre Teoria Crip² só exista em

² A Teoria Crip diz respeito a um estudo sobre como o corpo da Pessoa com Deficiência (PcD) é tratado e significado pela sociedade.

Língua Espanhola e embora não tenhamos encontrado trabalhos sobre o discurso capacitista e/ou anticapacitista, propusemo-nos desenvolver um estudo sobre o discurso anticapacitista que se enquadra na análise crítica do discurso, uma vez que esta “é a análise das relações dialéticas entre semioses (inclusive a língua) e outros elementos das práticas sociais” (Fairclough, 2012, p. 309). Aplicando esse conceito a esta proposta, entendemos que o corpo, atrelado à língua, são semioses que, ao atribuirmos sentido, produzem discurso. Esse corpo descapacitado, como aponta McRuer (2021), em sua Teoria Crip, desestrutura a noção social de normalidade, e mais: reforça o estereótipo de normal, já que só existe o capacitado por existir, em contrapartida, o descapacitado. Mas, afinal, o que é o normal?

Em tese, um corpo normal é aquele que performa as funções naturais de todas as partes do corpo. Assim, pernas são para andar, boca para falar — e falar de forma compreensível —, e assim por diante. Ao desestabilizar essa lógica, o corpo descapacitado torna-se abjeto. Estudar discurso e deficiência é fazer pesar a balança da desestabilidade no *status quo*, provocando reflexão e, assim, mudança.

Fonseca (2014), citando Orlandi, explica que o discurso não é somente uma mensagem transmitida, mas sim a produção de efeito de sentidos entre interlocutores. A língua, desse modo, materializa o discurso. “Portanto, o objeto discurso surge em ‘cada prática discursiva’” (Fonseca, 2014, p. 374).

É seguindo essa perspectiva que nos propomos a analisar palestras de discursos de resistência de pessoas com deficiência, que contenham em seus títulos uma das seguintes palavras-chave: inclusão, acessibilidade, capacitismo, anticapacitismo ou deficiência. Dessa forma, buscamos compreender como é construída a busca pela não abjetificação dos seus corpos, por meio do discurso. Esses discursos são extraídos do canal de uma organização sem fins lucrativos que se dedica ao tema “ideias que merecem ser compartilhadas”: TEDx talks. O canal se encontra na plataforma Youtube, tem 40,9 milhões de inscritos³ e traz abordagens que discutem acerca do lugar da pessoa com deficiência.

É importante destacar que inclusão e acessibilidade se complementam, mas não são sinônimas. Rodrigues (2002) explica que esta se direciona às condições físicas de um espaço para que neste seja possível a livre circulação de pessoas com e sem deficiência, trata, portanto, da garantia de autonomia das PcDs. Já aquela se preocupa com a atuação das PcDs em todos os espaços, para que assim sejam, de fato, cidadãos ativos e corpos políticos na sociedade.

³ Informação do mês de junho do ano de 2024.

Visto que no princípio dessa proposta tínhamos separado 13 vídeos que aparentemente tratavam sobre inclusão, ao analisarmos cada um, decidimos utilizar como fatores de exclusão os seguintes critérios, nesta sequência: i) palavras-chave supracitadas; ii) produção dentro dos últimos cinco anos; e iii) palestrante PcD. Esses critérios foram aplicados para que os textos para análise se enquadrassem o máximo possível na temática, além do fato de que acredito e apoio a ideologia “nada sobre nós, sem nós”. Aplicados esses critérios, de 13 vídeos iniciais, restaram três. A principal causa da exclusão de 10 vídeos é porque, neles, os palestrantes não PcDs falavam pelos Pcds. Os vídeos selecionados estão descritos no quadro a seguir.

Quadro 1 – Objeto de estudo

Ano	Título	Autor	Link de acesso
2022	Discurso 1: Precisamos falar sobre capacitismo	Rosana Bastos	TEDxBeloHorizonte (https://www.youtube.com/watch?v=DyizBjIqu bE)
2020	Discurso 2: Na conversa do respeito e da inclusão, todos somos heróis e vilões	Guilherme Bara	TEDxCampinas (https://www.youtube.com/watch?v=GURgzMc TgrA)
2019	Discurso 3: A eficiência na deficiência: tipos de movimento	Nathalia Blagevitch	TEDxDanteAlighieriSchool (https://www.youtube.com/watch?v=k8_vgZvF 8LA)

Fonte: elaborado pela autora (2024).

Por fim, este estudo se dividirá em quatro capítulos: o primeiro, dedicaremos aos estudos *crip*, pensando sobre seus fundamentos e sobre sua importância para o aceitação e convívio das diferenças; o segundo, aos estudos da Análise Crítica do Discurso, buscando o entendimento da relevância social da teoria e como ela será utilizada como alicerce para nossa análise; o terceiro, ao Ethos que trata da construção da imagem de si por meio do discurso; e, o último, à análise do *corpus*, no qual esmiuçaremos os discursos a fim de fazer emergir questões sociais aparentemente inexistentes.

2 A EMERGÊNCIA DOS ESTUDOS *CRIP*

Os estudos *queer*, conforme explica Leandro Colling (2007), objetivam utilizar o discurso do opressor contra ele mesmo, de modo que as ofensas proferidas àquelas pessoas que quebram a heteronormatividade não as atinjam, mas sejam ressignificadas. Portanto, grosso modo:

A proposta é dar um novo significado ao termo, passando a entender *queer* como uma prática de vida que se coloca contra as normas socialmente aceitas. Neste sentido, um dos maiores esforços reside na crítica ao que se convencionou chamar de heteronormatividade homofóbica, defendida por aqueles que veem o modelo heterossexual como o único correto e saudável. Por isso, os primeiros trabalhos dos teóricos *queer* apontam que este modelo foi construído para normatizar as relações sexuais. Assim, os pesquisadores e ativistas pretendem desconstruir o argumento de que sexualidade segue um curso natural (Colling, 2007, p. 1).

Levando em consideração que os estudos *crip* têm sua base nos estudos *queer*, é necessária a compreensão de que estes funcionam como um meio de questionar as definições de identidades que foram internalizadas e padronizadas no decorrer do tempo. De modo geral, como explica Souza (2018), a expressão *queer* ganhou uma significação voltada para a instabilização de identidade, uma vez que busca provocar e questionar o que tem se entendido como normal e por qual motivo o que foge dessa “normalidade” é enxergado como abjeto — esses questionamentos se dão especialmente às questões de gênero e sexualidade. Ao partir do binarismo homo/heterossexualidade, a teoria *queer* busca problematizá-lo, a fim de entender como essa dicotomia tem servido de base para a garantia hegemônica de um grupo dominante. Não obstante, conforme aponta Melo (2020), a abordagem de estudos *queer* vem influenciando diferentes campos de conhecimento. Carrie Sandahl (2003, p. 26), uma das precursoras do termo *crip*, postula que *queer* e *crip* compartilham uma história de injustiça:

[...] ambos foram patologizados pela medicina; demonizado pela religião; discriminados na habitação, no emprego e na educação; estereotipado na representação; vitimados por grupos de ódio e isolados socialmente, muitas vezes em suas famílias de origem.⁴

Assim, ao mesclar os estudos *queer* com os discursos sobre deficiência, Mc Ruer (2021) propõe uma abordagem definida como *crip*. Da mesma forma como o termo *queer*, o *crip* passa

⁴ No original: “both have been pathologized by medicine; demonized by religion; discriminated against in housing, employment, and education; stereotyped in representation; victimized by hate groups and isolated socially, often in their families of origin”.

por um processo de ressignificação, explicado por Melo (2020, p. 5) como contrabando discursivo que “consiste num exercício de recategorização semântico-pragmática do insulto. Ele serve para positivar o que é negativado no contexto da abjetificação típica ‘de uma matriz de inteligibilidade cultural’”.

O contrabando discursivo quer que, embora uma fala possa insultar e rebaixar, esta mesma fala também seja uma forma de reconhecimento, de constituição de identidade, podendo ser usada como contragolpe, mostrando como o poder combativo da linguagem reside em sua natureza insubordinada e dinâmica e em sua capacidade de se apropriar de palavras que normalmente ferem, desarmando-as. *Crip* é derivado de *cripple*, que, em português, significa *aleijado*. Assim, eu, pessoa com deficiência, ao me identificar como *crip*, ressignifico a pejoratividade contida no termo, utilizando o discurso do algoz contra ele mesmo, pois o que deveria me ofender não ofende. Nessa atitude, afirmo “não sou o que você me chama, nem sou igual à sua norma, sou sim o que você repudia” (Melo, 2022, p. 7).

Em sua obra *Teoria Crip*, Robert McRuer (2021, p. 7) se propõe a fundamentar o *crip*, e adverte, logo na introdução, que:

A deficiência (em sua mutabilidade, sua potencial invisibilidade, sua potencial relação com a temporalidade e sua grande variedade) é um elemento particularmente difícil de introduzir em qualquer análise combinada, não porque seja tão distinta da sexualidade, classe social, raça, gênero e idade, mas porque está sempre entrelaçada de forma muito complexa com tudo o mais.⁵

Ao nos propormos a analisar o par binário capacidade/incapacidade e como ele é reforçado por meio do discurso, devemos partir da significação atribuída ao corpo. Para tanto, visitaremos o conceito de performatividade, desenvolvido por Judith Butler (2018), e algumas reflexões psicanalíticas sobre a deficiência.

⁵ No original: “la discapacidad (en su mutabilidad, su invisibilidad potencial, su relación potencial con la temporalidad y su gran variedad) es un elemento particularmente difícil de introducir en cualquier análisis combinado, no porque sea muy distinto de la sexualidad, la clase social, la raza, el género y la edad, sino porque siempre está entrelazada de forma muy compleja con todo lo demás.

2.1 O CORPO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E SUAS SIGNIFICAÇÕES

De acordo com dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁶ em 2021, pelo menos 45 milhões de brasileiros têm algum tipo de deficiência, o que equivale a 24% da população do país. Desse número, 7,8 milhões (ou 3,8%) da população acima de dois anos apresenta deficiência física nos membros inferiores, enquanto 7,5 milhões apresentam nos membros superiores. É um número considerável, mas onde estão essas pessoas?

A pessoa com deficiência existe, embora as condições físicas e sociais não sejam tão acessíveis para a sua existência. No entanto, a PcD tem uma luta maior, que não se resolve somente com acessibilidade e Lei de Cotas (Brasil, 2012): é a luta pela não abjetificação do seu corpo.

Em seu ensaio *Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista*, Judith Butler (2018) aponta algumas reflexões sobre corpo e identidade para este estudo. Trazendo a discussão de gênero para o âmbito da deficiência, podemos afirmar que, no caráter performativo do corpo com deficiência, reside a possibilidade de questionar sua condição reificada. O que quero dizer com isso é que, ao ter as partes do seu corpo performando diferentemente do natural, tem-se, no corpo com deficiência, a possibilidade de entender e questionar as construções sociais formadas acerca desse corpo. Citando Beauvoir e Merleau-Ponty, Butler (2018, p. 4) explica que:

[...] o corpo é compreendido como um processo ativo de corporificação de certas possibilidades culturais e históricas, um processo complexo de apropriação que toda teoria fenomenológica da corporificação precisa descrever. Dizer que o corpo é um conjunto de possibilidades significa que a) a sua aparição no mundo, do ponto de vista da percepção, não é determinada por nenhum tipo de essência interior; e b) a sua expressão concreta no mundo assume e torna específico um conjunto de possibilidades históricas. Existe, portanto, uma agência que consiste no processo de tornar tais possibilidades determinadas. Essas possibilidades, por sua vez, são necessariamente limitadas pelas convenções históricas presentes. O corpo, portanto, não é uma materialidade idêntica a si mesma ou meramente factual: o corpo é uma materialidade que assume significado, e que assume significado de maneira fundamentalmente dramática. Por dramática, quero dizer apenas que o corpo não é meramente matéria, mas uma materialização contínua e incessante de possibilidades. Não se é simplesmente um corpo, mas, em um sentido absolutamente fundamental, faz-se o próprio corpo e, é claro, cada um faz seu corpo de modo diferente de seus contemporâneos, e também de seus antecessores e sucessores corporificados.

Nesse contexto, entendemos que o corpo é uma situação histórica. O significado atribuído a ele dependerá das significações dadas àquela forma de performar específica que

⁶ Reportagem completa disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/20551-pessoas-com-deficiencia.html>. Acesso em: 11 jun. 2024.

constitui o "eu", nem sempre real, mas definido pelo seu performar. É nessa direção que surge a rejeição do corpo com deficiência. Assim, Butler (2018) postula que esse corpo se torna abjeto por ser diferente.

Segundo o Dicionário Aurélio (2012), abjeto se caracteriza pelo que é desprezível. Na nossa sociedade, o corpo deficiente é abjeto por ser um corpo interpretado como incapaz, que não performa naturalidade e que, por isso, altera nosso equilíbrio mental do que entendemos por “normal”. Esse corpo, ao querer se posicionar como um corpo social e político, movimentando as bases da nossa existência, desmantelando a racionalidade. A já citada Judith Butler (2018) postula que o corpo é construído de acordo com sua forma de performar. No caso da PcD, tem-se um corpo performando funções distintas das naturais. Pernas que não andam, mãos que não pegam etc. são marcas de um corpo com deficiência, lido, por isso, como incapacitado.

Andrade & Sólera (2006), em seu estudo *A deficiência como um “espelho perturbador”*: uma contribuição psicanalítica à questão da inclusão de pessoas com deficiência, apontam para questões psicanalíticas inerentes ao homem e que o constituem tal como ele é. Os autores explicam que, ao nos reconhecermos como seres humanos funcionais, inteiramente capacitados, colocamo-nos no lugar do que é ideal. A imagem da deficiência perturba, porque, de algum modo, ela aponta para o corpo ideal, denunciando-o como inalcançável. Em outras palavras:

[...] a constituição do ser humano, como sujeito da linguagem, está marcada por essa alienação primordial imaginária no eixo a___a (eu___mim), isto é, pela imagem especular a partir da qual ele se estrutura e se aliena, pois nos reconhecemos inicialmente em uma imagem [eu ideal] que não corresponde ao corpo fragmentado que experimentamos. Assim, se a imagem do deficiente perturba é porque ela devolve, em espelho, a imagem da deficiência, vivida por cada um, e que o corpo é testemunha (Andrade; Sólera, 2006, p. 86).

Porto (2016) e Fédida (1984), seguindo por uma abordagem freudiana, explicam que a deficiência nos faz encarar a imagem do primeiro eu, já abandonada e esquecida por nós: “uma angústia primitiva pela qual o sujeito reconhece novamente uma parte de si abandonada há muito tempo, que foi despertada a partir de determinados traços observados no outro” (Porto, 2016, p. 158). Andrade & Sólera (2006), embora aceitem esse apontamento do inconsciente, fundamentam sua pesquisa nos estudos de Lacan sobre real, simbólico e imaginário. Os autores explicam que a materialidade do corpo se encontra numa zona inacessível e irrepresentável, o real, e é a partir dele que nasce o simbólico e as significações em torno do eu e do corpo. Assim:

Dizer que nosso corpo testemunha uma alienação a partir da qual o [eu] se constitui significa, portanto, dizer que nossas experiências de corpo fragmentado, de impotência motora e de dependência inicial frente ao desamparo que nos encontramos ao nascer ficam em nós como marcas, não simbolizadas. Essas marcas da ordem do real formam uma “escrita” que “insiste” constantemente em entrar na cadeia simbólica, processo onde a angústia tem uma ação marcante. Se esse é um processo de desvendamento constante, que ocorre na subjetividade do ser vivo e é externado na repetição e através dela, a situação de análise, no jogo da transferência que aí se instala, é um lugar privilegiado para surpreendê-lo e um recurso maior para o trabalho do psicanalista. O encontro com o Real produz sempre a angústia de castração. É nesse sentido, primeiramente, que a imagem da deficiência perturba. No encontro com o deficiente vimos emergir “isso” que é da ordem do Real, ou seja, marcas da nossa própria debilidade e da nossa impotência que ficaram excluídas da imagem pela qual o sujeito se reconhece (Andrade; Soléra, 2006, p. 87-88).

Mesmo que a deficiência envolva questões psicológicas, seria imprudente desconsiderar a construção ideológica dela na sociedade. Fédida (1984) já mostrava preocupação com que a psicanálise fosse utilizada de forma secundária em estudos sobre a deficiência. No entanto, toda abordagem que busque compreender como a deficiência é lida pela PcD e pela sociedade, mesmo que psicanalítica, será bem recebida nesta proposta, porém não suficiente para um trabalho que busque seguir por um caminho que estude o discurso como construção social. Assim, para compreendermos as construções culturais da incapacidade, utilizaremos a teoria *crip* proposta por McRuer (2021).

2.2 TEORIA CRIP

Como supracitado, derivado de *cripple*, que, em português, significa *aleijado*, a expressão *crip* foi utilizada por McRuer (2006) como uma forma de construir um enfrentamento ao que é tratado como pejorativo. Seguindo a mesma lógica do termo *queer*, essa expressão “constituía/constitui um xingamento contra pessoas que mostram fissuras nos sistemas de reconhecimento disponíveis” (Borba, 2020, p. 10), mas foi ressignificada — uma estratégia de contrabando discursivo.

Magnabosco e Souza (2019) explicam que a teoria aleijada se dirige para aquilo que se encontra em desacordo com o que é tido como normal, como corpo ideal, dominante, e busca, principalmente, desconstruir os binarismos — como capacitado/não capacitado —, apontando-os como não normais, construídos social e politicamente e hierarquizados. Para os autores, devemos questionar as bases:

[...] que reforçam a estigmatização e a opressão, explicitando seus mecanismos de penetração e perpetuação sociais, bem como trazer à visibilidade as identidades

dissidentes, que não se encaixam nos padrões propagados pelas ideologias hegemônicas (Magnabosco; Souza, 2019, p. 10).

A caracterização do corpo capaz é uma construção capitalista, situada a partir do quanto potente um corpo é para o trabalho. Assim, os padrões de performatividade são perseguidos e desejados, e o corpo lido como incapaz é abjetificado. A questão é que a capacidade total do corpo é uma busca pelo ideal, portanto, está no campo do idealizado, não é algo, de fato, alcançável. Observe:

Se a distinção entre capacidade reduzida/discapacidade e capacidade completa não se pode alcançar, é possível para o sujeito e as identidades ir mais além do limite e não desejar-se posicionar como perfeito ou imperfeito. Isto é possível, segundo McRuer, através da impossibilidade de alcançar a perfeita capacidade física; em relação a esta todos de alguma maneira somos submissos. Isto dá possibilidade de uma posição relativamente geral que sobretudo os ‘normais’ tolerantes destacam, quer dizer, que “todos somos discapacitados de alguma maneira”, o que implica que todos estamos na mesma situação. Para McRuer, esta ideia é desafiante, já que rompe com a barreira nós-eles, mas também pode ser bastante favorável para os neoliberais, já que é possível reduzir as obrigações (Vera, 2008, p. 1).

Gavério (2016), na resenha que faz da obra *Feminist, Queer, crip*, de Alison Kafer, traz questionamentos válidos para se pensar a teoria *crip*. Inicialmente, ele se direciona para como a deficiência é constituída como um conflito político, partindo da pergunta: a quem e como interessa tornar extremamente mensurável um corpo como deficiente? A hierarquização do corpo é construída social e culturalmente. De modo geral:

[...] entre ‘deficientes’ e ‘não deficientes’ não existe uma diferença fundamental e determinada seja no corpo, no indivíduo, na sociedade ou cultura. O que existe é uma disputa política em variadas instâncias de relações de poder para fundamentar e determinar o que é ou deixa de ser deficiência e quem e como se enquadra nessa categoria (Gavério, 2016, p. 168).

Significar o corpo é gerar produto. O corpo perfeito requer recursos que, no caso da deficiência, são inalcançáveis. Compreender como esses discursos são formados e como sustentam essas posições é agir contra o sistema que nos é imposto. Ser *crip* é um posicionamento político e, apesar de não ser natural alguém sem deficiência se identificar como *crip* — como ocorre com pessoas não LGBTQIA+ que se identificam como *queer* (pessoas que não são do movimento, mas o defendem) —, todos nós vivenciaremos, em algum momento da vida, a realidade *crip*, pois envelheceremos e nos depararemos com, no mínimo, nossa capacidade reduzida, e esse motivo é mais que suficiente para que ampliemos as discussões sobre *crip*. Envolver-se nessa discussão é buscar compreender:

[...] como corpos e deficiências foram concebidos e materializados em múltiplos espaços culturais, e como poderiam ser compreendidos e imaginados como formas de resistência à homogeneização cultural, também tem muito a ver com pessoas que se autoidentificam como CRIPs e que atuam na rua (McRuer, 2021, p. 68).⁷

O neoliberalismo evidencia a necessidade de se falar sobre *crip*. Nele, a capacidade corporal é quase que uma obrigação, e o corpo incapacitado é tolerado, isso porque, como explica Andrade (2019), ao enxergar o mercado como soberano, o neoliberalismo torna-se um programa político, que busca frear o coletivismo, dessa maneira, deve-se reduzir gastos públicos e programas sociais. Veja o que aponta McRuer (2021) sobre essa questão, ao citar Wade, poeta, artista e criadora de vídeos:

[...] em conversa ou resposta a um certo tipo de progressismo, para Wade, um progressismo não deficiente que só pode imaginar, tolerar e, de fato, materializar as pessoas com deficiência como pessoas muito especiais, com deficiência física, com deficiência diferente ou deficientes (ou, cada vez mais incapaz de efetuar tal materialização condescendente, só pode expressar frustração, não ao sistema de capacidade corporal compulsória que o liberalismo sem deficiência ajudou a construir e sustentar, mas às próprias pessoas com deficiência, como poderia sugerir a suposta queixa bem-intencionada ‘Eu simplesmente não sei qual é o termo correto atualmente’ (McRuer, 2021, p. 80).⁸

Não são à toa as várias mudanças da nomenclatura utilizada para se referir à pessoa com algum tipo de deficiência. Expressões como *deficiente*, *especial*, *portador de deficiência* e até mesmo a nomenclatura de benefícios como *benefício por invalidez* foram reavaliadas, constatando-se a necessidade de mudança para que a pessoa com deficiência não seja reduzida à sua deficiência e nem se configure como inválida por ter alguma deficiência. No entanto, por mais que mudemos a forma como se referir à pessoa com deficiência, a construção semântica dessas expressões ainda está enraizada em nossa cultura. A PcD ainda é vista como inválida e/ou limitada, ignorando-se o fato de que ela é capacitada à sua maneira, de acordo com o que lhe “falta”. Assim, de certo modo, a discussão *crip* “baseia-se na crença de que as experiências

⁷ No original: “cómo los cuerpos y las discapacidades se han concebido y materializado en múltiples espacios culturales, y cómo podrían entenderse e imaginarse como formas de resistencia a la homogeneización cultural, también tiene mucho que ver con las personas que se autoidentifican como crip y que actúan en la calle”.

⁸ No original: “en conversación o respuesta a cierto tipo de progresismo, para Wade, un progresismo no discapacitado que solo puede imaginar, tolerar y de hecho, materializar a las personas con discapacidad como personas muy especiales, con una discapacidad física, con capacidades diferentes o discapacitables (o, cada vez más incapaz de efectuar una materialización tan condescendiente, solo puede expresar frustración, no ante el sistema de capacidad corporal obligatoria que el liberalismo no discapacitado ayudó a construir y sostener, sino ante las propias personas con discapacidad, como podría sugerir la supuestamente bien intencionada queja ‘Simplemente no sé cuál es el término correcto actualmente’”.

e epistemologias do *crip* devem estar no centro de nossos esforços para combater o neoliberalismo e acessar modos alternativos de ser” (McRuer, 2021, p. 80)⁹.

Silenciar os saberes da população *crip* ou sobre ela é um epistemicídio. Mais uma vez, temos aqui uma questão política e de poder. Imagine todas as minorias sendo integradas de maneira justa e igualitária à sociedade, imagine padrões de beleza sendo quebrados e ideais de funcionalidade sendo trazidos à realidade: quantos milhões seriam retirados da economia? Quanto de imposto deixaria de ser arrecadado? E quanto toda essa mudança afetaria aqueles que detêm o poder econômico do país?

Souza Santos (2010) aponta para o perigo econômico ao combater a marginalização de alguns grupos e questiona: “não deveríamos buscar alternativas dentro do capitalismo em vez de alternativas ao capitalismo?” (Souza Santos, 2010, p. 418). Já sabemos que:

[...] o colonialismo, o capitalismo e outras formas de poder são cascatas inesgotáveis de metáforas com habilidade para envenenar pouco a pouco, instaurando referências que induzem ao que deve ser considerado correto, saudável, admissível, produtivo e desejável. O que foge a esses parâmetros é reiteradamente lançado em categorias abjetas, para ser descartado, exaurido, subalternizado, considerado indigno, perigoso ou simplesmente desprezível. Isso vale para pessoas, movimentos, imagens e pensamentos (Greiner, 2023, p. 15).

Sendo assim, se não podemos destruir o capitalismo, ou se destruí-lo não é a solução, unamo-nos a ele. Para tanto, é necessário que reflitamos sobre essas questões e defendamos o empoderamento e a materialização das identidades, até porque:

[...] produzir conhecimento (e conhecer) é sempre um movimento que parte de um corpo – por mais frágil e debilitado que seja –, de modo a instaurar novos modos de existência ou, como preferem alguns autores, novas formas de vida (Greiner, 2023, p. 11).

Ao tratar da materialização da identidade, a professora Maria Carmen Aires Gomes traz algumas considerações importantes, como vemos a seguir:

Embora, no âmbito dos Estudos Culturais, haja a compreensão de que as identidades sociais são dinâmicas, fluidas, heterogêneas, ainda há uma manutenção da narrativa sociocultural de que as identidades são essencialistas, fundamentalistas e fixas. Observa-se ainda, nos debates e nas formas de se compreender as realidades, um silenciamento acerca das diversas formas de se viver e de se constituir como sujeito na vida social contemporânea (Lima; Gomes, 2013, p. 175).

⁹ No original: “se basa en la creencia de que las experiencias y epistemologías *crip* deben estar en el centro de nuestros esfuerzos para contrarrestar el neoliberalismo y acceder a formas alternativas de ser”.

Os(As) ativistas progressistas vêm se esforçando para desconstruir a ideia de que o corpo com deficiência não é um corpo passível de vida, fazendo isso por meio de alguma análise de discurso, pois é por meio do discurso que as naturalizações são construídas e fortalecemos relações de poder por meio dessas naturalizações. A questão é que, embora a PcD tenha conquistado muitos direitos com o decorrer do tempo, esses direitos conquistados não são suficientes para a vida plena dessa pessoa em sociedade.

Recentemente, eu mesma busquei com muito afinco por um ambiente que oferecesse natação para PcD — com escada da piscina adaptada e profissional minimamente qualificado para tal. Nessa busca, encontrei um professor com boa vontade, mas uma piscina totalmente inadequada. Esse é apenas um exemplo de como a PcD não tem vez em nossa sociedade e do quanto reflexões desse cunho são necessárias, afinal, a senso crítico vai depender do nosso entorno social e dos discursos com os quais temos contato.

As conquistas políticas da PcD, no Brasil, tiveram início por volta do século XIX¹⁰, com o aparecimento dos primeiros institutos voltados para educação de pessoas surdas e com deficiência intelectual. A criação dessas instituições evidenciou a possibilidade de essas pessoas serem vistas como dignas de cidadania. Na década de 1950, com o surto de poliomielite — e, conseqüentemente, muitas pessoas com sequelas corporais —, surgiram os primeiros institutos de reabilitação que acreditavam que, como afirma o médico Raimundo Araújo Leitão (SNDPD, 2017), fundador da Academia Brasileira de Medicina de Reabilitação, “a missão do médico não termina quando a doença é vencida ou quando completar a fase cirúrgica. Só termina quando o paciente volta a se integrar novamente à sociedade, a trabalhar e a produzir”. O objetivo principal era colocar a pessoa com seqüela de pé para que ela voltasse o quanto antes a ser útil para a produção e sustentação do sistema.

Na década de 1970, iniciaram-se os primeiros movimentos de PcD em busca do reconhecimento de que sua vida tem valia e da utilidade dela. Depois, em 1980, aconteceu o I Encontro Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes, em Brasília, e, assim, pela primeira vez a PcD teve voz. O ano seguinte, 1981, foi decretado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o ano internacional da pessoa com deficiência, no qual a pauta PcD foi posta para todos, obrigatoriamente. O mundo começou a compreender que a PcD existe. Ainda na década de 1980, com a elaboração da Constituição Federal (CF), por meio de audiências públicas, as diversas deficiências conseguiram expor suas especificidades e necessidades e, por mais que

¹⁰ Assista ao documentário na íntegra. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=yv1dnuGgn2k&t=1067s>>. Acesso em: 02 set 2024.

não exista na CF um capítulo exclusivo dedicado à PcD, o conteúdo referente à PcD está distribuído por todos os capítulos da CF.

Só em 2006 e 2008 que aconteceram, respectivamente, a primeira e segunda Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Assim, as primeiras ideias sobre inclusão foram colocadas em pauta. Não é a PcD que precisa se adequar à sociedade, é, na verdade, o oposto — a sociedade e o espaço geográfico devem estar adequados para que eu, com a minha deficiência, tenha o direito de ir e vir. A deficiência pode aumentar ou diminuir de acordo com o espaço físico onde estou inserido — se tenho deficiência física e sou obrigada a andar em ruas esburacadas, meu grau de deficiência vai aumentar, mas o contrário ocorre se eu estiver em ruas planas, asfaltadas e acessíveis. Não está ao meu alcance efetuar essas mudanças, muito menos me transformar para me adequar a espaços inacessíveis: é uma questão social e política.

Embora ainda haja muito para melhorar, é inegável a evolução dos direitos da PcD na década de 1980 até os dias de hoje, o que me desperta o questionamento: se a vida da pessoa com deficiência existe e é regulamentada, legalmente, em diversos aspectos, então por que ainda há tanta abjetificação dessa vida na nossa cultura? Isso se dá, em grande medida, ao sistema neoliberal instalado, além da necessidade do capitalismo de que todo corpo seja útil para produção.

Mc Ruer (2021) aponta quatro atitudes esperadas para a “saída do armário *crip*”, sendo duas delas muito relevantes. A primeira consiste em reivindicar deficiência e a política de identidade de deficiência se opondo a essa política, a fim de construir uma identidade que pregue a vida da PcD como uma passível de viver, como uma vida que importa. Já a segunda diz respeito a insistir que um mundo com deficiência é possível e desejável.

Outra questão abordada por McRuer (2021), quando ele apresenta um paralelo entre a teoria *queer/crip*, é sobre debates que discutem pautas de “normalização”. Nessa direção, o estudioso aponta que:

As comunidades queer podem reconhecer que o inconsciente político dos debates sobre normalização (incluindo debates sobre casamento) é moldado em grande parte por ideias sobre deficiência. Eles poderiam recorrer ao pensamento queer radical para promover ainda mais a consciência crítica da deficiência que emergiu nas últimas décadas. O que chamo neste livro *crip theory* ou *crip culture* (McRuer, 2021, p. 141).¹¹

¹¹ No original: “las comunidades queer podrían reconocer que el inconsciente político de los debates sobre la normalización (incluidos los debates sobre el matrimonio) está conformado, em gran parte, por ideas sobre la discapacidad/ en segundo lugar, que las comunidades con discapacidad preparadas para entrar (o que ya están entrando) en parte del territorio recientemente trazado por los movimientos queer, podrían recurrir al pensamiento

Ao apontar para essas questões, o autor evidencia uma séria situação: a denúncia da pouca mobilização da pessoa com deficiência por aceitação e participação maior na sociedade, o que gera uma fragilidade por parte da comunidade *crip*. Já é sabido que essa comunidade não é absolutamente pequena, o que me faz acreditar que ainda falta uma movimentação maior desse grupo e representantes para ele, além de teóricos(as) e ativistas que possam defender ativamente a inclusão, sobretudo integração, das PcDs nos diversos campos sociais.

Além disso, é importante também que teóricos(as) *queer* se posicionem em direção às pessoas com incapacidade, visto que, na comunidade LGBTQIA+, existem pessoas com deficiência que sofrem preconceito por sua condição dentro da sua própria comunidade. Sendo assim, não parece coerente um grupo que lute pela desconstrução do preconceito se deter somente à pauta sobre discriminação de gênero e sexualidade, ignorando, muitas vezes, questões raciais e até mesmo sobre a deficiência.

Essa reflexão me faz lembrar de um exemplo citado por Mc Ruer (2021) quando a *Human Rights Campaign* (grupo americano de defesa LGBT e maior organização de *lobby* político LGBT nos Estados Unidos) declarou, em 2003, que não se posicionaria sobre a guerra no Iraque por não ser um problema LGBT. Se meu poder de influência tem a chance de salvar vidas, por que não fazê-lo? Retornando à questão do posicionamento *queer* a favor da comunidade com incapacidade, Mc Ruer (2021) propõe que teóricos(as) e historiadores(as) *queer* articulem suas discussões com o que o autor chama de "esfera pública acessível", uma abordagem que começa a ganhar corpo e se materializar por meio dos estudos de ativistas e estudiosos(as) *crip*. Essa abordagem se inspira nos fundamentos da esfera pública burguesa: princípios de independência e capacidade. Diante disso, McRuer (2021, p. 143) julga:

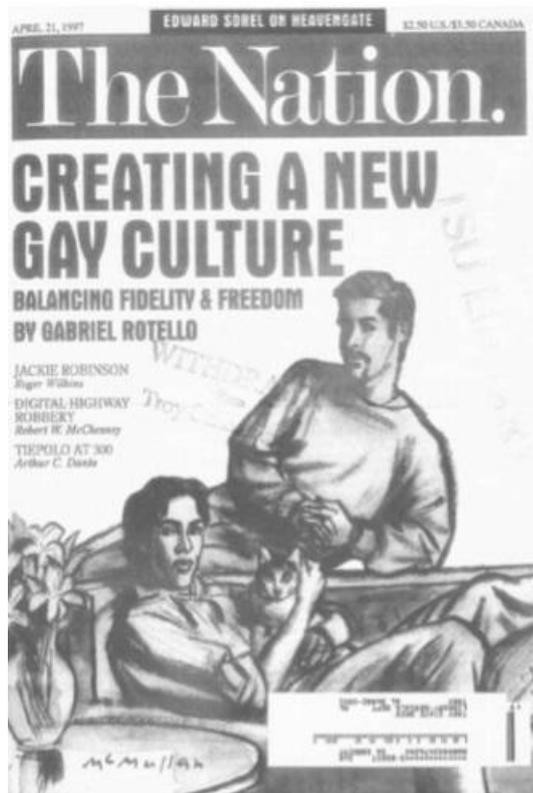
[...] hostil tanto à concepção mais ampla de acesso que tem sido desenvolvida por teóricos e ativistas da deficiência quanto às culturas públicas alternativas (e interdependentes) que têm sido defendidas por teóricos *queer* e teóricos sociais radicais, em geral.¹²

Para sustentar essa posição, o autor apresenta o exemplo de uma capa de revista publicada em 21 de abril de 1997. Veja a seguir:

queer radical para seguir promoviendo la conciencia crítica de la discapacidad que ha surgido en las últimas décadas. lo que yo llamo en este libro teoría *crip* o cultura *crip*".

¹² No original: "hostil tanto a la concepción más amplia de acceso que han elaborado los/as teóricos/as y activistas de la discapacidad como a las culturas públicas alternativas (e interdependientes) que han defendido los/las teóricos/as *queer*, y los/las teóricos/as sociales radicales, de manera más general".

Figura 1 – Capa da revista *The Nation*, de 21 de abril de 1997



Fonte: McRuer (2021, p. 145).

Ele ressalta o esforço para não parecer abjeta a busca pela legalização do matrimônio entre pessoas de mesmo sexo, quando, na verdade, se é, e isso ocorre ao posicionar as pessoas gays e lésbicas como perfeitos sujeitos neoliberais. Ele também explica que a tentativa de construir essa imagem anula as possibilidades de pensar sobre a identidade, a comunidade, a democracia e a justiça. No entanto:

[...] o projeto de construção dessa solidariedade aleijada/queer não é tão ‘simples’ como poderia parecer. Em particular, o sistema político e econômico atual, chamado pelos teóricos políticos de neoliberalismo [...] oferece um reconhecimento limitado para representar gays ou deficientes. Este reconhecimento depende de uma aceitação de normas dominantes, mas para diferenças singularizadas no ser gay ou ser deficiente. Assim, por exemplo, Lisa Duggan (2003) argumentou que alguns proponentes de uma versão limitada dos direitos gays construíram uma ‘homonormatividade’, que espelha as normas dominantes - branca, de classe média e orientada para a família - mas exceto na diferença singular de parceiros do mesmo gênero nas relações conjugais. Da mesma forma, as pessoas com deficiência que procuram se espelhar na sociedade dominante, mas seguindo uma diferença singularizada na capacidade física pode criar uma política que exclui queers e outros cujas identidades os colocam à parte das normas dominantes da vida familiar branca e de classe média. Tal política de diferenciação singular pode impedir coalizões entre identidades, tais como a solidariedade aleijada/queer que estou defendendo aqui, e também pode prejudicar a organização em torno de temas (pobreza, cuidados de saúde, a destruição do meio ambiente, e assim por diante) não diretamente ligados à identidade (McRuer, 2021, p. 108).

Além disso:

[...] ambos os movimentos, LGBT e da deficiência, de diferentes maneiras aceitaram esse tipo de destaque e ‘foram ao mercado’, como afirma Alexandra Chasin (2001), estreitaram sua visão política e sacrificaram compromissos e solidariedades que antes os definiam. O desejo de ser diferente (por exemplo, de formar relações de cuidado que não sigam o modelo do casamento heterossexual) é sacrificado pela esperança de aceitação política e de soluções de mercado. Como resultado, a solidariedade com todos aqueles que persistem em fazer as coisas de forma diferente também é prejudicada. [...] o bom sujeito queer da representação dominante está agora o mais distante possível da deficiência, das diferenças corporificadas que podem tornar uma pessoa gay visivelmente diferente da representação dominante ou daquilo que pode exigir o cuidado além daquele que qualquer ‘família’ individual possa fornecer, ou distante de diferenças que podem exigir mudanças nas estruturas sociais - sejam as estruturas físicas do ambiente construído ou as estruturas relacionais do casamento e da família - e não a assimilação nessas estruturas (McRuer, 2021, p. 110-111).

Pode parecer ilógico discorrer tanto sobre o ativismo *queer*, porém entendemos o *queer* como uma postura de luta adotada em combate às normalidades engessadas na sociedade. No mais, como ressalta Sandahl (2003), a luta *queer/crip* não deve ter seu foco na simples inclusão e representação dos “diferentes”, mas na substituição de estruturas sociais existentes, seguindo a mesma postura radical em relação aos conceitos de normalidade. Afinal, “ambos argumentam terminantemente contra a obrigatoriedade de observar normas de todos os tipos (corporais, mentais, sexuais, sociais, culturais, subculturais)” (Sandahl, 2003, p. 26)¹³.

Há uma disparidade significativa no modo como a pessoa com deficiência se enxerga e como a sociedade a enxerga. É o caso, por exemplo, do autor da obra *A cegueira*. A sociedade enxerga Jorge Luís Borges como um exemplo de superação que se utilizou da sua “desvantagem” como estímulo para dedicação à literatura, enquanto isso, para o autor “a cegueira deve ser vista como um modo de vida: é um dos estilos de vida dos homens” (Diniz, 2007, p. 7). Nesse sentido, Diniz (2007, p. 7-8) explica que “afirmar a cegueira como um modo de vida é reconhecer seu caráter trivial para a vida humana. Ser cego é apenas uma das muitas formas corporais de estar no mundo”. Porém, essa percepção da deficiência visual não anula o fato de que, para viver da melhor forma, uma pessoa com essa ou qualquer outra deficiência deve ter um espaço físico-geográfico acessível à sua vida. Assim, entendemos que:

A ideia de que a cegueira, a surdez ou a lesão medular nada mais são do que diferentes modos de vida é algo absolutamente revolucionário para a literatura acadêmica sobre deficiência. A concepção de deficiência como uma variação do normal da espécie humana foi uma criação discursiva do século XVIII, e desde então ser deficiente é experimentar um corpo fora da norma. O corpo com deficiência somente se delinea

¹³ No original: “both argue adamantly against the compulsion to observe norms of all kinds (corporeal, mental, sexual, social, cultural, subcultural, etc.)”.

quando contrastado com uma representação de o que seria o corpo sem deficiência. Ao contrário do que se imagina, não há como descrever um corpo com deficiência como anormal. A anormalidade é um julgamento estético e, portanto, um valor moral sobre os estilos de vida. [...] Opor-se à ideia de deficiência como algo anormal não significa ignorar que um corpo com lesão medular necessite de recursos médicos ou de reabilitação. Pessoas com ou sem deficiência buscam cuidados médicos em diferentes momentos de sua vida (Diniz, 2007, p. 08).

Mesmo com tantos estudos e reflexões que apontam para essa direção, o corpo deficiente continua sendo um corpo inesperado e inapropriado para o discurso do normal. O modelo social da deficiência é de opressão, e essa concepção foi desenvolvida por Michael Oliver, como explica Martins (2016) a seguir:

O modelo ou teoria social da deficiência, que Michael Oliver desenvolveu, parte exatamente da identificação de um conceito de deficiência entendido como profundamente incapacitante, e contrário, quer à transformação social conducente à integração das pessoas com deficiência, quer à visibilização da situação de opressão que a reclama. Essas concepções dominantes são denunciadas com uma leitura em que se assinala como dominante o ‘modelo individual/médico da deficiência’; no fundo, a sedimentação histórica que se procura superar, caracterizada por uma apreensão social das pessoas com deficiência que se centra na anormalidade dos seus corpos, em termos próximos daqueles cujos contornos exaurimos na leitura da deficiência como uma artefactualidade de discursiva eminentemente moderna. Um modelo que se identifica enquanto inconciliável com a assunção de controlo das pessoas deficientes acerca dos seus desígnios, e com a concomitante possibilidade de transformação dos contextos sociais e culturais da sua existência (Martins, 2016, p. 178).

Dessa forma, Diniz (2007) explica que, para o modelo médico, o problema estava na lesão. Já para o modelo social:

[...] a deficiência era o resultado do ordenamento político e econômico capitalista, que pressupunha um tipo ideal de sujeito produtivo. [...] Para o modelo médico, lesão levava à deficiência; para o modelo social, sistemas sociais opressivos levavam pessoas com lesões a experimentarem a deficiência (Diniz, 2007, p. 23).

Além disso, “diferentemente do modelo médico, em que normalidade ora era definida em termos estatísticos, ora em termos sociais, o modelo social definia normalidade como um valor calcado em ideais do sujeito produtivo para o capitalismo” (Diniz, 2007, p. 36). Essas reflexões também se baseiam na teoria do estigma, proposta por Goffman (1975 *apud* Siqueira; Cardoso, 2011), a qual postula que as relações sociais se dão em ambientes que já preveem determinadas pessoas, com determinadas características, para aquele determinado lugar — a repetição do vocábulo enfatiza a particularidade do evento, que, ao se passar em outro ambiente, terá outras “exigências”. Essa construção, feita sem uma reflexão ou atenção particular entre as pessoas, é estabelecida pelas pessoas “normais”, que “preveem as categorias e os atributos de

um estranho que se aproxima. Essas pré-concepções, elaboradas pelos normais, são transformadas em ‘expectativas normativas, em exigências apresentadas de modo rigoroso’ (Goffman, 1975:12)” (Siqueira; Cardoso, 2011, p. 94).

Entretanto, “os normais, cotidianamente, ignoram essas preconceções até o surgimento de uma questão que seja efetiva para a realização de suas exigências. É neste momento que os normais podem perceber que fazem afirmações daquilo que o outro deveria ser” (Siqueira; Cardoso, 2011, p. 94).

É um conceito interessante para se analisar a sociedade, resumidamente:

Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável [...]. Assim deixamos de considerá-la criatura comum e total, reduzindo-a a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande [...] (Goffman, 1975, p. 12 *apud* Siqueira; Cardoso, 2011, p. 94).

Goffman (1975 *apud* Siqueira; Cardoso, 2011) explica que o processo de estigmatização não é uma novidade. Os gregos criaram o termo para se referir a sinais corporais que apontavam para algo extraordinário, como cortes feitos no corpo para revelar que o portador das marcas era um escravo, criminoso ou traidor. Já na era cristã, o estigma se referia a principalmente sinais corporais de distúrbio físico, como a deficiência física, sendo esta lida como castigo divino. De modo geral “atualmente, o termo é amplamente usado de maneira um tanto semelhante ao sentido literal original, porém é mais aplicado à própria desgraça do que à sua evidência corporal” (Goffman, 1975, p. 11).

O corpo com deficiência, sem dúvida alguma, é estigmatizado como um corpo incapaz, inútil, não passível de vida em nenhum aspecto. Por isso, causa, ainda, tanta estranheza para a sociedade se deparar com uma PcD constituindo família, praticando atividade física, frequentando festas e baladas, ou até mesmo uma PcD LGBTQIA+, que, como exemplo, cito a *influencer* Leandrinha¹⁴ (uma mulher trans e com deficiência), que, mesmo com sua influência, ainda sofre com o preconceito social até da própria comunidade LGBTQIA+.

No texto de Kafer (2013), *Feminist, queer, crip*, a autora faz o seguinte questionamento: a quem interessa mensurar a deficiência da PcD? Após ler McRuer (2021), atrevo-me a apontar a resposta para a doutrina econômica e política atual. Afinal, como explica Diniz (2007), o modelo médico com as divisões e subdivisões de grau da lesão e intensidade é o responsável

¹⁴ Para saber mais, acesse o perfil de @leandrinhadu no Instagram. Disponível em: < <https://www.instagram.com/leandrinhadu/> >. Acesso em: 30 mai 2023.

pela divisão na própria comunidade de deficientes, no sentido de que "após ter sido incorporada pelas políticas sociais, transformou-se em uma 'tática deliberada' de desmobilização, visto que sugeria que as diferenças de lesões levariam a uma competição por recursos entre os deficientes" (Diniz, 2007, p. 37-38). Benefícios que são oferecidos a um, ao outro não são e vice-versa. Dessa maneira, o que deveria gerar união para formação e fortalecimento de alianças em prol do bem comum da comunidade resulta em munição para a promoção da rivalidade e competição entre seus membros.

Outro exemplo que evidencia a estigmatização da PcD é a eugenia. Gesser, Block e Mello (2020, p. 20) sintetizam que:

A eugenia surgiu no final do século XIX e início do século XX como um movimento que tentava abordar o que era considerado uma crise na humanidade: a reprodução descontrolada de pessoas consideradas com deficiência mental e física (Bayton, 2016; Cohen, 2017). A eugenia, também chamada de ciência do bem-nascido, foi desenvolvida como um meio para 'melhorar' racialmente a herança genética humana. A eugenia positiva consistiu em um programa para incentivar as pessoas consideradas com boas qualidades genéticas a terem muitos filhos 'sadios' e 'sem defeitos'. Nos Estados Unidos, por exemplo, ocorreram feiras com 'exposições humanas' que mostravam competições de 'família mais adaptada', nas quais as famílias consideradas 'mais eugênicas' receberiam prêmios (Arquivos Eugênicos, sd). Já a eugenia negativa envolveu práticas, programas e leis para restringir as pessoas com características genéticas consideradas inadequadas a terem filhos. As pessoas visadas dessa maneira incluíam pessoas com deficiência, pobres, pessoas não brancas, especialmente aquelas com herança étnica e racial negra e mestiça, profissionais do sexo, imigrantes de outros lugares que não a Europa Ocidental e pessoas de áreas rurais.

Isto é, uma prática de estigmatização e segregação. Por fim, considera-se, ainda, este pensamento de McRuer (2021, p. 111):

Cada vez mais, o movimento da deficiência ou os estudos sobre deficiência enfatizam o reconhecimento dentro dos termos das normas dominantes e a assimilação à corrente dominante, ao invés de enfatizar mudanças fundamentais para a sociedade. O bom sujeito deficiente é similarmente aquele que está mais distante do queer (isto é, do tipo indisciplinado de estranheza que não pode ser tão facilmente domesticado).

Ainda se faz importante a ideia de Gesser, Block e Mello (2020, p. 27), de que "o foco das pesquisas deve mudar o olhar sobre a deficiência, deixando de buscar identificar supostas limitações e apontar para a circuncisão das barreiras que obstaculizam a participação social das pessoas com deficiência". Buscaremos produzir um estudo de desconstrução utilizando o discurso como base para a compreensão da abjetificação da PcD, com os discursos das próprias PcDs, fazendo, assim, valer o lema do ativista Tom Shakespeare: "nada sobre nós, sem nós".

Tanto os estudos *queer* como os *crip* são embasados na análise crítica do discurso (ACD), como será visto a seguir.

3 ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

A linguagem é um fator inerente ao ser humano, o desenvolvimento humano e o pensamento estão diretamente ligados a ela. Com o desenvolvimento da linguagem e o envolvimento com a sociedade e com a cultura, o ser humano torna-se capaz de desenvolver seu discurso. Entendemos o discurso como uma forma de agir no/sobre o mundo, como Fairclough (2001) aponta: o discurso diz respeito à forma com que as pessoas se posicionam em relação ao mundo e às outras pessoas.

Percebemos, portanto, que discursar vai além de ativar o aparelho fonador, pois envolve crenças, cultura, vivências e, sobretudo, responsabilidade: é uma atitude responsiva no mundo. Configura-se como um ato responsivo, uma vez que:

[...] há sempre um dizer anterior ao qual respondemos e um dizer posterior que nos responderá [...] todo produto ideológico é social, material e uma cocriação da qual participam, no mínimo, duas consciências (Soeiro, 2022, p. 158).

Até compreendermos que o discurso é a base das construções sociais, culturais e crenças, o estruturalismo imperou em todo o campo dos estudos da linguagem, ignorando-se, assim, a importância do estudo do discurso não só para a reflexão sobre a língua, mas também para o desenvolvimento e a compreensão da sociedade. Isso se dá porque “o discurso é um fenômeno social e político essencial para a construção e para a desconstrução das relações de poder em qualquer sociedade” (Oliveira, 2013, p. 8). A questão é que:

Em uma era dominada pelas tecnologias da informação, pelo poder da palavra, pela manipulação midiática da palavra, fica cada vez mais evidente que discurso é coisa séria. Muito séria. Tão séria que ocupou o tempo de pensadores importantes como Gramsci, Bakhtin, Foucault, Lacan, Fairclough e Pêcheux (Oliveira, 2013, p. 8-9).

Nesta seção, trataremos da perspectiva da Análise Crítica do Discurso (doravante ACD), que é a base linguística na qual se fundamentará este estudo. De acordo com Oliveira (2013), os estudos do discurso são, sobretudo, um fenômeno político. Este estudo, por exemplo, é politicamente motivado e tem um posicionamento definido desde o título. Estudar como um corpo PcD é abjetificado por meio do discurso configura a luta pela desconstrução dessa abjetificação e para isso, temos a ACD como aliada. De modo geral:

O discurso tem um papel central na construção de identidades e subjetividades e é um dos maiores instrumentos de poder. Analistas críticos sentem que faz parte de seu papel profissional investigar e revelar como valores discriminatórios estão inscritos e são mediados por meio de sistemas semióticos. Ao

analisar ideologias de comunicação, desvendam como pessoas são representadas como sujeitos(as) de um certo tipo. Uma análise crítica é essencialmente política e seus praticantes agem sobre o social, a fim de transformá-lo, interpelando regimes de verdade. Dessa forma, ajudam a criar um mundo onde pessoas são, em fenômenos macrossociais, menos discriminadas por sua cor, seu sexo, credo, idade ou classe social (Caldas-Coulthard, 2016, p. 199-200).

3.1 ABORDAGEM HISTÓRICA SOBRE A ACD

Wodak (2004) postula que foi nos anos de 1970 que surgiu uma forma de análise do discurso que admitia o papel da linguagem na fundamentação e na estruturação de relações de poder na sociedade. Na época, os estudos da linguagem mantinham sua visão focada na estrutura — até mesmo as pesquisas sociolinguísticas objetivavam descrever a variação linguística. A mudança linguística e as estruturas de interação comunicativa, as questões voltadas à hierarquia social e ao poder eram ignoradas.

No entanto, existia uma minoria de estudiosos(as) que se voltava para a relação entre linguagem e poder. Kress, por exemplo, ofereceu um relato dos fundamentos teóricos e das fontes do que primeiro chamamos de Linguística Crítica (LC). Sobre esta, Fowler (2004, p. 207) aponta que a:

LC emergiu no final dos anos 70 como uma linguística instrumental na linha proposta por Halliday, desenvolvendo uma análise do discurso público criada para chegar à ideologia codificada implicitamente por detrás de proposições abertas, em particular no contexto das formações sociais.

Fowler (2004) ressalta que a LC ganhou destaque com a produção da obra *Language and Control*, cujo foco estava em teorizar a linguagem como prática social. Entendia-se essa perspectiva como crítica, pois se inclinava para o conceito presente nas ciências sociais: a crítica diz respeito à reflexão sobre um sistema puramente humano, ela supõe que exista uma distorção que se apresenta como real, e o papel dela é remover essa distorção e tornar possível a liberação do que estava distorcido. De modo mais amplo:

A linguística crítica insiste que todas as representações são mediadas, moldadas por sistemas de valores que estão impregnados no meio (neste caso, a linguagem) usado para a representação; a linguística crítica desafia o senso comum mostrando que algo poderia ter sido representado de outra forma, com um significado muito diferente (Fowler, 2004, p. 209).

Wodak (2004) explica que os termos “Linguística crítica” (LC) e “Análise crítica do discurso” (ACD) são utilizados frequentemente como sinônimos. De acordo com a autora: “nos últimos tempos, o termo ACD tem sido usado, mais especificamente, para referir-se à

abordagem linguística crítica adotada por pesquisadores que consideram a unidade mais ampla do texto como a unidade comunicativa básica” (Wodak, 2004, p. 224).

É inegável que a ACD utilizou reflexões da LC para se erguer como um campo de estudo, mas não podemos compreender as duas como a mesma coisa, isso porque “a ACD almeja investigar criticamente como a desigualdade social é expressa, sinalizada, constituída, legitimada, e assim por diante, através do uso da linguagem (ou do discurso)” (Wodak, 2004, p. 225).

Não se trata apenas de uma análise do texto focada no significado do termo “crítica” — visto que, como já comentamos anteriormente, a ACD está além de “como mecanismos gramaticais sistemáticos possuem a função de estabelecer, manipular e naturalizar hierarquias sociais” (Wodak, 2004, p. 230). A ACD se debruça sobre as estratégias para manutenção de poder que estão alicerçadas na sociedade, por meio do discurso.

De acordo com Wodak (2004), a ACD foi erguida com uma rede de estudiosos no início dos anos 1990, mais especificamente após um simpósio em Amsterdã, ocorrido em janeiro de 1991. Nesse evento, van Dijk, Fairclough, Gunther Kress, van Leeuwen e Ruth Wodak passaram dois dias juntos e, com isso, puderam discutir métodos e teorias de análise do discurso voltadas para a ACD. Nesse sentido:

É claro que o início dessa rede de ACD é também marcado pelo lançamento da revista *Discourse and Society*, editada por van Dijk, assim como por vários livros, como *Linguagem and Power*, de Norman Fairclough (1989), *Language, Power and Ideology*, de Ruth Wodak (1989), ou do primeiro livro sobre racismo escrito por Teun van Dijk, *Prejudice in Discourse* (1984) (Wodak, 2004, p. 227).

Foi Fairclough que estabeleceu as teorias sociais que fundamentam a ACD. No próximo tópico, abordaremos a ACD pela perspectiva desse autor.

3.2 TEORIA TRIDIMENSIONAL DO DISCURSO POR FAIRCLOUGH

De acordo com Marco & Carvalho (2013), na segunda década do século XXI, ainda havia uma tendência a associar os estudos do discurso à análise do discurso de Pêcheux. Porém, mesmo com essa tendência, um novo campo dos estudos do discurso começava a ganhar corpo, na segunda metade da década de 1980: a análise crítica do discurso. A principal desconstrução feita pela ACD foi a de que as crenças e valores humanos são construídos por meio da sociedade, sendo esta, portanto, a maior responsável pela segregação de certas minorias. Nesse sentido, o homem não é apenas “um depósito de ideologia, sem vontade própria” (Melo, 2009,

p. 3), ele tem papel crucial na prática social que, segundo Melo (2009), é reprodutora e transformadora de realidades sociais, sendo o homem, portanto, sujeito da linguagem.

Norman Fairclough foi um dos ícones da vertente crítica dos estudos do discurso. Segundo Marco e Oliveira (2013, p. 282), o trabalho de Fairclough é guiado por três pontos básicos: “(1) as relações dialéticas entre discurso e práticas sociais; (2) o grau de conscientização que as pessoas têm (ou, o mais provável para ele, não têm) acerca dessas relações; e (3) o papel essencial do discurso nas mudanças sociais”.

Baseando-se nessas três questões, Fairclough vai além de reflexões interessantes e válidas para quem tem interesse nos estudos do discurso, apresentando um modelo tridimensional de análise. Resende e Ramalho (2004, p. 186) postulam que:

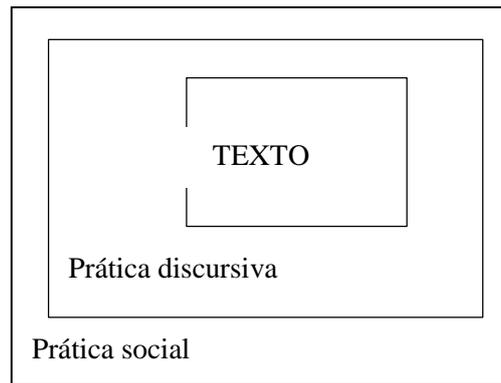
Uma característica determinante da ADC é seu caráter emancipatório. Por meio da investigação das relações entre discurso e prática social, busca-se desnaturalizar crenças que servem de suporte a estruturas de dominação, a fim de favorecer a desarticulação de tais estruturas.

Nessa direção, as autoras, ao tratar do modelo tridimensional de Fairclough, explicam que esse modelo “distingue três dimensões no discurso – texto, prática discursiva e prática social –, segundo propósitos analíticos. Nesse modelo, a análise é, portanto, dividida em três etapas” (Resende; Ramalho, 2004, p. 186). Visto que este estudo se baseia na ideia de que há uma “estabilidade fictícia para definir a natureza humana e todas as relações binárias dela decorrentes, tais como as fronteiras compartimentadas entre dentro e fora, natureza e cultura, corpo e mente” (Greiner, 2023, p. 16), o modelo da teoria social do discurso será de grande valia, pois busca:

[...] reunir a análise de discurso orientada linguisticamente e o pensamento social e político relevante para o discurso e a linguagem, na forma de um quadro teórico que será adequado para uso na pesquisa científica social e, especificamente, no estudo da mudança social (Fairclough, 2001, p. 89).

Como aponta o esquema abaixo:

Figura 2: Concepção tridimensional do discurso.



Fonte: Fairclough (2001, p. 101).

Abordaremos as três dimensões da teoria. A primeira delas trata do discurso como texto. Entretanto, de acordo com Fairclough (2001), é insuficiente, para uma análise textual, a observação apenas da sua estrutura. Por esse motivo, nunca se trata dos aspectos de um texto sem fazer referência à sua produção e/ou à interpretação textual, o que resulta na formulação de uma linha bastante tênue entre a análise textual e a análise da prática discursiva. Como solução, o autor postula que:

Onde os aspectos formais dos textos são mais destacados, os tópicos são aí incluídos; onde os processos produtivos e interpretativos são mais destacados, os tópicos são incluídos na análise da prática discursiva, mesmo que envolvam aspectos formais dos textos (Fairclough, 2001, p. 102).

Dessa forma, entendemos que, no modelo tridimensional, as três partes estão interligadas e digamos que até interdependentes. É interessante destacar que:

É uma hipótese de trabalho sensata supor que qualquer tipo de aspecto textual é potencialmente significativo na análise de discurso. Isso cria uma grande dificuldade. A análise linguística é por si mesma uma esfera complexa e às vezes bastante técnica que incorpora muitos tipos e técnicas de análise. Embora uma experiência prévia em linguística, em princípio, possa ser pré-requisito para fazer análise de discurso. Na verdade a análise de discurso é uma atividade multidisciplinar e não se pode exigir uma grande experiência linguística prévia de seus praticantes, do mesmo modo que não se pode exigir experiência prévia em sociologia, psicologia ou política (Fairclough, 2001, p. 102).

O autor elucida que, ao analisar textos, serão examinadas questões referentes à forma e ao significado. Algumas das categorias propostas por ele para a análise textual “são orientadas aparentemente para formas linguísticas, enquanto outras aparentemente são orientadas para os sentidos. Entretanto, tal distinção é ilusória” (Fairclough, 2001, p. 104), justamente porque analisamos forma e significado de forma simultânea.

Outro fator interessante e bastante relevante apontado pelo autor é sobre a arbitrariedade do signo, defendida por Saussure. De acordo com esse princípio, não existe motivação para a escolha de um signo em detrimento de outro; no cotidiano, entretanto, percebemos que existe uma base racional na combinação de um significante específico a um significado também específico. Quando alguém, por exemplo, prefere se referir a alguém com mobilidade reduzida como “manco”, em vez de “pessoa com deficiência”, essa escolha é arbitrária? Ou, em alguma medida, revela os pensamentos e opiniões do falante motivado socialmente? Segundo o autor, as escolhas lexicais dos falantes são resultados de identidades sociais, relações sociais, conhecimentos e crenças construídos ao decorrer da vida. Entendidas essas questões, faz-se necessário saber que:

A análise textual pode ser organizada em quatro itens: 'vocabulário', 'gramática', 'coesão' e 'estrutura textual'. Esses itens podem ser imaginados em escala ascendente: o vocabulário trata principalmente das palavras individuais, a gramática das palavras combinadas em orações e frases, a coesão trata da ligação entre orações e frases e a estrutura textual trata das propriedades organizacionais de larga escala dos textos (Fairclough, 2001, p. 103).

Sobre a prática discursiva, ela “envolve processo de produção, distribuição e consumo textual, e a natureza desses processos varia entre diferentes tipos de discurso de acordo com fatores sociais” (Fairclough, 2001, p. 107). Isso se dá porque os textos são desenvolvidos de acordo com um contexto comunicacional e social específicos. Com relação a discurso e contexto, van Dijk (2020) afirma que o contexto condiciona a produção e a compreensão dos textos e da fala. Assim:

São relativamente poucos os estudos voltados para os condicionamentos contextuais que pesam, por exemplo, sobre a coesão e a coerência, a escolha do assunto, os esquemas noticiosos ou argumentativos, o estilo das manchetes de jornais, os atos de fala, a tomada de turno ou as estratégias de persuasão e manipulação, dentre inúmeras outras propriedades do discurso (van Dijk, 2020, p. 160).

A questão é que muitos contextos que seriam válidos para uma análise de discurso são ignorados. Por exemplo, “condicionamentos sociais como o gênero ou a classe não chegam a ter quaisquer efeitos claros mais importantes” (van Dijk, 2020, p. 161). Por isso, duas pesquisas que investigam o mesmo fenômeno podem apresentar resultados diferentes: “o resultado vai depender quase sempre dos demais fatores que são relevantes na situação comunicativa” (van Dijk, 2020, p. 161).

Há relação entre a situação contextual estudada por van Dijk (2020) e a prática discursiva do modelo tridimensional de Fairclough (2001), na medida em que o autor ressalta

os efeitos que um texto pode produzir: “alguns textos conduzem a guerras ou à destruição de armas nucleares; outros levam as pessoas a perder o emprego ou a obtê-lo; outros ainda modificam as atitudes, as crenças ou as práticas das pessoas” (Fairclough, 2001, p. 108). As consequências de um texto dependem do contexto social que o leitor tiver acesso para, assim, fazer suas interpretações e associações. Outra questão relevante sobre contexto diz respeito ao nível de complexidade da distribuição do texto. Dessa forma:

Alguns textos têm distribuição simples - uma conversa casual pertence apenas ao contexto imediato de situação em que ocorre -, enquanto outros têm distribuição complexa. Textos produzidos por líderes políticos ou textos relativos a negociação internacional de armas são distribuídos em uma variedade de diferentes domínios institucionais, cada um dos quais possui padrões próprios de consumo e rotinas próprias para a reprodução e transformação de textos. Por exemplo, os telespectadores recebem uma versão transformada de um discurso pronunciado por Thatcher ou Gorbachev, versão que é consumida segundo hábitos e rotinas particulares de recepção (Fairclough, 2001, p. 108).

De modo geral, existem várias questões de cunho sociocognitivo que os participantes do discurso já têm interiorizadas e que agem no processo de interpretação do texto recebido. Nesse sentido:

Os processos de produção e interpretação são socialmente restringidos num sentido duplo. Primeiro, pelos recursos disponíveis dos membros, que são estruturas sociais efetivamente interiorizadas. Normas e convenções, como também ordens de discurso e convenções para a produção, a distribuição e o consumo de textos do tipo já referido e que foram constituídos mediante a prática e a luta social passada. Segundo, pela natureza específica da prática social da qual fazem parte, que determina os elementos dos recursos dos membros a que se recorre e como (de maneira normativa criativa, aquiescente ou opositiva) a eles se recorre (Fairclough, 2001, p. 109).

Dessa maneira, produzir reflexões que explanem e tratem especialmente da natureza específica da prática social da qual lutas sociais fazem parte é um objetivo fulcral para o desenvolvimento de uma análise tridimensional do discurso focada na mudança discursiva e, por conseguinte, social. Ainda sobre contexto, Fairclough (2001, p. 110-111) afirma que:

A maneira como o contexto afeta a interpretação do texto varia de um tipo de discurso para outro [...]. E, nesse sentido, as diferenças entre os tipos de discurso são socialmente interessantes porque apontam assunções e regras de base implícitas que têm frequentemente caráter ideológico.

Assim, segundo o autor, um texto “ganha” ou “perde” força de acordo com o significado interpessoal revelado em cada leitor, podendo tornar-se, portanto, uma ação social. De todo modo, o contexto “é um fator importante na redução da ambivalência da força” (Fairclough,

2001, p. 111), já que ele se torna responsável por apontar, por vezes, a intencionalidade do que está sendo dito ou a natureza geral do contexto social. Ao tratar da prática discursiva, Fairclough (2001) se direciona, na maior parte do texto, para o consumo da produção textual. Esse direcionamento faz bastante sentido quando entendemos que as relações sociais e de poder são estabelecidas e mantidas, principalmente, pela forma como compreendemos e internalizamos o que nos é transmitido.

Por exemplo, até meus 25 anos, consumi discursos voltados para corpos ditos plenamente capazes, tanto que submeti meu corpo a trabalhar todos os dias da semana nos três turnos. De repente, me vi presa num corpo que era incapaz de andar ou de pegar coisas, quem dirá trabalhar os sete dias da semana. Internalizei a plenitude do corpo como regra para viver, trabalhar e ter momentos de lazer na sociedade, e fiz isso com uma força tão significativa que, mesmo após voltar a andar, não me enxergava digna de voltar a trabalhar, já que, agora, eu possuía uma mão sem funcionalidade. Essa minha interpretação deturpada do corpo deficiente, eu não construí sozinha, essa significação foi formada a partir de todos os contextos sociais nos quais fui inserida e de todos os discursos sobre a romantização do esgotamento físico e dedicação total para o trabalho (como sinônimo de vitalidade e plenitude) que ouvi.

Partamos agora para a reflexão do discurso como prática social. Para tanto, Fairclough (2001) discorre sobre o discurso em relação à ideologia e discurso como uma forma de hegemonia. Iniciando pela ideologia, o autor recorre aos pensamentos de Althusser (utilizado como base para a análise do discurso pecheutiana). Pensando em ideologia com base na análise do discurso francesa, perceberemos sua ligação com o materialismo histórico e podemos afirmar que, de certa forma, ela dialoga com a concepção da ACD a respeito da superestrutura ideológica: esta tem “sua ligação com o modo de produção que domina a formação social considerada” (Pêcheux, 1990, p. 165).

Além disso, Fairclough (2001) também entende que a ideologia se materializa com as práticas discursivas e que os sujeitos são constituídos por meio da ideologia. Figueira (2016, p. 81) também explica que, para Althusser, “o assujeitamento ideológico comporta em si mesmo a possibilidade da resistência, da revolta e da luta política”. Dessa forma, os aparelhos ideológicos do estado podem não ser somente os meios como também o local da luta de classes, e essa asserção é partilhada por Fairclough (2001). De modo geral, Fairclough (2001, p. 117) compreende que:

[...] as ideologias são significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das

formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação.

A construção ideológica de que corpos com deficiência são inválidos, incapazes e não importam, por exemplo, reforça o poder que o corpo “plenamente” capaz ganha em detrimento do corpo com deficiência e este, por sua vez, é subjugado e abjetificado por tão somente existir. A questão é que essas ideologias se tornam eficazes, porque atingem o *status* de senso comum, sendo naturalizadas. Um corpo com todas suas funcionalidades ativas é o corpo natural, lido como normal, enquanto qualquer corpo que não se enquadre nesse cenário é lido como não natural, anormal, precário.

Nesse sentido, a luta ideológica é uma dimensão da prática discursiva, “uma luta para remoldar as práticas discursivas e as ideologias nelas construídas no contexto da reestruturação ou da transformação das relações de dominação” (Fairclough, 2001, p. 117). Ainda, quando ocorre de, num determinado espaço, haver práticas discursivas divergentes, essa divergência pode se dar, justamente, por uma construção ideológica diferente. Um exemplo recente foi uma piada feita por Marcelo Duque, em seu *show*, sobre a deficiência da participante Bianca, do *reality* Casamento às cegas¹⁵. Puderam ser ouvidos risos de boa parte da plateia, indicando concordância com o que havia sido dito. Porém, em algumas plataformas *online*, como o TikTok¹⁶, muitos influenciadores se opuseram à piada, apontando, assim, uma prática discursiva divergente da de um grupo de pessoas que compunham a plateia no dia do *show*.

Outra questão importante apontada por Fairclough (2001) é a de que não devemos considerar a possibilidade de encontrar a ideologia nos textos, isso porque os sentidos atribuídos ao texto estão condicionados às interpretações deles. Além disso:

[...] os textos estão abertos a diversas interpretações que podem diferir em sua importância ideológica e porque os processos ideológicos pertencem aos discursos como eventos sociais completos – são processos entre as pessoas – não apenas aos textos que são momentos de tais eventos (Fairclough, 2001, p. 119).

O autor também atenta para o fato de que as construções ideológicas sociais podem se apresentar de maneira mais ou menos naturalizada e automatizada, o que quer dizer que não necessariamente estamos conscientes que nossa prática discursiva se direciona a uma ideologia.

¹⁵ Para saber mais acesse a página *Fatos&Vídeos* no Youtube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=1w81jZWI4yQ>>. Acesso em: 30 jun 2023.

¹⁶ Como a Raisa Horo, disponível em: <<https://vm.tiktok.com/ZMrkkwmWY/>>. Acesso em: 01 jun 2023. Ou como a Yasmin Paludo, disponível em: <<https://vm.tiktok.com/ZMrkkVRFj/>>. Acesso em: 01 jun 2023, dentre outros

Um certo dia, na minha primeira aula presencial (pós-pandemia) do mestrado, meu professor perguntou o processo de desconstrução pelo qual estávamos passando. Eu respondi “estou desconstruindo o preconceito com minha própria deficiência”, e ele respondeu “então você é uma capacitista em desconstrução?”. Confesso aqui que, ao longo dos meus 27 anos, ainda não havia ouvido/lido sobre o termo *capacitismo*. Meu capacitismo comigo mesma foi construído ideologicamente a partir de minhas vivências e observações na sociedade, e isso não me era consciente. Porém, à medida que iniciei meus estudos críticos, adotei novos posicionamentos e uma nova consciência anticapacitista. A partir disso, comecei a ser capaz de enxergar a possibilidade de continuidade e retomada da vida (para o lazer, para o trabalho etc.). Assim:

Essa é uma razão para se defender uma modalidade de educação linguística que enfatize a consciência crítica dos processos ideológicos no discurso, para que as pessoas possam tornar-se mais conscientes de sua própria prática e mais críticas dos discursos investidos ideologicamente a que são submetidas (Fairclough, 2001, p. 120).

Fazendo assim, tornamos possível a mudança nas ordens discursivas e, conseqüentemente, das estruturas sociais. Em outras palavras:

À medida que os produtores e os intérpretes combinam convenções discursivas, códigos e elementos de maneira nova em eventos discursivos inovadores estão, sem dúvida, produzindo cumulativamente mudanças estruturais nas ordens de discurso: estão desarticulando ordens de discurso existentes e rearticulando novas ordens de discurso. novas hegemonias discursivas (Fairclough, 2001, p. 128).

Para poder discorrer sobre prática discursiva além da ideologia, Fairclough (2001) apontou também para a questão da hegemonia. Ele a conceitua da seguinte forma:

Hegemonia é liderança tanto quanto dominação nos domínios econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade. Hegemonia é o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingido senão parcial e temporariamente, como um equilíbrio instável. Hegemonia é a construção de alianças e a integração muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar seu consentimento. Hegemonia é um foco de constante luta sobre pontos de maior instabilidade entre classes e blocos para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação, que assume formas econômicas, políticas e ideológicas. A luta hegemônica localiza-se em uma frente ampla, que inclui as instituições da sociedade civil (educação, sindicatos, família), com possível desigualdade entre diferentes níveis e domínios (Fairclough, 2001, p. 122).

Nesse contexto, compreendemos que é de extrema importância para a luta hegemônica a articulação e rearticulação de ordens do discurso, assim como a produção, distribuição e interpretação dos textos, pois essas ações, em conjunto, contribuem “para a reprodução ou a transformação não apenas da ordem de discurso existente [...] mas também das relações sociais e assimétricas existentes” (Fairclough, 2001, p. 123-124). Só podemos mudar algo quando este nos aponta um problema. Assim como eu, muitas outras pessoas têm o capacitismo internalizado sem nem ao menos saber. Sendo assim, só podemos desconstruir essa ordem discursiva capacitista por meio da reflexão e análise dos discursos que rodeiam a sociedade e são propagados por ela. Estudos com esse objetivo buscam propor mudanças na hegemonia sobre o corpo com deficiência.

Como afirma Foucault (1996), os discursos que transformam a sociedade são controlados, perpassados por formas de poder e de repressão. Somos conduzidos pelos discursos, e certas reflexões não são acessíveis à massa. Com linguagem altamente rebuscada, os textos acadêmicos capazes de promover uma reflexão mais acentuada sobre temáticas sociais são inacessíveis para população que não possui domínio desse requinte linguístico. A partir desse entendimento e a fim de alcançar o maior número de pessoas possível, este estudo busca utilizar uma linguagem simples, promovendo, assim, acessibilidade e inclusão aos mais variados públicos. Ademais, nosso objeto de estudo tem como sujeitos pessoas com deficiência que discorrerão, a partir do seu lugar de fala¹⁷, sobre suas vidas na sociedade.

Considerando que este estudo se volta para o desenvolvimento do discurso como prática social e representacional (já que busca investigar o significado representacional que é construído a partir da versão de mundo de pessoas com deficiência na luta contra as violências capacitistas), trataremos, a seguir, sobre discurso e representação de acordo com Fairclough (2003).

3.2.1 Discurso e representação

Para Fairclough (2003), o termo *discurso* é utilizado como substantivo abstrato para se referir a um “conjunto de declarações”, assim como também pode ser um substantivo concreto quando se refere a um grupo de enunciados ou às regras que regem esse grupo de enunciados.

¹⁷ A discussão sobre lugar de fala, defendida e popularizada por Djamila Ribeiro em sua obra *Lugar de fala* têm raízes nos pensamentos de Gayatri Spivak, crítica e teórica indiana, quando reflete sobre a problemática “E quando o subalterno fala?: ideologia, tradução e ética.

Para o autor, os discursos são uma forma de representar aspectos do mundo material, mental e social. De modo geral:

Diferentes discursos são diferentes perspectivas sobre o mundo, e estão associados às diferentes relações que as pessoas têm com o mundo, o que, por sua vez, depende de suas posições no mundo, de suas identidades sociais e pessoais e das relações sociais em que se encontram com outras pessoas (Fairclough, 2003, p. 124).¹⁸

Nesse contexto, é inegável que existem aspectos particulares do mundo e que estes podem ser representados de formas distintas, admitindo, assim, relações diferentes entre os discursos. Essas relações são determinantes para o relacionamento entre as pessoas, já que, com seus discursos, elas podem se complementar, competir entre si, dominar uma a outra etc. Portanto:

Os discursos constituem parte dos recursos que as pessoas empregam para se relacionarem umas com as outras — mantendo-se separadas umas das outras, cooperando, competindo, dominando — e buscando mudar as formas como se relacionam entre si (Fairclough, 2003, p. 124).¹⁹

Evidencia-se como inegável a relevância do discurso para o bom funcionamento e manutenção da sociedade, assim como seu poder destrutivo. Ao propor o discurso como uma forma de representação, o autor admite um certo grau de repetição e comunalidade, e não poderia ser diferente, já que nos referimos a discursos estáveis que são compartilhados por grupos de pessoas — que partilham das mesmas características identitárias — ao longo do tempo. Entretanto, Fairclough (2003) ressalta que é possível, no discurso individualista do eu, por exemplo, representar as pessoas como indivíduos racionais, individuais e unitários, com identidade social secundária.

Um ponto interessante sobre discurso e texto, para o estudioso, é o de que textos distintos de uma mesma cadeia de eventos ou que se relacionam na mesma rede de práticas sociais, e que representam, de forma geral, os mesmos aspectos do mundo, diferem nos discursos em que se baseiam. Minha luta contra o capacitismo e meu discurso sobre ele se baseiam na minha experiência como alguém que passou por um AVC e ficou com sequelas e

¹⁸ No original: “Different discourses are different perspectives on the world, and they are associated with the different relations people have to the world, which in turn depends on their positions in the world, their social and personal identities, and the social relationships in which they stand to other people”.

¹⁹ No original: “Discourses constitute part of the resources which people deploy in relating to one another — keeping separate from one another, cooperating, competing, dominating — and in seeking to change the ways in which they relate to one another”.

também nos textos aos quais tive acesso, o que provavelmente será diferente com o influenciador Ivan Baron²⁰, que tem uma deficiência de nascença e uma área de formação totalmente distinta da minha. A representação que ele fará dele em seus discursos, portanto, será totalmente diferente da minha, mesmo que envolva a mesma prática discursiva social. Isso é justificado porque “os textos também estabelecem relações dialógicas ou polêmicas entre seus discursos 'próprios' e os discursos dos outros” (Fairclough, 2003, p. 128)²¹.

Veja o que diz Rosana Bastos (ex-atleta de basquete em cadeira de rodas, integrou a Seleção Brasileira nas Paraolimpíadas de Atlanta em 1996) no apontamento, a representação da PcD para os outros – no caso, seus pais em seu discurso contra o capacitismo:

- (1) Eu seria uma pessoa muito inteligente, bonita, saudável, enfim uma pessoa de muito sucesso [...] eu tenho certeza que meus pais duvidaram se eu seria mesmo tudo aquilo que estava ali, quando poucos meses depois daquele encontro com o realejo, eu me vi totalmente paralisada numa cama, com febre altíssima, quase morta, até que o vírus da pólio fosse embora e deixasse seu estrago. Já era! Todas aquelas qualidades não podiam coexistir com a deficiência. E assim eu cresci [...] (Bastos, 2021).

Nesse excerto, Rosana Bastos não se coloca no discurso como quem duvidou, mas como quem teve certeza de que “seus pais” duvidaram. Ela não esmiuça os motivos que a levaram a acreditar nisso, mas, muito provavelmente, um conjunto de ações e discursos penosos sobre sua situação a fizeram interpretar a situação dessa forma.

Para identificarmos diferentes discursos em um texto, Fairclough (2003) aponta para dois caminhos: i) representar alguma parte particular do mundo; e ii) representar a partir de uma perspectiva particular. Para tanto, na análise textual, é possível:

- 1) Identificar as principais partes do mundo (incluindo áreas da vida social) que estão representadas — os principais ‘temas’. (2) Identificar a perspectiva particular ou ângulo ou ponto de vista a partir do qual eles são representados (Fairclough, 2003, p. 129).²²

No trecho (1) apresentado, temos como principais partes do mundo, ou seja, da temática, o evento da própria deficiência se mostrando. Quando Rosana exclama “Já era!”, ela apresenta uma perspectiva particular sobre esse evento, admitindo, assim, e partilhando a descrença dos

²⁰ Para saber mais, acesse o perfil de @ivanbaron no Instagram. Disponível em: <<https://www.instagram.com/ivanbaron?igsh=b3l5M3huZjRkMmZk>>. Acesso em: 30 mai 2023.

²¹ No original: “Texts also set up dialogical or polemical relations between their ‘own’ discourses and the discourses of others”.

²² No original: “(1) Identify the main parts of the world (including areas of social life) which are represented — the main ‘themes’. (2) Identify the particular perspective or angle or point of view from which they are represented”.

seus pais, com a deficiência: “já era” a pessoa inteligente, bonita, saudável e de sucesso que era prevista para ela. Nossas análises, portanto, seguirão o conselho de Fairclough (2003, p. 129):

Em vez de apenas focar atomisticamente em diferentes maneiras de formular os mesmos aspectos do mundo, é mais produtivo focar em como diferentes discursos estruturam o mundo de forma diferente e, portanto, nas relações semânticas entre as palavras.²³

Em geral, as relações dialógicas e de práticas discursivas são estabelecidas nos textos e é papel do agente social criar significado a partir do que consome. Além de identificar essas relações semânticas no texto, o autor também orienta a atentar para esquemas pré-construídos, ou melhor, pré-construções ideológicas, naturalizadas de forma até mesmo inconsciente, mas que, por meio delas, as pessoas geram visões do mundo. Em outras palavras:

Quando diferentes discursos entram em conflito e discursos particulares são contestados, o que é centralmente contestado é o poder desses sistemas semânticos pré-construídos para gerar visões particulares de mundo que podem ter o poder performativo de sustentar ou refazer o mundo à sua imagem, por assim dizer. [...] Os discursos diferem na forma como os elementos dos eventos sociais (processos, pessoas, objetos, meios, tempos, lugares) são representados, e essas diferenças podem ser tanto gramaticais quanto lexicais (vocabulário). A diferença entre uma nominalização e um verbo é uma diferença gramatical, assim como a diferença entre verbos transitivos e intransitivos (Fairclough, 2003, p. 130-132).²⁴

Outra proposição essencial para a análise é a de que:

Os textos diferem nos discursos que utilizam para representar aspectos particulares do mundo, e articulam diferentes discursos juntos (hibridizam ou misturam discursos) de várias maneiras. Os discursos podem ser diferenciados em termos de relações semânticas (sinonímia, hiponímia, antonímia) entre palavras — como classificam partes do mundo —, bem como colocações, pressupostos e várias características gramaticais (Fairclough, 2003, p. 133).²⁵

²³ No original: “Rather than just focusing atomistically on different ways of wording the same aspects of the world, it is more productive to focus on how different discourses structure the world differently, and therefore on semantic relationships between words”.

²⁴ No original: “When different discourses come into conflict and particular discourses are contested, what is centrally contested is the power of these preconstructed semantic systems to generate particular visions of the world which may have the performative power to sustain or remake the world in their image, so to speak. [...] Discourses differ in how elements of social events (processes, people, objects, means, times, places) are represented, and these differences can be grammatical as well as lexical (vocabulary). The difference between a nominalization and a verb is a grammatical difference, so also is the difference between transitive and intransitive verbs”.

²⁵ No original: “Texts differ in the discourses they draw upon to represent particular aspects of the world, and they articulate different discourses together (hybridize or mix discourses) in various ways. Discourses can be differentiated in terms of semantic relations (synonymy, hyponymy, antonymy) between words — how they classify parts of the world — as well collocations, assumptions, and various grammatical features”.

Ao se aprofundar nas questões representacionais, o autor apresenta três tipos principais de significado, a saber: ação, representação e identificação. Eles se apresentam concomitantemente nas orações, porém cada um apresenta uma perspectiva particular sobre a oração.

Ao analisar a ação, faz-se necessário se direcionar às categorias de função de fala e modo gramatical; ao alterar o foco para o significado representacional, as orações podem ser estruturadas a partir de três elementos: processos, participantes e circunstâncias. Por exemplo, em “eu me vi totalmente paralisada numa cama”, há um processo (ver), um participante (eu) e uma circunstância (numa cama). Greiner (2023) traz uma perspectiva interessante para analisarmos essa percepção de Rosana, observe:

O que sentimos e como sentimos nada mais é do que a leitura de como se encontra o organismo, ou parte dele, de momento a momento. [...] o conhecimento é uma prática. Aquilo que se busca estabilizar na ação de conhecer, tem a ver com a insistência em continuar existindo e, em termos discursivos, trata-se de uma luta contra artigos definidos maiúsculos O real, A existência, O corpo, O sujeito e O *self*. Toda vez que o organismo sofre algum tipo de perturbação, experimenta uma sensação visceral estrangeira. Por se tratar de uma sensação corporal “marca” uma imagem ou um fluxo de imagens, uma espécie de cartografia que o cérebro realiza incessantemente, mapeando o que acontece no corpo. A função do marcador somático é chamar atenção para o resultado de uma ação, como uma espécie de alarme que anuncia um perigo ou desestabilização para o organismo. Quando isto acontece, *o corpo pode rejeitar imediatamente a situação desconfortável ou optar por alternativas, que é justamente o que ocorre na crispitemologia* (Greiner, 2023, p. 24, grifo nosso).

O que Rosana conhecia no momento em que se viu com sua deficiência não a confortou, a “paralisação” e delimitação de espaço (na cama) que ela descreveu apontava para todas as impossibilidades e limitações: de se mexer, de andar, de sair, de existir, de viver. No fim, no entanto, ela se reinventou, resistiu e reexistiu.

Essas situações são chamadas de eventos por Fairclough (2003). O autor postula que estes se dividem de acordo com três níveis de abstração: mais concreto, ao representar eventos específicos; mais generalizado, ao apresentar um conjunto de eventos; e, mais abstrato, quando tratar da representação de práticas ou estruturas sociais. Meu exemplo extraído do excerto (1) se encontra num nível mais concreto por apresentar um evento específico único. No quadro a seguir, proponho uma sintetização da proposta de análise representacional abordada por Fairclough (2003). Vejamos:

Quadro 2 – Sintetização da teoria da representação de Norman Fairclough

1. Identificar que representação está sendo feita

1.1 Alguma parte particular do mundo	1.2 Representação a partir de uma perspectiva particular	
2. Identificar as relações semânticas do texto, a fim de revelar esquemas pré-construídos, ou melhor, pré-construções ideológicas naturalizadas		
3. Identificar o tipo de significado		
3.1 Ação	3.2 Representação	3.3 Identificação
3.1.1 Função de fala 3.1.2 Modo gramatical	3.2.1 Estruturada em três eixos: processos, participantes e circunstâncias	3.3.1 Busca apontar como são construídas as identidades no discurso
4. Níveis de abstração dos eventos		
4.1 Concreto	4.2 Generalizado	4.3 Mais abstrato
5. Elementos dos eventos sociais		
5.1 Inclusão ou exclusão	Nos textos, elementos de eventos são incluídos na representação desses eventos e outros são excluídos. Quais dos elementos incluídos recebem maior destaque ou saliência?	
5.2 Presença	Quais elementos de eventos, ou eventos em uma cadeia de eventos, estão presentes/ausentes, proeminentes/em segundo plano?	
5.3 Abstração	Qual grau de abstração/generalização a partir de eventos concretos?	
5.4 Arranjo	Como os eventos são ordenados?	
5.5 Aditivo	O que se acrescenta na representação dos acontecimentos — explicações/legitimações (motivos, causas, finalidades), avaliações?	
6. Representações de atores sociais		
6.1 Inclusão/exclusão	Podemos distinguir dois tipos de exclusão de atores sociais: a) Supressão: ou seja, não está no texto de forma alguma b) Plano de fundo: ou seja, mencionado em algum lugar do texto, mas deve ser inferido em um ou mais lugares	
6.2 Papel gramatical	O ator social é percebido como um participante, dentro de uma circunstância, ou como um substantivo ou pronome possessivo.	
6.3 ‘Ativado’/‘passivado’	O ator social é o ator nos processos (aquele que faz), ou o afetado ou beneficiário (afetado pelos processos)?	
6.4 Pessoal/impessoal	Os atores sociais podem ser representados tanto de forma impessoal quanto pessoal — por exemplo, referir-se à polícia como “a imundície” a impersonaliza.	
6.5 Nomeado/classificado	Os atores sociais podem ser representados pelo nome (por exemplo, “Fred Smith”) ou em termos de classe ou categoria (por exemplo, “o médico”). Nesse último caso, eles podem ser referidos individualmente (por exemplo, “o médico”) ou como um grupo (“os médicos”, “médicos”).	

6.6 Específico/genérico	Quando os atores sociais são classificados, eles podem ser representados específica ou genericamente — por exemplo, “os médicos” pode se referir a um grupo específico de médicos (por exemplo, aqueles que trabalham em um determinado hospital) ou à classe
-------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Fairclough (2003, p. 286-287).

Veremos mais adiante que nosso *corpus* tratará de representações construídas a partir de uma perspectiva particular do sujeito com o mundo. Por meio dessas construções discursivas, identificaremos as relações semânticas do texto, a fim de revelar pré-construções ideológicas naturalizadas. Esmiuçaremos o tipo de significação construída, apontando todos os elementos que envolvem os eventos sociais e, a partir dessas construções e constatações, entenderemos como os atores sociais se autorrepresentam no discurso.

4 O *ETHOS* DISCURSIVO

Os discursos veiculados no canal TED/TEDX, na plataforma *online Youtube*, abordam temáticas sociais importantes e objetivam desconstruir ideias preconceituosas enraizadas na sociedade. Considerando, então, que se tratam de discursos para persuadir, analisaremos quais recursos foram utilizados pelos locutores para tratar da temática “capacitismo”, a fim de desconstruir o estereótipo sobre deficiência. Sabemos que, para alcançar sucesso nesse processo, o locutor se impõe e começa a desenvolver uma imagem de si a partir do momento que entra no palco para discursar.

Para Amossy (2015), não é possível aprender uma técnica para a apresentação de si, essa representação se efetua por meio do discurso. Nesse sentido, ao analisar o discurso, é possível, segundo a autora, descrever “usos verbais e modalidades de interação dos quais se extrai uma regulamentação” (Amossy, 2015, p. 10), além da possibilidade de construir modelos para comprovar o mecanismo ou os mecanismos utilizados para construir a imagem de si no discurso.

A partir da ideia de interação apresentada pela Pragmática (para além das relações morfossintáticas e semânticas), “dizer que os participantes interagem é supor que a imagem de si construída no e pelo discurso participa da influência que exercem um sobre o outro” (Amossy, 2015, p. 12), ou seja, a construção da imagem de si influencia no discurso do locutor e na recepção desse discurso pelos interlocutores. Ainda nesse contexto da interação textual, esta “exige que os autores forneçam, por seu comportamento voluntário ou involuntário, certa impressão de si mesmos que contribui para influenciar seus parceiros do modo desejado” (Amossy, 2015, p. 12).

A semântica é a raiz para análise do *ethos* na enunciação. Assim, “é o próprio enunciado que fornece as instruções sobre ‘o(s) autor(es) eventual(ais) da enunciação’” (Amossy, 2015, p. 14). Portanto, analisar o locutor “no discurso consiste não em ver o que ele diz de si mesmo, mas em conhecer a aparência que lhe conferem as modalidades de sua fala” (Amossy, 2015, p. 15). Dessa maneira, os caracteres utilizados nos enunciados conferem à enunciação o *status* de aceitável ou não.

O primeiro autor a estudar o *ethos* no discurso foi Dominique Mangueneau. Para ele, a forma de dizer algo dá aval para construção de uma imagem genuína de si, e, quando o locutário começa a percebê-la, a partir dos mais variados índices discursivos, essa maneira de dizer contribui para a formação de uma ligação entre locutor e locutário: “ao mesmo tempo, o *ethos*

está ligado ao estatuto do locutor e à questão de sua legitimidade, ou melhor, ao processo de sua legitimação pela fala” (Amossy, 2015, p. 17).

A efetivação da construção de uma imagem fortalece a confiança entre os envolvidos no ato de comunicação. Em outras palavras, “toda comunicação está fundada em uma confiança mínima entre os protagonistas, e cabe a uma retórica narrativa” (Amossy, 2015, p. 21). Segundo a autora, quando a narrativa tiver como objetivo a persuasão, ela tenderá a reduzir drasticamente as ambiguidades que possam provocar dúvidas do que se deseja convencer. Essa afirmação se efetiva em todos os discursos que compõem o *corpus*: não há PcD apresentando situações as quais indicassem um desvio da verdade sobre o capacitismo que nos cerca. Todos apresentam, à sua maneira, a necessidade de entender a PcD como um ser capaz de se inserir em qualquer espaço.

Ainda de acordo com a autora, a questão do *ethos* não está limitada ao grau de confiança ou autoridade que o enunciador possua, mas sim com o quanto esses fatores se tornam válidos durante a enunciação, isto é, o enunciador conquista a confiança do público e, como consequência, a validação como autoridade por meio do discurso. Dessa maneira, os enunciadores do *corpus* que será analisado constroem a imagem de si primeiro por serem pessoas com deficiência. É nesse sentido que a frase de Tom Shakespeare ganha todo sentido: “nada sobre nós, sem nós”²⁶. Como um enunciador sem deficiência poderia falar sobre esta com propriedade?

Esse contexto aponta para um *ethos* ligado à cultura, ou seja:

Sua reflexão está ligada a um questionamento das noções de sujeito, de ideologia, de escritura e valoriza o objetivo de eficácia da retórica; *trata-se de ver como pode se instaurar um ethos discursivo que contribua para constituir uma fala de mulher* ou, ainda, a de um ‘subalterno’ (Amossy, 2015, p. 23, grifo nosso).

Consonante à ideia de que é necessário ser para falar com propriedade sobre algo, a autora postula que:

O poder das palavras deriva da adequação entre a função social do locutor e seu discurso: o discurso não pode ter autoridade se não for pronunciado pela pessoa legitimada a pronunciar-lo em uma situação legítima, portanto, diante dos preceptores legítimos [...] Em resumo, e para levar as coisas ao extremo, a eficácia da palavra não depende do que ele enuncia, mas daquele que a enuncia e do poder do qual ele está investido aos olhos do público (Amossy, 2015, p. 120-121).

²⁶ A frase em questão foi dita pelo ativista Tom Shakespeare numa palestra sobre direitos das pessoas com deficiência, como afirma Sasaki (2007) e desde então vem sendo utilizada como um lema para a comunidade *crip*.

Nessa direção, a noção de estereótipo se faz necessária:

A estereotipagem, lembremos, é a operação que consiste em pensar o real por meio de uma representação cultural preexistente, um esquema coletivo cristalizado. Assim, a comunidade, avalia e percebe o indivíduo segundo um modelo reconstruído da categoria por ela difundida e no interior da qual ela o classifica (Amossy, 2015, p. 126).

A ideia de que ser deficiente me legitima a falar com propriedade sobre deficiência se consolida com o conceito de estereótipo supracitado, como no caso da locutária do texto 3 (cf. seção 5.2), que defende, em seu discurso, a acessibilidade em todos os espaços, mas para que acessibilidade se não houver ninguém para usufruir dela?

De modo mais amplo “o *ethos* é, então, manifestado pelo corpo inteiro, não só pela voz” (Fairclough, 2001, p. 210). Confirmando esse pressuposto, Nathalia Blagevitch apresenta um vídeo dela mesma, em um aeroporto, questionando a falta de acessibilidade presente. A estereotipagem da PcD se fundamenta na perspectiva de que deficiência é sinônimo de invalidez. Assim, PcD não sai de casa, não trabalha e não tem lazer.

Ao se apresentar como uma PcD em cadeira de rodas reivindicando acessibilidade, Rosana Bastos, por sua vez, legitima-se no discurso e passa a ser uma autoridade de confiança ao se apresentar como uma PcD que vai de encontro ao seu estereótipo. O fato de estar discursando sobre acessibilidade e escancarando a falta dela com sua própria experiência desconstrói o paradigma de que PcD não tem vida.

Em contrapartida, Guilherme Bara cria uma narrativa ambientada em um espaço de trabalho, com o mesmo objetivo que Nathalia Blagevitch: despertar no público a noção de que PcD tem vida e deve vivê-la da mesma forma que uma pessoa considerada funcional. É preciso compreender que o espaço deve se adequar a todos, e não o contrário. Levando em consideração que o público ao qual o locutor se dirigia era majoritariamente de pessoas lidas socialmente como funcionais, o enunciador se utilizou de um cenário que parecesse familiar a todos eles. Dessa maneira, “o orador adapta sua apresentação de si aos esquemas coletivos que ele crê interiorizados e valorizados por seu público-alvo” (Amossy, 2015, p. 126). Nesse caso, o orador se utilizou de uma narrativa de um esquema coletivo já familiar às pessoas do público para desconstruí-lo, não para reforçá-lo.

De modo geral, “o discurso lhe oferece todos os elementos de que tem necessidade para compor um retrato do locutor, mas ele os apresenta de forma indireta, dispersa, frequentemente lacunar ou implícita” (Amossy, 2015, p. 126). Depreende-se, portanto, que o *ethos* é o “conjunto das características que se relacionam à pessoa do orador e a situação na qual esses traços se manifestam que permitem construir sua imagem” (Amossy, 2015, p. 126).

Além disso, não se sabe qual primeira imagem foi construída pelo público a respeito dos locutores do *corpus*, mas suponhamos que seja uma imagem estereotipada. Então, é válido saber que “a reconstrução se efetua com a ajuda de modelos culturais que facilitam a integração dos dados em um esquema preexistente” (Amossy, 2015, p. 127), o que explica a estratégia utilizada por Guilherme Bara para validar a ideia de que PcD tem vida.

Diante de todo o exposto, buscamos, então, seguir as orientações de Mangueneau (2014): a noção de *ethos* é muito extensa e teve início com os estudos de Aristóteles, sendo manifestada em diversos campos de estudo. Dessa forma:

[...] se quisermos explorá-la, torná-la operacional, somos obrigados a inscrevê-la numa problemática precisa, privilegiando esta ou aquela faceta, em função, ao mesmo tempo, do *corpus* que nos propomos a analisar e dos objetivos da pesquisa que conduzimos, mas também da disciplina, isto é, do que é corrente no interior da disciplina em que se insere a pesquisa (Mangueneau, 2014, p. 12).

É reconhecendo que “esse *ethos* está ligado à própria enunciação, e não a um saber extradiscursivo sobre o locutor” (Mangueneau, 2014, p. 13) que nos deteremos ao discurso produzido, buscando nele indícios de representações de si para compreendermos como o *ethos* se constitui nesses discursos. Além disso, “para dar essa imagem positiva de si mesmo, o orador pode se valer de três qualidades fundamentais: a *phronesis*, ou prudência, a *areté*, ou virtude, e a *eunoia*, ou benevolência” (Mangueneau, 2014, p. 13). Por fim:

Esse *ethos* recobre não só a dimensão verbal, mas também o conjunto de determinações físicas e psíquicas ligados ao ‘fiador’ pelas representações coletivas estereotípicas. Assim, atribui-se a ele um ‘caráter’ e uma ‘corporalidade’, cujos graus de precisão variam segundo os textos. Quanto à ‘corporalidade’, ela está associada a uma compleição física e a uma maneira de vestir-se (Mangueneau, 2014, p. 13).

Dessa forma, o destinatário constrói uma imagem do fiador sustentada pelas representações sociais e estereótipos pré-existentes, estereótipos esses que “a enunciação contribui para confrontar ou transformar” (Mangueneau, 2014, p. 18).

5. TRANSCRIÇÃO E PRIMEIRAS IMPRESSÕES DO *CORPUS*

Os textos dos subtópicos apresentados a seguir foram retirados do canal TED/TEDX da plataforma *online Youtube*. Trata-se, portanto, de transcrições. Sobre esses textos, a primeira intervenção metodológica é a paragrafação e numeração dos parágrafos. O objetivo disso é

facilitar a localização dos trechos em análise. Reunimos, em cada parágrafo, um conjunto de ideias, a fim de não quebrar a coerência e, assim, manter a unidade semântica de cada parágrafo.

A analista do discurso Anahy Zamblano de Oliveira (2014, p. 22-23) explica que a paragrafação do texto é um procedimento metodológico da Análise Textual dos Discursos “que visa a evitar a noção de texto como algo dado, naturalizado, fora dos procedimentos de sua constituição como objeto de estudo”.

A respeito das primeiras impressões desses textos, percebemos que cada autor e cada teoria trabalhada até aqui será de grande valia e contribuição para as análises. Num primeiro momento, os fiadores (todos PcDs) se apresentam de maneira leve e extrovertida, e cada um trilha um caminho diferente para tratar sobre capacitismo.

A noção de sociedade capacitista que adotamos aqui tem sua raiz na Teoria *Crip*, de McRuer (2021). Em consonância com suas ideias, admitimos que a pessoa com deficiência fere o padrão social da normalidade e da falsa capacidade 100%. Além disso, estamos apoiados na ACD, pois entendemos o discurso como um meio eficiente para a desconstrução do poder hegemônico. Só é possível lutar uma batalha quando percebemos que ela existe. Por fim, o *ethos* se apresentou a nós como fonte crucial para compreendermos o funcionamento desses discursos. Entendemos o *ethos* da mesma forma que Maingueneau, que tem sua compreensão pelas “[...] características do sujeito enunciativo reveladas pelo próprio modo como esse sujeito enuncia e não as que, porventura, ele mesmo atribua a si” (Brunelli, 2014, p. 133).

A forma como cada fiador constrói a sua imagem revela muito sobre ele, afinal, falar de mim mesma em terceira pessoa, a partir de um personagem fictício, ou falar de mim apontando toda a minha “evolução”, ou falar de mim trazendo um vídeo que esbarra no estereótipo PcD, deve ter algum sentido/objetivo. Dessa forma, iniciaremos a análise pela forma como se constitui a modalidade desse tipo de discurso (os que propõem uma reflexão para desconstrução de um paradigma social). Em seguida, apontaremos outras propriedades enunciativas que ajudam a traçar o perfil do fiador.

Distribuídos em três subtópicos, estão os textos que compõem o *corpus* deste trabalho. No próximo capítulo, começaremos a análise de cada um deles.

5.1 DISCURSO 1: PRECISAMOS FALAR SOBRE CAPACITISMO | ROSANA BASTOS



Fonte: Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=DyizBjIqubE>>. Acesso em: 03 jun 24.



§ 1. Toda criança tem um super-herói preferido. A minha sobrinha-neta, por exemplo, adora Mulher-maravilha. A super-heroína favorita dela é uma mulher forte, imbatível, capaz de vencer todas as adversidades. Quem nunca conheceu uma criança que quer crescer para ser como Homem-aranha, Mulher-gato ou Super-homem? Pois é. Durante muitos anos, eu fui chamada de heroína também, como todos esses nomes. Se a Rosana criança soubesse disso, tenho certeza que acharia muito legal, mas a realidade é um pouco diferente.

§ 2. Você já sentira o peso e a responsabilidade de serem considerados exemplo de vida ou modelo de superação ou até motivos de inspiração para alguém? Não? Pois eu já senti. E posso dizer que não é nada leve.

§ 3. Por volta de um ano de idade, meus pais conheceram um moço do realejo e pagaram para o passarinho tirar o papel que traria prevista toda a minha sorte. Para os mais jovens, realejo é um carrinho que toca música, que tem um passarinho que tira papéis da sorte em uma caixinha.

§ 4. Saíram só coisas boas previstas daquele papelzinho. Eu seria uma pessoa muito inteligente, bonita, saudável, enfim, uma pessoa de muito sucesso. Havia até números previstos para a loteria.

§ 5. Bem, eu nunca ganhei na loteria, mas, com alguma frequência, me vejo pensando nos outros itens daquele papel. Eu tenho certeza que meus pais duvidaram se eu seria mesmo tudo aquilo que estava escrito ali quando, poucos meses depois daquele encontro com o realejo, eu me vi totalmente paralisada em uma cama, com febre altíssima, quase morta durante mais quarenta dias até que o vírus da Pólio fosse embora e deixasse o seu estrago.

§ 6. Já era. Todas aquelas qualidades não poderiam coexistir com a deficiência. E assim eu cresci. Sempre ouvindo que, apesar da minha doença, eu teria que ser uma menina muito estudiosa, muito inteligente e feliz.

§ 7. Aos sete anos, fui matriculada em um colégio de freiras caríssimo, só para meninas. Meu pai se revirava como podia para pagar as mensalidades sem saber que eu era extremamente infeliz naquele colégio, porque as freiras tinham tanto medo de eu me machucar que me proibiam de ir para o recreio com as outras meninas. E eu ficava sozinha merendando dentro de sala de aula. O resultado: eu quase não tinha amiguinhas. Mas, felizmente, meu médico, na ocasião – também deficiente, vítima de Pólio – aconselhou a minha mãe a me tirar daquele colégio e me matricular em uma escola pública regular, onde eu ia para o recreio, brincava de pega-pega, era empurrada, caía, me levantava, convivia com a falta de acessibilidade e era muito feliz.

§ 8. Foi na adolescência que comecei a perceber e entender uma certa diferença no tratamento que recebia por parte das pessoas. A maioria me tratava muito bem, era sempre uma chuva de elogios desnecessários que eu detestava, porque sabia não merecê-los. Ao mesmo tempo, uma discriminação disfarçada.

§ 9. Aos poucos, todas as minhas amigas foram arrumando namorados e paqueras e a história se repetia com todas, menos comigo. Foi assim que eu descobri: eu era diferente das outras meninas.

§ 10. Por volta dos dezoito a vinte anos, eu já me reconheci uma pessoa com deficiência, e não uma pessoa doente, como me fizeram acreditar. Mas, apesar de me reconhecer deficiente, eu nunca havia sido tratada como tal. Pelo contrário, nem meu maior ponto de apoio — a minha família — me via assim. Eu era tratada por todos como uma jovem que tinha uma doença incurável. E eu não os culpo, até mesmo

porque, naquela época, havia muita falta de informação sobre o tema. Ninguém sabia nada de nada. Vejam que estamos falando dos anos 76 a 79. Não se falavam em deficiência. Não se viam deficientes. Éramos todos doentes.

§ 11. Conviver e ver pessoas com deficiência foi fundamental para que eu me conhecesse. Fui apresentada a um grupo de jovens deficientes que fazia tratamento no hospital Arapiara. Todos paraplégicos e tetraplégicos por acidente de carro, armas de fogo e outros motivos que fundaram a Associação Mineira de Paraplégicos. Ali eu percebi que eu não tinha culpa de nada e que a sociedade é que estava em dívida comigo. Que meus direitos tinham que ser reconhecidos e respeitados assim como os direitos do meu vizinho sem deficiência. Ali eu vi e conheci e aprendi os conceitos de igualdade e diferença e entendi que eu era diferente na medida das minhas necessidades específicas, as quais deveriam ser respeitadas e reconhecidas, e não que eu deveria ter tratamento diferenciado por ser uma pessoa com deficiência. Foi ali que eu entendi que aquela responsabilidade e o peso que estavam sobre os meus ombros de ter que superar minha deficiência, vencer limites, não eram meus. Eu não queria ser exemplo de vida pra ninguém. E viver a minha vida normalmente não era motivo pra me chamarem de heroína.

§ 12. Bom, o tempo passou e muita coisa mudou. Mudou por conta dessa militância na qual eu me iniciei e, junto com pessoas importantíssimas para o processo, desenvolvemos uma luta que teve batalhas ferrenhas, a maioria das quais a gente ganhou – luta essa que ainda persiste. Mas há uma batalha nessa guerra que nós ainda precisaremos vencer: é o preconceito da sociedade em relação às pessoas com deficiência. Sem dúvida, hoje esse preconceito se apresenta de uma forma mais velada e ganhou o nome bonito e moderno de “capacitismo”.

§ 13. Trata-se de um preconceito estrutural que, como erva daninha, corrói a sociedade e tenta nos diminuir, tenta nos invisibilizar, tenta nos transformar em objetos para a remissão de suas culpas, fraquezas e medos. Na verdade, fomos, de certa forma, enganados. Nos venderam a ideia de que a deficiência é uma coisa ruim, um castigo de Deus, uma punição para a sua família, e não apenas uma diversidade em nossas vidas. Focaram em nos ensinar a lamentar as nossas deficiências, mas não nos ensinaram que a diversidade não é um obstáculo para que continuemos a viver a nossa vida. Pensam que, por sermos capazes de viver com as nossas deficiências, somos seres excepcionais.

E, durante muito tempo, nós propagamos ainda mais essa falácia e fortalecemos esse conceito de inspiração fake, porque a mídia contribuiu de forma especial para isso.

§ 14. Você já deve ter visto por aí dezenas de imagens e vídeos, tais como um homem sem as pernas, trabalhando de pedreiro, carregando a lata de massa, com a legenda “Você ainda tem motivos para reclamar?”; ou uma jovem senhora sem os braços, cozinhando com os pés e trocando fraudas de seu filho e a legenda “A única deficiência é não tentar”; ou o cadeirante, no topo da montanha, com os braços abertos, “A deficiência não é obstáculo para o sucesso”. Eu chamo de falsa inspiração porque essas imagens ou vídeos objetificam um grupo de pessoas em favor de outro grupo. E, nesse caso, as pessoas com deficiência estão sendo transformadas em objeto em favor das pessoas sem deficiência.

§ 15. Essas imagens inspiram e motivam você. Levam você a pensar que, por mais que sua vida esteja ruim, ela ainda poderia ser pior se você fosse um ou uma de nós, pessoas com deficiência.

§ 16. Eu já perdi a conta do número de pessoas que vieram me dizer que me admiram, que admiram a minha coragem, que eu sou uma inspiração para elas, apenas pelo fato de eu viver com a minha deficiência, ou seja, elas estavam me parabenizando pelo fato de eu acordar todos os dias, de eu estudar ou de ser uma dona de casa e trabalhar como qualquer outra pessoa. E talvez você ainda não tenha entendido o problema em nos parabenizar por fazermos absolutamente o que todo mundo faz.

§ 17. Quando as nossas deficiências são enxergadas por uma ótica de lamentação ou idealização, todas as nossas potencialidades, habilidades e conhecimentos são reduzidos a esse único espaço. As pessoas com deficiência deixam de ser vistas como pessoas sensuais, excelentes profissionais ou líderes em nossa sociedade. Ao sermos colocados em pedestais que devem inspirar e motivar, todas essas outras características são negadas para nós, mas todos esses espaços precisam ser reivindicados.

§ 18. Foi com a minha deficiência que eu me tornei atleta paralímpica, integrando a primeira equipe feminina no basquete sobre rodas nas paralimpíadas de Atlanta, 96. E não foi apenas isso. Também conquistei um trabalho que me inspirava e encontrei o amor da minha vida. Ele também era um atleta paralímpico, o primeiro cadeirante a completar a Volta da Pampulha, vencendo muitos corredores sem deficiência. Nos casamos, vivemos vinte anos juntos e tivemos dois filhos. Até que o infarto fulminante me lembrou aquela parte do discurso “até que a morte nos separe”.

§ 19. Acredito que esse capacitismo praticado todos os dias é uma herança social e, como tal, muito difícil de ser extirpada. Porque a mesma sociedade que nos elogia e nos aplaude é a mesma que nos nega o exercício da nossa cidadania, dos nossos direitos básicos, como educação inclusiva, saúde, lazer, trabalho, acessibilidade; nos nega respeito, nos priva de estarmos presentes nos espaços comuns. É a mesma sociedade que se orgulha em fazer por nós, se orgulha em nos doar migalhas de cidadania para se autoexaltarem.

§ 20. É preciso que entendam, de uma vez por todas, que já se foi o tempo que éramos apenas objeto de políticas assistencialistas, para justificar a atuação das primeiras-damas. Hoje queremos ocupar espaços de direito, queremos exercer cargos de liderança nas empresas nos governos, nos espaços de política. Queremos ser protagonistas da nossa história. Defendemos e acreditamos no lema “nada sobre nós sem nós”.

§ 21. A verdade é que, quando analisamos as bases da nossa sociedade, todo discurso de inclusão parece se esvaír. Fica nítido que ainda existem muitas batalhas a serem travadas. Não podemos sonhar com políticas públicas mais inclusivas se pessoas com deficiência não estiverem inseridas na formulação e implementação dessas mesmas políticas.

§ 22. Segundo pesquisa realizada pela empresa [irreconhecível] em parceria com a consultoria Santo Caos, menos de dez por cento dos profissionais com deficiência ocupam cargos de lideranças nessas empresas onde trabalham. Enquanto não estivermos nas mesas em que as decisões são tomadas, as nossas necessidades e vozes continuarão sendo silenciadas.

§ 23. Por mais de vinte anos, ocupei cargos no governo de Minas, na Secretaria de Desenvolvimento Social, Secretaria de Esportes, Secretaria de Trabalho. Não foram poucas as vezes em que eu era a única pessoa com deficiência presente. E a minha presença nesses locais deixou um legado importante que foi o entendimento de que as políticas públicas que ali foram implantadas foram muito mais eficientes e tiveram muito mais credibilidade porque havia alguém com deficiência à frente. Por exemplo, hoje temos implantados, na Secretaria de Esportes de Minas Gerais, vários programas cujo resultado foi a presença de vários atletas mineiros medalhistas nas parolimpíadas de Tóquio.

§ 24. Quando assumimos esse lugar de protagonismo, ajudamos a quebrar os paradigmas de que as pessoas com deficiência não são capazes, não estão preparadas.

É que, para além de objetos de inspiração, para além de sermos exemplo de vida e superação, queremos viver em uma sociedade transformada. Eu sei que eu não verei, mas meus netos talvez possam ver; os seus netos poderão ver.

§ 25. Queremos viver em uma sociedade diversa, plural, possível, onde nós, pessoas com deficiência, sejamos vistos não por nossas deficiências, mas, antes de tudo, pelo nosso trabalho e pelas nossas conquistas. Eu, Rosana Bastos, quero ser elogiada ao final dessa fala pelo conteúdo da mesma, pela minha apresentação, e não por ser uma mulher com deficiência que teve coragem pra chegar até aqui.

§ 26. Da próxima vez que me chamarem de heroína, quero que seja porque conquistei meus objetivos ou por salvar alguém, mas não por dirigir um carro, atravessar a rua sozinha ou exercer a minha liberdade. E agora eu pergunto a vocês: Será que o passarinho do realejo acertou? Muito obrigada.

5.2 DISCURSO 2: NA CONVERSA DO RESPEITO E DA INCLUSÃO, TODOS SOMOS HERÓIS E VILÕES | GUILHERME BARA

Figura 04: Guilherme Bara em palestra no TEDx Campinas.



Fonte: Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=GURgzMcTgrA>>. Acesso em: 03 jun 24.

Assista ao vídeo na íntegra, pelo QR Code abaixo:



§ 1. Será que eu sou um coitadinho ou será que eu sou um super-herói? Pra responder a essa pergunta eu vou contar pra vocês a história de um colega meu chamado Pedro.

Só que, antes de contar a história do Pedro, tenho que falar pra vocês que, se tem uma vantagem de ser cego, é você não ver o tempo que falta pra você falar. Isso é muito bom, viu?

§ 2. Mas, voltando ao Pedro, o Pedro é um amigo meu, cego, e ele foi contratado pra trabalhar numa empresa. Quando ele chegou nessa empresa, os outros colaboradores, os outros funcionários, acharam o máximo. Falaram “Que bacana, né? Como a nossa empresa cuida do social! É uma empresa que sabe, né? Tá super alinhada com essa questão da responsabilidade”. O pessoal achou muito legal essa história da empresa contratar um rapaz cego. Os funcionários chegavam em casa e contavam com todo orgulho pro seu esposo, pra sua marida.

§ 3. – Meu amor, você não sabe, a empresa que eu trabalho é demais mesmo. Contratou um rapaz ceguinho lá. Meu, empresa boa essa, né, que eu trabalho.

§ 4. Ah é, meu bem, mas o que é que ele faz?

§ 5. – Não sei direito, mas ele tá lá. Ele tá lá. É muito legal ver o cara. Meu, o cara cego, meu amor. O cara cego tá lá.

§ 6. – Sim. É, mas... E ele... Qual o nome dele?

§ 7. – Eu acho que não perguntei.

§ 8. – Mas no almoço você não encontra?

§ 9. – Às vezes, eu sento meio longe, né?

§ 10. Bom, o tempo passou lá na empresa do Pedro. Até que, teve um dia, final de ano, o pessoal começou a organizar um churrasco. Pra comemorar, né? Esses, de confraternização no final de ano. O pessoal começou a organizar. Todo mundo empolgado, porque era num sítio de um diretor, um sítio muito bacana, o pessoal já tinha ido, algumas pessoas na empresa, né? E o pessoal ali empolgado, comentando “Caramba, achei muito legal, né?”. Até que alguém lembrou “E o Pedro? A gente vai chamar o Pedro?”. “Bom, o Pedro? Vamos chamar, apesar que, pra ele sei se é muito legal, né, porque vamos ver o que tem bacana lá no sítio pra fazer. Bom, tem aquela cachoeira que é muito legal. Mas naquela cachoeira tem um monte de pedra com limo. Imagina se a gente leva o Pedro, na melhor das intenções, e ele escorrega, né? A gente quer fazer uma boa ação, pode virar uma tragédia. Jogar futebol... Pedro não vai jogar futebol também, né? Olhar a mulherada da firma, né, ali na piscina...”. Desculpem, viu, gente, mas os homens fazem esses comentários grosseiros. “Ele também não vai poder ver, né?”. Até que alguém pensou assim “Bom, mas vamos pensar, né, chame ele sim,

porque ele fica ali na beira da piscina molhando o pezinho na água, a gente leva uma carne. Melhor do que ficar em casa, ouvindo rádio, né? Tem nada pra fazer.”. Ele foram lá falar com Pedro “Ô, Pedro, vamos... Vai ter um churrasco aí, né, no final de semana. Vamos com a gente?”. O Pedro já sabia, né? Ele ouve. O Pedro ouve. E aí o Pedro falou “É tô sabendo tal... mas pena que, nesse fim de semana, eu não posso”. E alguém já pensou “Eu sabia, né? Programa nada a ver.”. “Mas porque, Pedro, que você não pode? Vai ser tão legal, você fica sentado na piscina, a gente leva a carninha tal.”. Daí ele falou assim “Não é que, bem nesse fim de semana, eu tenho uma competição.”. O pessoal: “Porra, Pedro, mas como funciona isso? Corrida de aventura? Como é? Você vai lá?”.

§ 11. – É. Eu faço parte de uma equipe...

§ 12. – Mas como que é? A turma que vai correr passa por você e fala ‘Tô passando, Pedro.’ e você fala ‘Vai força!’. Você faz parte lá da torcida? Como que é?

§ 13. Daí o Pedro explica “Não. Eu faço... Eu sou atleta da equipe.” E daí o Pedro começa a contar que ele vai na academia todo dia; que ele faz bike naquelas tander, naquelas bicicletas pra duas pessoas; que ele vai naquele barquinho chamado [irreconhecível], que aprende a remar; que ele desce o rapel de cinquenta metros; e, quando ele conta, claro que vários pensam “Não. Ele só desce porque ele é cego, porque ele não sabe, né?”. Como se o cara, além de cego, não tivesse noção de que cinquenta metros é muito, né, e que é perigoso. Mas, e o pessoal começa achar o máximo “Caramba! O Pedro...”.

§14. Daí o Pedro continua contando a história, mas fala “Sabe que, dessa vez, eu não tô tão empolgado pra essa corrida.”.

§ 15. – Mas por que, Pedro? Que animal! Deve ser muito legal!

§ 16. – Não. É que a minha esposa não vai poder ir comigo.

§ 17. Os caras pensam ali [irreconhecível]. “Esposa?! Casou? Quem será?”. Ainda mais que descobrem que ela não tem deficiência. “Quem foi a maluca, né? Quem será que casa com um cara cego? Por que que ela não vai pode ir Pedro?”. “Porque ela... A gente uma filhinha de dois meses, daí ela num... vai ter que ficar com a nossa filhinha”. “Caramba! Além de casado, ele transa! Tem filho!” Né? Nesse dia, todo mundo saiu da empresa com um novo herói. O pessoal chegou em casa... Aquele rapaz lá chegou pra esposa e falou:

§ 18. — Você precisa conhecer o Pedrão.

§ 19. — Pedrão? Quem é Pedrão?

§ 20. — O Pedrão faz rafting, rapel... Ele... Meu [irreconhecível], ele vai todo na...

§ 21. — Mas quem que é o Pedro? Você nunca me contou...

§ 22. — Claro que... Meu, o Pedro... O Pedro ele... Eu vou trazer ele no meu aniversário. O cara tem até filho.

§ 23. — Mas quem que é o Pedro?

§ 24. — É o ceguinho. Não te falei outro dia que tem um ceguinho?

§ 25. O ceguinho virou Pedro, virou Pedrão. O cara que era visto como coitadinho agora é um super-herói na empresa. Mas o tempo passa. O tempo passa e, um dia, o chefe de um dos funcionários falou assim pra um funcionário “Ô, Renato, a gente vai ter uma reunião muito importante na sexta-feira e você é responsável pelo relatório. Vai ser baseado no seu relatório que a gente vai discutir o tema da reunião. Então, por favor, capriche no relatório.”

§ 26. Daí Renato se prepara, manda e-mail pra todo mundo que ele precisava mandar pedindo as informações necessárias ali pro relatório. E o Pedro era uma das pessoas que ele mandou e-mail, enfim. Chegou lá na reunião, sexta-feira. O Renato começa a apresentar. Depois de um tempo que ele tava apresentando, o chefe dele vira a fala assim “Ô, Renato, eu acho que eu tinha deixado bem claro o quanto era importante o seu relatório tá completo porque eu tô vendo que seu relatório tá incompleto. Tá faltando informação aí. Como que a gente vai fazer uma discussão aqui de qualidade?”. E daí o Renato falou “Olha, eu que tá faltando, mas é as informações que eu pedi pro Pedro não chegaram.”. E o Pedro tava na reunião. E foi assim “Como assim? Você não me pediu nada.”. “Não. Eu te pedi. Eu te mandei e-mail.”. “Não. Eu não...”. Enfim. Nessa hora, o Renato ficou bravo. Ele ficou com raiva do Pedro. Depois eles descobriram que o e-mail foi pra lixeira eletrônica. Enfim. Ou voltou. Eles se entenderam.

§ 27. Passou mais um tempo. Um dia tavam o Renato, o Pedro no bar, rindo, comentando sobre a vida. Outro dia, eles estavam ali se abraçando quando o Brasil fez gol. Outro dia, estavam chorando juntos quando o Brasil foi desclassificado.

§ 28. O tempo mostrou pro Renato e pros funcionários dessa empresa que o Pedro não era aquele coitadinho que eles imaginavam no começo — e normalmente é isso que a gente pensa, né, da pessoa com deficiência. Essas são as nossas primeiras impressões, o que ela não pode fazer, a dificuldade. É tão difícil imaginar que a gente tem..., né? A

gente não consegue nem se aproximar. A gente evita o contato, com medo de errar. Enfim. Mas, depois, como a gente espera tão pouco dessa pessoa, tudo o que vem surpreende. E surpreende muito. A gente começa a achar um super-herói. E o tempo faz esse pêndulo equilibrar. O tempo nos mostra que uma pessoa com deficiência pode sim, né, ser uma pessoa útil ou não pra uma vaga. Ela pode ou não ser agradável pra uma situação social, como qualquer outra pessoa. Que ela tem uma característica importante, que a gente não pode negar, que é deficiência, mas que ela é muito mais do que isso.

§ 29. Pra continuar essa conversa do Pedro, eu vou contar pra vocês três coisas pra gente fechar essa conversa. A primeira que, sim, eu coloquei o nome de Pedro só pra facilitar a minha narrativa, mas o nome desse personagem é Guilherme. A segunda coisa é sobre respeitar. Esses funcionários tiveram sim a oportunidade de viver todo esse tempo, né, tiverem tempo pra fazer esse pêndulo equilibrar. Mas, muitas vezes, a gente não vai ter esse tempo, a gente não vai ter a oportunidade de conviver. A minha filha, que tem sete anos, ela tá acostumada a viver com uma pessoa cega, porque, desde que ela nasceu, o pai dela é cego. Só que, por mais que eu queira e que a gente queira, ninguém aqui vai ter condição de conviver com todas as possibilidades humanas, porque elas são, né, as pessoas são únicas.

§ 30. O nosso desafio é esse. É fácil a gente respeitar aquilo que a gente conhece, aquilo que a gente concorda. O nosso desafio é respeitar aquilo que a gente não conhece, aquilo que a gente não concorda. Eu gosto de dar o exemplo, por exemplo, indo pra um tema que eu trabalho bastante nas empresas, que é o tema LGBT, né? Às vezes, quando a gente fala de pessoas trans, alguns dizem “Pra mim, pessoas trans... essa coisa de pessoa trans não entra na minha cabeça. Como assim? Era homem, virou mulher... isso pra mim...”. Não precisa entender, aliás não precisa nem concordar. Só respeita. Esse é o ponto de partida pra uma relação de qualidade. Né?

§ 31. E o terceiro tema que eu quero falar com vocês, a terceira coisa pra fechar essa conversa é sobre incluir. A gente só inclui alguém de fato quando a gente consegue ter por ela todos os sentimentos, da raiva à paixão. Quando a gente se sente à vontade pra ficar bravo com ela. Quando a gente se sente à vontade pra sorrir, pra dividir, mas, sobretudo, quando a gente se sente à vontade pra errar.

§ 32. Hoje em dia, eu percebo, nessa conversa da diversidade, que as pessoas têm muita dificuldade, às vezes, com esse tema ou se aproximar desses temas com medo de errar

porque, toda a hora que se abre a internet, que se vê uma palestra, a pessoa fala “Você está sendo errado. Você está usando o termo errado. Você está agindo errado. Isso e aquilo. Isso é ismo não sei do quê.”. Enfim, as pessoas acabam se afastando. E também, por causa dessa minha experiência nessa conversa da diversidade, eu quero dizer pra vocês que eu conheço muitos militantes, por exemplo, no tema LGBT que colocam ali um monte de situações, regras, e esses mesmos militantes têm enormes dificuldades, na hora que eles se deparam com uma pessoa cega ou com uma pessoa na cadeira de rodas, eles não sabem cumprimentar. Assim como eu conheço pessoas cegas também, super militantes, que gostam de ditar regra, que fazem piadas homofóbicas o tempo inteiro. Mulheres feministas, empoderadas, que têm dificuldades enorme com a questão racial. Assim como eu conheço militantes dessa questão da equidade racial que fazem piadas machistas vira e mexe.

§ 33. O que eu quero dizer com isso, gente, é que nessa conversa do respeito e da inclusão, todos nós somos heróis e vilões. E é só a gente se desarmando, a gente ficando à vontade com esses temas, ficando à vontade pra errar, que a gente passa a ter uma relação de igual pra igual. A gente não precisa de um coitado pra chamar de nosso. O que a gente precisa é entender que a outra pessoa tá de igual pra igual e só quer respeito. Nem eu nem ninguém quer a garantia de igualdade no ponto de chegada. O que eu quero é o respeito pelas minhas singularidades ao longo do caminho, porque aí eu chego aonde eu posso chegar. E é só, quando a gente percebe, né, que a pessoa não é nem coitadinha nem super-herói, que a gente fica à vontade para errar, porque a gente não erra com o coitadinho porque a gente tem dó e a gente não arrisca errar com o super-herói porque a gente venera essa pessoa.

§ 34. Então, gente, pra fechar, eu queria concluir e responder aquela pergunta que eu fiz lá no começo. Eu não sou nem um coitadinho nem um super-herói. Eu sou Guilherme. Muito obrigado.

5.3 DISCURSO 3: A EFICIÊNCIA NA DEFICIÊNCIA: TIPOS DE MOVIMENTO | NATHALIA BLAGEVITCH

Figura 03: Nathalia Blagevitch em palestra no TEDx Dante Alighieri School.



Fonte: Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=k8_vgZvF8LA>. Acesso em: 03 jun 24.



§ 1. Bom dia! Deve ser meio antagônico pensar que uma pessoa que não tem cem por cento do movimento corporal tá aqui falando num talk sobre movimento, não é? Pois bem, eu vou mostrar que existem outras formas que existem de fazer movimento.

§ 2. Na verdade, eu já cheguei movimento a minha família. Eu nasci no meio de um feriado, na madrugada e a maioria achava que eu era menino. Fazer o quê, né?

§ 3. Eu tive uma deficiência de nascimento, que é, pela Medicina, chamada de paralisia cerebral, mas eu, carinhosamente digo que é minha mão direita é uma excelente carregadora de bolsas. Imaginem o charme que não fica.

§ 4. Na infância, por eu não poder brincar do pega-pega, esconde-esconde, eu tive que lidar com uma habilidade muito boa de falar em microfone. Acho que é por isso que eu tô aqui hoje.

§ 5. Na adolescência, quem é que não teve aqueles questionamentos do que “Por que eu não me dou bem com o meu corpo?”, não é? O meu foi “Por que que eu não podia usar salto pra ir na balada?” ou tinha que ir com uma [irreconhecível]. Era assim. Foi no meio desses questionamentos que eu conheci a Mara Grabilli, que representa as pessoas com deficiência no Comitê sobre esse [irreconhecível] na ONU.

§ 6. Na hora de fazer um intercâmbio, acreditem, foi a primeira vez que eu atravesssei a rua na vida. Isso é uma emoção gigante. Na hora que eu voltei pro Brasil, essas atravessadas de rua lá, com meu tombo, me fizeram ter alguns insights. Eu comecei a pensar “E se eu tiver fazendo um bolo e meu açúcar acabar? Eu não consigo pedir pro meu vizinho?”. Infelizmente não. Porque, no Brasil, cada um é responsável pela sua calçada. Vocês já pararam pra pensar nessa responsabilidade? Ou, então, querer ir na padoca comprar um pão.

§ 7. Foi então que, buscando atravessar a rua, aqui no meu país, eu resolvi começar a pesquisar sobre o assunto. E aí, quando se falava de pessoas com deficiência, eu percebia que tudo era frio, era gelado, se valorizava muito mais essa cadeira, aquela bengala de quem tem deficiência visual. Esqueciam do ser humano que tava ali. E foi então que eu resolvi criar o meu blog, mas eu falo dele mais tarde. Eu resolvi também, como eu viajei muito pros Estados Unidos, eu resolvi testar, que tava chegando um mundial aqui no Brasil, eu resolvi testar como tava os aeroportos pra receberem essas pessoas. Vamos dar uma olhadinha?

§ 8. Texto escrito:

O acesso dos aeroportos do Brasil para pessoas com deficiência apresentado por Nathalia Blagevitch Fernandez.

§ 9. Vídeo:

No aeroporto de uma das maiores metrópoles do Brasil, em quinze minutos, nós pegamos três carros estacionando na caga de deficiente, incluindo dois táxis.

— Cadê a sua cadeira de rodas, moça?

— Estava vazio e eu entrei.

— Ah não pode. Não pode.

§ 10. Foi então, criando o blog, que eu tive vários outros insights. Eu reparei que, quando eu ia pra mídia falada, sempre passava aquela coisa “Ele trabalha, ele estuda e é deficiente”. E eu me sentia com uma capinha se super-heroína, sabe, quando eu ouvia essas coisas? Então, eu resolvi escrever a minha biografia e contar que, apesar de tudo isso, a gente também é feliz, também é feliz, também tem sonhos e não precisa da capa de super-herói.

§ 11. Foi dentro dessas buscas que eu também enxerguei – e daí eu quero convidar vocês a fazerem uma reflexão junto comigo – que a maioria de nós sempre procura olhar pro que é ruim, pro que falta. Então, foi aí que, dentro da palavra “deficiência”,

pra mim, eu vejo a palavra “eficiência”. Eu comecei a valorizar o que era bom. E dentro da... cada não que foi dado pra mim, eu comecei a prestar a atenção que, no inglês, “no” era “new opportunity”, era uma oportunidade de mostrar que era diferente.

§ 12. Então, quando eu comecei a ter o blog, idealizar os meus projetos, eu ia dar palestras, as pessoas falavam “Nossa você é tão linda, tão inteligente, pena que é deficiente.”. Eu fico furiosa com isso. Eu não entendo. E aí foi então uma hora que eu resolvi deixar que as pessoas não fizessem mais movimentos por mim. Eu abandonei a Fisioterapia e resolvi ir pra academia, criar a hashtag “the fitness”. Acreditem, funcionou. Deficiência com academia.

§ 13. E aí eu tenho mais um questionamento pra vocês. Porque o the fitness eu buscava mostrar pras pessoas, nas redes sociais, o que trazia bem estar. E você? Como tá cuidando do bem-estar na sua vida?

§ 14. E, antes de terminar a minha fala, eu gostaria de perguntar pra vocês. Quem mora na Paulista, por favor, não responda essa minha pergunta, senão estraga. Como é a calçada da vida de vocês, da casa de vocês? Como que é pra uma pessoa andar de salto em São Paulo? Como é pra você andar de carrinho de bebê em São Paulo ou ir passear com o vô, com a vó? Ou até mesmo praquele motoqueiro do domingo à noite, que você pede a pizza, como é pra chegar na sua casa?

§ 15. É exatamente esse o meu recado. Eu gostaria de convidar vocês, a hora que saírem daqui, olharem pras calçadas e pensarem, porque tudo isso não é só bom pra mim, é bom pra vocês também. Obrigada.

5.4 ANÁLISE DO *CORPUS*

Tomemos como base de referência a releitura da linha numérica de números inteiros abaixo em que quanto mais distante do zero para a esquerda consideraremos o discurso com um grau de assimilação ao padrão menor e quando mais distante do zero para a direita, consideraremos um grau de assimilação maior, no discurso ao padrão ideal de funcionalidade corporal.

Figura 3: Reta numérica de números inteiros e os graus de assimilação.



Fonte: elaborado pela autora (2024).

Mas essa esquematização é somente para ilustrar o processo pelo qual esses discursos passam. Você pode até se questionar: "qual o problema de querer se aproximar (assimilar) ao padrão do que é normal na sociedade?". A questão é que quanto mais eu busco alcançar esse ideal, mais eu anulo as diferenças. Afinal, tornar-se atleta paraolímpico(a), por exemplo, não é a regra, é a exceção. E aqueles que não se enquadram nesse pequeno grupo, o que devem fazer? Continuam abjetificados?

Ao escutar Rosana Bastos (cf. seção 4.1.1), por exemplo, pensamos: "**apesar** da deficiência, ela teve sucesso". Essa concessão é perigosa, aprendemos desde o ensino básico que conjunções adversativas e concessivas rompem com a expectativa do enunciado, em outras palavras, não se espera que uma PcD seja capaz de ser atleta. Assim, temos a afirmação: ela teve sucesso e, em contrapartida, a quebra de expectativa já que ter sucesso é coisa rara/difícil/ inalcançável para uma PcD. Rosana oscila muito no distanciamento e aproximação do padrão social em seu discurso, ela estabelece, num primeiro momento uma idealização do normal, do sucesso, a partir do que foi dito pelo pássaro do realejo:

§ 4. Saíram só coisas boas previstas daquele papelzinho. Eu seria uma pessoa muito inteligente, bonita, saudável, enfim, uma pessoa de muito sucesso. Havia até números previstos para a loteria (Bastos, 2021).

Essa declaração é ponto de partida para toda a sua reflexão. Em outro momento Rosana aponta para a quebra de expectativa com relação à declaração do pássaro e à condição que se encontrou por causa da polio:

§ 6. Já era. Todas aquelas qualidades não poderiam coexistir com a deficiência. E assim eu cresci. Sempre ouvindo que, apesar da minha doença, eu teria que ser uma menina muito estudiosa, muito inteligente e feliz (Bastos, 2021).

Então ela oscila entre a ideia de não querer ser vista como heroína, porém torna-se uma atleta. Ora, para muitos ainda, os atletas são os heróis da nação, daí uma explicação para o

Brasil ser considerado o país do futebol. Por fim, depois de apresentar todas as suas conquistas e todas as quebras de expectativas por ser uma PcD, ela desfecha:

§ 26. Da próxima vez que me chamarem de heroína, quero que seja porque conquistei meus objetivos ou por salvar alguém, mas não por dirigir um carro, atravessar a rua sozinha ou exercer a minha liberdade. E agora eu pergunto a vocês: Será que o passarinho do realejo acertou? Muito obrigada (Bastos, 2021).

Guilherme Bara inicia (cf. seção 4.1.3) seu discurso com:

§ 1. Será que eu sou um coitadinho ou será que eu sou um super-herói? Pra responder a essa pergunta eu vou contar pra vocês a história de um colega meu chamado Pedro. Só que, antes de contar a história do Pedro, tenho que falar pra vocês que, se tem uma vantagem de ser cego, é você não ver o tempo que falta pra você falar. Isso é muito bom, viu? (Bara, 2019)

Ele conta sua história criando uma narrativa em terceira pessoa, julgo como uma tentativa de se distanciar da história, apontando para uma construção mais imparcial. Levando em consideração que os eventos do Ted/Tedx são baseados em problemáticas sociais, os discursos dos palestrantes são discursos de desconstrução e os ouvintes que compõem a plateia carregam esse olhar de desconstrução em algum grau, nesse sentido, cria-se um sentimento instantâneo de empatia do público pelo locutor. Esse distanciamento permite que a plateia acompanhe o desenvolvimento do enredo sem associá-lo ao Guilherme, para talvez conseguir se enxergar nas pessoas que cercam o Pedro (personagem da narrativa):

§ 3. Meu amor, você não sabe, a empresa que eu trabalho é demais mesmo. Contratou um rapaz ceguinho lá. Meu, empresa boa essa, né, que eu trabalho (Bara, 2019).

Guilherme, através do Pedro, descreve perfeitamente o estereótipo social do corpo com deficiência:

§ 10. A gente vai chamar o Pedro?”. “Bom, o Pedro? Vamos chamar, apesar que, pra ele sei se é muito legal, né, porque vamos ver o que tem bacana lá no sítio pra fazer. Bom, tem aquela cachoeira que é muito legal. Mas naquela cachoeira tem um monte de pedra com limo. Imagina se a gente leva o Pedro, na melhor das intenções, e ele escorrega, né? A gente quer fazer uma boa ação, pode virar uma tragédia. Jogar futebol... Pedro não vai jogar futebol também, né? Olhar a mulherada da firma, né, ali na piscina...”. Desculpem, viu, gente, mas os homens fazem esses comentários grosseiros. “Ele também não vai poder ver, né?”. Até que alguém pensou assim “Bom, mas vamos pensar, né, chame ele sim, porque ele fica ali na beira da piscina molhando o pezinho na água, a gente leva uma carne (Bara, 2019).

Ele, diferente de Rosana, não estabelece um conceito de ideal para a vida, porém, resgata, como ela, a ideia do herói. Contudo, de maneira bem menos assimilada. O padrão social abomina o erro. O Pedro erra e é nessa medida que ele se torna, sobretudo e essencialmente, humano, porque, principalmente: erra! E finaliza:

§ 33. O que eu quero dizer com isso, gente, é que nessa conversa do respeito e da inclusão, todos nós somos heróis e vilões. E é só a gente se desarmando, a gente ficando à vontade com esses temas, ficando à vontade pra errar, que a gente passa a ter uma relação de igual pra igual. A gente não precisa de um coitado pra chamar de nosso. O que a gente precisa é entender que a outra pessoa tá de igual pra igual e só quer respeito. Nem eu nem ninguém quer a garantia de igualdade no ponto de chegada. O que eu quero é o respeito pelas minhas singularidades ao longo do caminho, porque aí eu chego aonde eu posso chegar. E é só, quando a gente percebe, né, que a pessoa não é nem coitadinha nem super-herói, que a gente fica à vontade para errar, porque a gente não erra com o coitadinho porque a gente tem dó e a gente não arrisca errar com o super-herói porque a gente venera essa pessoa (Bara, 2019).

Dessa forma, a quebra de expectativa aqui é outra: sou incluído sendo PcD à medida que eu erro, ou seja, à medida que me enxergam como ser humano, antes de qualquer coisa.

Por fim, Nathalia (cf. subseção 5.2) se utiliza da ironia e do cômico como forma de "quebrar o gelo". Ela aponta para várias questões de problemas de infraestrutura e transforma em palavras a problemática abordada por Guilherme Bara:

§ 7. Foi então que, buscando atravessar a rua, aqui no meu país, eu resolvi começar a pesquisar sobre o assunto. E aí, quando se falava de pessoas com deficiência, eu percebia que tudo era frio, era gelado, se valorizava muito mais essa cadeira, aquela bengala de quem tem deficiência visual. Esqueciam do ser humano que tava ali. E foi então que eu resolvi criar o meu blog, mas eu falo dele mais tarde. Eu resolvi também, como eu viajei muito pros Estados Unidos, eu resolvi testar, que tava chegando um mundial aqui no Brasil, eu resolvi testar como tava os aeroportos pra receberem essas pessoas. Vamos dar uma olhadinha? (Blagevith, 2018)

Ela cria um blog para contar sobre seu dia a dia. Cita também a ideia de ser herói, e a refuta:

§ 10. Foi então, criando o blog, que eu tive vários outros insights. Eu reparei que, quando eu ia pra mídia falada, sempre passava aquela coisa “Ele trabalha, ele estuda e é deficiente”. E eu me sentia com uma capinha se super-heroína, sabe, quando eu ouvia essas coisas? Então, eu resolvi escrever a minha biografia e contar que, apesar de tudo isso, a gente também é feliz, também é feliz, também tem sonhos e não precisa da capa de super-herói (Blagevith, 2018).

Por fim, ela postula que decidiu fazer movimentos por ela só e, por isso, largou a fisioterapia e entrou na academia. Um ato de coragem e enfrentamento, visto que a academia é

um lugar típico para pessoas dentro do padrão ou que buscam pelo padrão: o que nos faz pensar se, de fato, ela busca enfrentar a sociedade ou se busca se aproximar do "normal" imposto.

§ 12. Eu abandonei a Fisioterapia e resolvi ir pra academia, criar a hashtag “the fitness”. Acreditem, funcionou. Deficiência com academia.

A Teoria *Crip* postula a exclusão da PcD como uma exclusão imposta, visto que a falta de acessibilidade impõe, por exemplo, a não saída de casa por impossibilidade de transitar, não é a PcD que se recusa a integrar a sociedade. McRuer (2021) entende que existe uma tolerância na sociedade com relação às PcDs, e essa tolerância só reforça a dicotomia: capacitado/descapitado, como reflexo da abjetificação. Os discursos citados aqui são apenas três discursos numa rede infinita de discursos que contribuem para a manutenção ou subversão do capacitismo, e mais: esse conjunto caracteriza um processo dialógico de construção mútua entre prática individualizada e uma prática global, como sugere Fairclough (2001). Além disso, acreditamos que o discurso é a chave para a promoção de uma sociedade mais igualitária e menos dicotômica, uma vez que ao questionarmos-os, tornamo-nos capazes de identificar fissuras nessas produções que apontam para a uma hierarquização social. Entendemos o discurso como sinônimo de poder. E mais: acreditamos que questioná-los causa um desequilíbrio no *status quo* e a partir disso, mudanças podem ser iniciadas.

Diante do exposto, eis a problemática que norteia este estudo: os discursos analisados aqui contribuem para a manutenção ou desconstrução do discurso dominante, a partir da representação de si dos locutores?

Para tanto, apontaremos excertos dos textos que colaboram para a construção do ethos de cada personagem, quando tratam de serem PcDs e o quanto esse ethos se aproxima ou se distancia da tentativa de assimilação ao discurso dominante.

5.4.1 O *corpus* e o modelo tridimensional de Fairclough

Esta subseção, por uma questão didática, divide-se em três partes para seguir o modelo tridimensional de Fairclough. Primeiro, analisaremos a materialidade discursiva: o texto; e como ele se constrói, não buscaremos esgotar as possibilidades propostas pela teoria, ressaltaremos, portanto, aspectos que consideramos importantes para a análise.

5.4.1.1 Materialidade discursiva: os textos

Rosana Bastos (discurso 1) convida o público para reflexão e contextualização, assim, ela generaliza comportamentos que se apresentam em determinadas contextos explicitados. Noutros momentos, ela se coloca no discurso como uma maneira de causar um sentimento de partilha: uma tentativa de explicar a causa do capacitismo. Como apontam os trechos abaixo:

§ 2. **Você** já sentira o peso e a responsabilidade de serem considerados exemplo de vida ou modelo de superação ou até motivos de inspiração para alguém? [...]

§ 12. [...] Mas há uma batalha nessa guerra que **nós** ainda **precisaremos** vencer: [...]

§ 13. [...] Na verdade, **fomos**, de certa forma, enganados. **Nos** venderam a ideia de que a deficiência é uma coisa ruim, um castigo de Deus, uma punição para a sua família, e não apenas uma diversidade em nossas vidas. Focaram em **nos** ensinar a lamentar as nossas deficiências, mas não nos ensinaram que a diversidade não é um obstáculo para que continuemos a viver a nossa vida. [...]

§ 14. **Você** já deve ter visto por aí dezenas de imagens e vídeos [...] (Bastos,2021)

Guilherme Bara (discurso 2), tece uma narração em 3ª pessoa, como estratégia de afastamento e imparcialidade, desta forma:

§ 1. Será que eu sou um coitadinho ou será que eu sou um super-herói? Pra responder a essa pergunta **eu vou contar pra vocês a história de um colega meu chamado Pedro**. Só que, antes de contar a história do Pedro, tenho que falar pra vocês que, se tem uma vantagem de ser cego, é você não ver o tempo que falta pra você falar. Isso é muito bom, viu? (Bara, 2019)

Somente no final de seu discurso que ele revela ser o Pedro:

§ 29. Pra continuar essa conversa do Pedro, eu vou contar pra vocês três coisas pra gente fechar essa conversa. A primeira que, sim, **eu coloquei o nome de Pedro só pra facilitar a minha narrativa, mas o nome desse personagem é Guilherme** [...] (discurso 2).

Já Nathalia Blagevitch (discurso 3), conta todo o seu relato em 1ª pessoa e se apresenta de forma ora descontraída (utilizando *humor*), ora cômica (por meio da ironia), trazendo mais leveza para o assunto. Desta forma:

§ 1. Bom dia! Deve ser meio antagônico *pensar que uma pessoa que não tem cem por cento do movimento corporal tá aqui falando num talk sobre movimento*, não é? Pois bem, eu vou mostrar que existem outras formas que existem de fazer movimento.

§ 2. *Na verdade, eu já cheguei movimento a minha família. Eu nasci no meio de um feriado, na madrugada e a maioria achava que eu era menino*. Fazer o quê, né?

§ 3. Eu tive uma deficiência de nascimento, que é, pela Medicina, chamada de paralisia cerebral, mas eu, carinhosamente digo que é minha mão direita é uma excelente carregadora de bolsas. Imaginem o charme que não fica.

§ 5. Na adolescência, quem é que não teve aqueles questionamentos do que “Por que eu não me dou bem com o meu corpo?”, não é? O meu foi “Por que que eu não podia usar salto pra ir na balada?” ou tinha que ir com uma [irreconhecível]. Era assim. Foi no meio desses questionamentos que eu conheci a Mara Grabilli, que representa as pessoas com deficiência no Comitê sobre esse [irreconhecível] na ONU (Blagevitch, 2018).

Com relação à utilização de conectivos, percebemos que há recorrência maior da conjunção adversativa em comparação à outras conjunções. No discurso, predomina dois elementos coesivos: pronome relativo, que promove maior fluidez para o texto; e conjunção sindética adversativa *MAS*, que caracteriza quebras de expectativas constantes no texto, ou melhor, quebras de expectativas no que diz respeito à vida de Suzana: espera-se algo a partir da condição de PcD dela, *MAS* ela supera as expectativas ao seu respeito. Conforme apontam os trechos abaixo:

§ 3. Por volta de um ano de idade, meus pais conheceram um moço do realejo e pagaram para o passarinho tirar o papel **que** traria prevista toda a minha sorte. Para os mais jovens, realejo é um carrinho que toca música, **que** tem um passarinho que tira papéis da sorte em uma caixinha.

§ 12. Bom, o tempo passou e muita coisa mudou. Mudou por conta dessa militância **na qual** eu me iniciei e, junto com pessoas importantíssimas para o processo, desenvolvemos uma luta **que** teve batalhas ferrenhas, a maioria **das quais** a gente ganhou – luta essa **que** ainda persiste.

§ 1. Se a Rosana criança soubesse disso, tenho certeza que acharia muito legal, **mas** a realidade é um pouco diferente.

§ 5. Bem, eu nunca ganhei na loteria, **mas**, com alguma frequência, me vejo pensando nos outros itens daquele papel. adversidade

§ 7. **Mas**, felizmente, meu médico, na ocasião – também deficiente, vítima de Pólio – aconselhou a minha mãe a me tirar daquele colégio e me matricular em uma escola pública regular, onde eu ia para o recreio, brincava de pega-pega, era empurrada, caía, me levantava, convivia com a falta de acessibilidade e era muito feliz.

§ 10. **Mas**, apesar de me reconhecer deficiente, eu nunca havia sido tratada como tal. Pelo contrário, nem meu maior ponto de apoio — a minha família — me via assim.

§ 12. [...] **Mas** há uma batalha nessa guerra que nós ainda precisaremos vencer: é o preconceito da sociedade em relação às pessoas com deficiência. [...]

§ 13. [...] Focaram em nos ensinar a lamentar as nossas deficiências, **mas** não nos ensinaram que a diversidade não é um obstáculo para que continuemos a viver a nossa vida.

§ 17. [...] Ao sermos colocados em pedestais que devem inspirar e motivar, todas essas outras características são negadas para nós, **mas** todos esses espaços precisam ser reivindicados.

§ 24. [...] Eu sei que eu não verei, **mas** meus netos talvez possam ver; os seus netos poderão ver.

§ 25. Queremos viver em uma sociedade diversa, plural, possível, onde nós, pessoas com deficiência, sejamos vistos não por nossas deficiências, **mas**, antes de tudo, pelo nosso trabalho e pelas nossas conquistas.

§ 26. Da próxima vez que me chamarem de heroína, quero que seja porque conquistei meus objetivos ou por salvar alguém, **mas** não por dirigir um carro, atravessar a rua sozinha ou exercer a minha liberdade (Bastos, 2021).

A predominância no discurso 2 é, também, da conjunção sindética adversativa *MAS*, apontando tanto para quebras de expectativas entre Pedro-colegas de trabalho, quanto para

indagações, no sentido de que quando o Pedro vira novidade, nunca se diz muito sobre ele, a não ser que ele é cego, então o *MAS* aparece com um tom de especulação. Veja umas passagens abaixo:

§ 2. **Mas**, voltando ao Pedro, o Pedro é um amigo meu, cego, e ele foi contratado pra trabalhar numa empresa. Quando ele chegou nessa empresa, os outros colaboradores, os outros funcionários, acharam o máximo. Falaram “Que bacana, né? Como a nossa empresa cuida do social! [...]”

§ 4. Ah é, meu bem, **mas** o que é que ele faz?

§ 5. Não sei direito, **mas** ele tá lá. Ele tá lá. É muito legal ver o cara. Meu, o cara cego, meu amor. O cara cego tá lá.

§ 6. Sim. É, **mas**... E ele... Qual o nome dele?

§ 8. **Mas** no almoço você não encontra?

§ 10 [...] **Mas** naquela cachoeira tem um monte de pedra com limo. Imagina se a gente leva o Pedro, na melhor das intenções, e ele escorrega, né? A gente quer fazer uma boa ação, pode virar uma tragédia. Jogar futebol... Pedro não vai jogar futebol também, né? Olhar a mulherada da firma, né, ali na piscina...”. Desculpem, viu, gente, **mas** os homens fazem esses comentários grosseiros. . Até que alguém pensou assim “Bom, **mas** vamos pensar, né, chame ele sim, porque ele fica ali na beira da piscina molhando o pezinho na água, a gente leva uma carne... **mas** pena que, nesse fim de semana, eu não posso”. E alguém já pensou “Eu sabia, né? Programa nada a ver.”. “**Mas** porque, Pedro, que você não pode? Vai ser tão legal, você fica sentado na piscina, a gente leva a carinha tal.”. Daí ele falou assim [...]

§ 12. **Mas** como que é? A turma que vai correr passa por você e fala ‘Tô passando, Pedro.’ e você fala ‘Vai força!’. Você faz parte lá da torcida? Como que é?

§ 13 **Mas**, e o pessoal começa achar o máximo “Caramba! O Pedro...” (Bara, 2019).

A recorrência do *MAS* não se repete no discurso 3 de Nathalia Blagevitch, aparecendo somente duas vezes. Veja:

§ 3 – Eu tive uma deficiência de nascimento, que é, pela Medicina, chamada de paralisia cerebral, **mas** eu, carinhosamente digo que é minha mão direita é uma excelente carregadora de bolsas. Imaginem o charme que não fica.

§ 7 – E foi então que eu resolvi criar o meu blog, **mas** eu falo dele mais tarde. Eu resolvi também, como eu viajei muito pros Estados Unidos, eu resolvi testar, que tava chegando um mundial aqui no Brasil, eu resolvi testar como tava os aeroportos pra receberem essas pessoas. Vamos dar uma olhadinha?

No § 3 há sim uma quebra de expectativa, mas entre Nathalia e ela mesma e no § 7, o *MAS* é utilizado para postergar um determinado assunto.

A narração do discurso 1 é estruturada sob a ótica temporal: passado e presente/ presente e passado. O texto pertence ao gênero relato pessoal com o objetivo de conduzir o interlocutor à uma reflexão sobre o capacitismo por meio da experiência de vida da locutora, o tipo textual, portanto, caracteriza-se como um texto expositivo-argumentativo. O texto é construído, predominantemente, por verbos transitivos diretos e verbos de ligação cujos tempos verbais oscilam entre presente/pretérito. No discurso 2, o tipo e gênero textual se repetem, porém, a pessoa utilizada para a narração oscila nesta sequência: 1^a, 3^a e 1^a pessoa. E o discurso 3 segue

o mesmo padrão de tipo e gênero textuais e é inteiramente narrado em 1ª pessoa, oscilando entre presente, passado e futuro.

Quanto ao vocabulário, a palavra que conduz todo o discurso 1 é o vocábulo **heroína**, trago-a aqui para apontar que essa palavra nos três discursos apresenta significado cultural, fundamentado na ideia de que uma PcD é tão incapaz de possuir uma rotina natural que quando quebra esse estereótipo é considerada uma pessoa com poderes sobrenaturais. Veja:

§ 1[...] durante muitos anos, eu fui chamada de **heroína** também, como todos esses nomes. Se a Rosana criança soubesse disso, tenho certeza que acharia muito legal, mas a realidade é um pouco diferente (Bastos, 2021).

No discurso 2, aparece outro termo contrastando com o termo **herói**, esse termo também tem um significado cultural no contexto do capacitismo, a PcD pode ser vista como uma coitadinha (digna de pena por sua “incapacidade”) ou um **herói** (quando vai de encontro a esse estereótipo):

§ 1. Será que eu sou um **coitadinho** ou será que eu sou um super-herói? Pra responder a essa pergunta eu vou contar pra vocês a história de um colega meu chamado Pedro. (Bara, 2019)

No discurso 3, embora Nathalia apresente a ideia de **heroína**, esse vocábulo não encabeça seu texto. Ele, no entanto, confirma o postulado de que possui uma carga semântica cultural. Veja:

§ 10. Foi então, criando o blog, que eu tive vários outros insights. Eu reparei que, quando eu ia pra mídia falada, sempre passava aquela coisa “Ele trabalha, ele estuda e é deficiente”. E eu me sentia com uma capinha se **super-heroína**, sabe, quando eu ouvia essas coisas? Então, eu resolvi escrever a minha biografia e contar que, apesar de tudo isso, a gente também é feliz, também é feliz, também tem sonhos e não precisa da capa de **super-herói** (Blagevith, 2018).

Adianto que, em algum grau, os três discursos buscam desconstruir essa ideia, mas a concepção de **heroína/herói** será esmiuçada na próxima subseção. Outro termo que ganha destaque no discurso 1 é *capacitismo*.

§ 12. Bom, o tempo passou e muita coisa mudou. Mudou por conta dessa militância na qual eu me iniciei e, junto com pessoas importantíssimas para o processo, desenvolvemos uma luta que teve batalhas ferrenhas, a maioria das quais a gente ganhou – luta essa que ainda persiste. Mas há uma batalha nessa guerra que nós ainda precisaremos vencer: é o preconceito da sociedade em relação às pessoas com deficiência. Sem dúvida, hoje esse preconceito se apresenta de uma forma mais velada e ganhou o nome bonito e moderno de “**capacitismo**”.

Diante do trecho apresentado, o vocábulo dispensa conceituação, mas se refere ao preconceito construído socialmente por meio da ideia funcional/disfuncional, normal/anormal, capacitado/descapitado. Os discursos 2 e 3 não utilizam explicitamente o léxico capacitismo, mas apontam para ele ao descrever situações que impedem a PcD de existir no mundo. Como apontam o § 10 do discurso 2, quando os colegas de trabalho do Pedro ficam na dúvida sobre chamá-lo ou não para uma festa da empresa, por ele ser PcD e aparentemente não se encaixar em nenhum contexto de diversão; e o § 6 do discurso 3, em que Nathalia relata sobre a falta de acessibilidade para PcDs, nas ruas. Seguindo a proposta inicial desta subseção, partiremos para a análise discursiva do modelo tridimensional de Fairclough.

5.4.1.2 Análise discursiva

É inegável que os três discursos são produções de uma rede de discursos que sustentam ou desestruturam o capacitismo. Os títulos que nomeiam os textos já revelam isso: “Precisamos falar sobre capacitismo”, “Na conversa do respeito e da inclusão, todos somos heróis e vilões” e “A eficiência na deficiência: tipos de movimento”, esses títulos revelam um desejo de desconstrução do capacitismo, isso implica afirmar que, antes de tentar desconstruir algo, eu preciso admitir que ele existe e os três locutores fizeram isso a partir da sua vivência no mundo, suas experiências. Isso fica evidente neste trecho do discurso 1:

§ 11. Conviver e ver pessoas com deficiência foi fundamental para que eu me conhecesse. Fui apresentada a um grupo de jovens deficientes que fazia tratamento no hospital Arapiara. todos paraplégicos e tetraplégicos por acidente de carro, armas de fogo e outros motivos que fundaram a Associação Mineira de Paraplégicos. Ali eu percebi que eu não tinha culpa de nada e que a sociedade é que estava em dívida comigo. Que meus direitos tinham que ser reconhecidos e respeitados assim como os direitos do meu vizinho sem deficiência. Ali eu vi e conheci e aprendi os conceitos de igualdade e diferença e entendi que eu era diferente na medida das minhas necessidades específicas, as quais deveriam ser respeitadas e reconhecidas, e não que eu deveria ter tratamento diferenciado por ser uma pessoa com deficiência. Foi ali que eu entendi que aquela responsabilidade e o peso que estavam sobre os meus ombros de ter que superar minha deficiência, vencer limites, não eram meus. Eu não queria ser exemplo de vida pra ninguém. E viver a minha vida normalmente não era motivo pra me chamarem de heroína (Bastos 2021).

A maneira como os três locutores percebem a imagem da PcD no mundo é fruto de todas as suas vivências e de todos os discursos com os quais se depararam. A partir disso, percebemos uma interdiscursividade que se apresenta como uma “resposta” a textos anteriores ou até mesmo como a antecipação de textos que virão, como aponta Bakhtin (2000). Observe:

§ 10. Por volta dos dezoito a vinte anos, eu já me reconheci uma pessoa com deficiência, e não uma pessoa doente, como me fizeram acreditar. Mas, apesar de me reconhecer deficiente, eu nunca havia sido tratada como tal. Pelo contrário, nem meu maior ponto de apoio — a minha família — me via assim. Eu era tratada por todos como uma jovem que tinha uma doença incurável. E eu não os culpo, até mesmo porque, naquela época, havia muita falta de informação sobre o tema. Ninguém sabia nada de nada. Vejam que estamos falando dos anos 76 a 79. Não se falavam em deficiência. Não se viam deficientes. Éramos todos doentes.

§ 13. Trata-se de um preconceito estrutural que, como erva daninha, corrói a sociedade e tenta nos diminuir, tenta nos invisibilizar, tenta nos transformar em objetos para a remissão de suas culpas, fraquezas e medos. Na verdade, fomos, de certa forma, enganados. Nos venderam a ideia de que a deficiência é uma coisa ruim, um castigo de Deus, uma punição para a sua família, e não apenas uma diversidade em nossas vidas. Focaram em nos ensinar a lamentar as nossas deficiências, mas não nos ensinaram que a diversidade não é um obstáculo para que continuemos a viver a nossa vida. Pensam que, por sermos capazes de viver com as nossas deficiências, somos seres excepcionais. E, durante muito tempo, nós propagamos ainda mais essa falácia e fortalecemos esse conceito de inspiração fake, porque a mídia contribuiu de forma especial para isso

§ 25. Queremos viver em uma sociedade diversa, plural, possível, onde nós, pessoas com deficiência, sejamos vistos não por nossas deficiências, mas, antes de tudo, pelo nosso trabalho e pelas nossas conquistas. Eu, Rosana Bastos, quero ser elogiada ao final dessa fala pelo conteúdo da mesma, pela minha apresentação, e não por ser uma mulher com deficiência que teve coragem pra chegar até aqui (Bastos, 2021).

Nos §10 e §13, Rosana aponta para a construção do estereótipo da PcD, construída e mantida por meio dos discursos. No §13, em “Nos venderam a ideia de que a deficiência é uma coisa ruim, um castigo de Deus, uma punição para a sua família, e não apenas uma diversidade em nossas vidas”, Rosana faz referência direta aos discursos anteriores que aparecem desde a antiguidade, veja o quadro explicativo:

Quadro 03: Evolução do conceito de deficiência

Evolução do conceito de deficiência	
Conceito pré-científico	Na Idade Média, antes dos estudos científicos ocuparem o seu devido lugar, o conceito de PcD era regido pelos valores culturais e éticos da época, dessa forma: a deficiência era considerada uma possessão demoníaca, e as PcDs eram sacrificadas por serem consideradas fora do padrão de beleza da época.
Conceito científico	Com o Renascimento, a ciência e a busca pela explicação das coisas sob a ótica da razão ganharam destaque. Assim, os endemoniados passaram a ser doentes. Daí a concepção de incapaz que persiste até hoje. Afinal, doente vai trabalhar? Doente vai à praia? Doente tem filho, casa? Não. Doente trata a doença e se torna incapaz de manter sua rotina

	natural sem alterá-la. Nesse contexto, a PcD era inicialmente tratada pelo médico para se “curar” e, se não se recuperasse, passava a viver com o que chamamos hoje de cuidados paliativos. Não se focava na busca pela autonomia do indivíduo, por exemplo.
Conceito a partir da ciência social	Com os estudos sociais, a deficiência transita de doença para um novo estado da vida, daí a nomenclatura Pessoa COM deficiência. Também é com os estudos sociais que os conceitos culturais e “éticos” passaram a ser questionados, como a ideia de padrão de beleza, normalidade, dentre outros.

Fonte: Amiralian, 1986.

No §25, Rosana aponta para uma concepção futura desejada e que, talvez, seja produzido por muitos discursos posteriores.

No discurso 2, Guilherme inicia seu texto indagando o público: “§ 1. Será que eu sou um coitadinho ou será que eu sou um super-herói?”, essas concepções não chegaram até Guilherme sem nenhuma influência, como já dito outrora, foram construídas a partir do que ele viveu e ouviu. Enquanto Rosana (discurso 1) e Nathalia (discurso 3) narram sobre deficiência em 1ª pessoa (eu), Guilherme narra em 3ª pessoa (ele), construindo um personagem para falar de suas experiências.

Levando em consideração que os temas do TED/TEDX tratam de problemáticas sociais, entendemos que o público ali presente é um público militante ou, no mínimo, observador desses problemas, dessa maneira, é natural que locutor e interlocutor crie uma relação, no mínimo, empática. Olhando para o Guilherme e analisando as situações pelas quais passou, o locutor poderia se negar a se enxergar no papel de opressor. Ao se distanciar da narração, Guilherme “libera” o público do sentimento de empatia em relação a ele, deixando seus interlocutores “livres” para se colocarem no lugar situacional que melhor lhe couberem.

Um exemplo prático e verídico: não faz muito tempo que um dos meus alunos, apontando para um colega que tinha quebrado o pé, disse assim para mim: “Everton tá igual a senhora: manco e buchudo”, o detalhe é que eu não estava grávida. Essa comparação me ofendeu, então tratei de levá-la para a sala de aula em forma de discussão. Para não gerar comoção do público com relação a mim, contei essa história, afirmando que tinha acontecido com uma colega de trabalho. Eu esperava por comentários como: “E ela não era gorda?” ou “Ela não mancava?”

ou até mesmo “porque se sim, qual o problema dele verbalizar?”, o que de fato aconteceu e eu pude problematizar a colocação do “manca”, do porquê é pejorativo e como, na verdade, devemos nos referir às PcDs. Se eu tivesse contado a história na íntegra, em vez das indagações, haveria desprezo pela colocação do aluno, devido à relação existente entre nós ou devido ao sentimento empático natural do ser humano.

Além dessa estratégia, Guilherme por meio do Pedro, escancara o estereótipo construído da PcD, como no momento em que Pedro diz que não vai à festa, porque vai participar de uma competição:

§ 12. – Mas como que é? A turma que vai correr passa por você e fala ‘Tô passando, Pedro.’ e você fala ‘Vai força!’. Você faz parte lá da torcida? Como que é? (Bara, 2019).

Ou como quando o Pedro diz que é casado e tem filhos:

§ 17. Os caras pensam ali [irreconhecível]. “Esposa?! Casou? Quem será?”. Ainda mais que descobrem que ela não tem deficiência. “Quem foi a maluca, né? Quem será que casa com um cara cego? Por que que ela não vai pode ir Pedro?”. “Porque ela... A gente uma filhinha de dois meses, daí ela num... vai ter que ficar com a nossa filhinha”. “Caramba! Além de casado, ele transa! Tem filho!” Né? Nesse dia, todo mundo saiu da empresa com um todo herói (Bara, 2019).

Apresenta também o cenário da pessoa sem deficiência diante de uma PcD:

§ 28. O tempo mostrou pro Renato e pros funcionários dessa empresa que o Pedro não era aquele coitadinho que eles imaginavam no começo — e normalmente é isso que a gente pensa, né, da pessoa com deficiência. Essas são as nossas primeiras impressões, o que ela não pode fazer, a dificuldade. É tão difícil imaginar que a gente tem..., né? A gente não consegue nem se aproximar. A gente evita o contato, com medo de errar. Enfim. Mas, depois, como a gente espera tão pouco dessa pessoa, tudo o que vem surpreende. E surpreende muito. A gente começa a achar um super-herói. E o tempo faz esse pêndulo equilibrar. O tempo nos mostra que uma pessoa com deficiência pode sim, né, ser uma pessoa útil ou não pra uma vaga. Ela pode ou não ser agradável pra uma situação social, como qualquer outra pessoa. Que ela tem uma característica importante, que a gente não pode negar, que é deficiência, mas que ela é muito mais do que isso (Bara, 2019).

Nathalia, no discurso 3, apresenta várias construções sociais constituídas por meio do discurso, como em:

§ 1. Bom dia! Deve ser meio antagônico pensar que uma pessoa que não tem cem por cento do movimento corporal tá aqui falando num talk sobre movimento, não é? Pois bem, eu vou mostrar que existem outras formas que existem de fazer movimento

§ 6. [...] Eu comecei a pensar “E se eu tiver fazendo um bolo e meu açúcar acabar? Eu não consigo pedir pro meu vizinho?”. Infelizmente não. Porque, no Brasil, cada um é responsável pela sua calçada. Vocês já pararam pra pensar nessa responsabilidade? Ou, então, querer ir na padoca comprar um pão.

§ 7. Foi então que, buscando atravessar a rua, aqui no meu país, eu resolvi começar a pesquisar sobre o assunto. E aí, quando se falava de pessoas com deficiência, eu

percebia que tudo era frio, era gelado, se valorizava muito mais essa cadeira, aquela bengala de quem tem deficiência visual. Esqueciam do ser humano que tava ali. E foi então que eu resolvi criar o meu blog, mas eu falo dele mais tarde (discurso 3).

§ 10. Foi então, criando o blog, que eu tive vários outros insights. Eu reparei que, quando eu ia pra mídia falada, sempre passava aquela coisa “Ele trabalha, ele estuda e é deficiente”. E eu me sentia com uma capinha se super-heróina, sabe, quando eu ouvia essas coisas? Então, eu resolvi escrever a minha biografia e contar que, apesar de tudo isso, a gente também é feliz, também é feliz, também tem sonhos e não precisa da capa de super-herói (discurso 3).

§ 11. Foi dentro dessas buscas que eu também enxerguei – e daí eu quero convidar vocês a fazerem uma reflexão junto comigo – que a maioria de nós sempre procura olhar pro que é ruim, pro que falta. Então, foi aí que, dentro da palavra “deficiência”, pra mim, eu vejo a palavra “eficiência”. Eu comecei a valorizar o que era bom. E dentro da... cada não que foi dado pra mim, eu comecei a prestar a atenção que, no inglês, “no” era “new opportunity”, era uma oportunidade de mostrar que era diferente (Blagevith, 2018).

Além dessas passagens, os três discursos conversam com concepções do *Queer* e do *Crip*, de maneira implícita ou explícita. Explicitamente ao ressignificar o termo deficiência, no discurso 3, de Nathalia:

§ 11. [...] Então, foi aí que, dentro da palavra “**deficiência**”, pra mim, eu vejo a palavra “**eficiência**”. Eu comecei a valorizar o que era bom. Eu comecei a valorizar o que era bom. E dentro da... cada não que foi dado pra mim, eu comecei a prestar a atenção que, no inglês, “**no**” era “**new opportunity**”, era uma oportunidade de mostrar que era diferente. (discurso 3).

§ 12. [...] E aí foi então uma hora que eu resolvi deixar que as pessoas não fizessem mais movimentos por mim. Eu abandonei a Fisioterapia e resolvi ir pra academia, criar a hashtag “the fitness”. Acreditem, funcionou. **Deficiência com academia** (Blagevith, 2018).

Um dos objetivos do *Queer* é utilizar o discurso de opressão ao favor do oprimido e isso só é possível, ressignificando. O *crip*, como desdobramento do *Queer*, busca pelo mesmo, tanto que, em português, *crip* significa aleijado. Admitindo ser PcD, ser aleijado, nasce o sentimento de pertencimento e de busca por um lugar no mundo. Não no sentido de ser “normal”, mas sim de ser, sobretudo, ser humano, como postula Guilherme (discurso 2):

§ 34. Então, gente, pra fechar, eu queria concluir e responder aquela pergunta que eu fiz lá no começo. Eu não sou nem um coitadinho nem um super-herói. **Eu sou Guilherme**. Muito obrigado (Bara, 2019).

Assumir o controle da sua vida e negar a invisibilidade, é assumir o seu direito de existir e de desestruturar os padrões, desconstruir os estereótipos, provando assim que PcD existem, vivem e são capazes. Como afirma Rosana (discurso 1):

§ 24. Quando assumimos esse lugar de protagonismo, ajudamos a quebrar os paradigmas de que as pessoas com deficiência não são capazes, não estão preparadas. É que, para além de objetos de inspiração, para além de sermos exemplo de vida e

superação, queremos viver em uma sociedade transformada. Eu sei que eu não verei, mas meus netos talvez possam ver; os seus netos poderão ver (Bastos, 2021).

Todos esses movimentos narrativos têm um objetivo em comum: interagir com o público, outra estratégia que os três narradores utilizam é o direcionamento de perguntas ao público, perguntas que não precisam de respostas imediatas, elas demandam reflexões; ou a utilização coloquial da 1ª pessoa do plural *a gente*, mais utilizada pelo Guilherme do que pela Rosana e Nathalia. Veja:

§ 2. Você já sentira o peso e a responsabilidade de serem considerados exemplo de vida ou modelo de superação ou até motivos de inspiração para alguém? (Bastos, 2021)

§ 14. Você já deve ter visto por aí dezenas de imagens e vídeos, tais como um homem sem as pernas, trabalhando de pedreiro, carregando a lata de massa, com a legenda “Você ainda tem motivos para reclamar?” [...] (Bastos, 2021)

§ 15. Essas imagens inspiram e motivam você. Levam você a pensar que, por mais que sua vida esteja ruim, ela ainda poderia ser pior se você fosse um ou uma de nós, pessoas com deficiência. (Bastos, 2021)

§ 16. [...] E talvez você ainda não tenha entendido o problema em nos parabenizar por fazermos absolutamente o que todo mundo faz. (Bastos, 2021)

§ 26. [...]E agora eu pergunto a vocês: Será que o passarinho do realejo acertou? Muito obrigada. (Bastos, 2021)

§ 1. Será que eu sou um coitadinho ou será que eu sou um super-herói? (Bara, 2019)

§ 30. [...] É fácil *a gente* respeitar aquilo que a gente conhece, aquilo que *a gente* concorda. O nosso desafio é respeitar aquilo que *a gente* não conhece, aquilo que *a gente* não concorda. Eu gosto de dar o exemplo, por exemplo, indo pra um tema que eu trabalho bastante nas empresas, que é o tema LGBT, né? (Bara, 2019)

§ 31. [...] *A gente* só inclui alguém de fato quando *a gente* consegue ter por ela todos os sentimentos, da raiva à paixão. Quando *a gente* se sente à vontade pra ficar bravo com ela. Quando *a gente* se sente à vontade pra sorrir, pra dividir, mas, sobretudo, quando *a gente* se sente à vontade pra errar. (Bara, 2019)

§ 33. [...] E é só *a gente* se desarmando, *a gente* ficando à vontade com esses temas, ficando à vontade pra errar, que *a gente* passa a ter uma relação de igual pra igual. *A gente* não precisa de um coitado pra chamar de nosso. O que *a gente* precisa é entender que a outra pessoa tá de igual pra igual e só quer respeito. Nem eu nem ninguém quer a garantia de igualdade no ponto de chegada. [...] (Bara, 2019)

§ 34. Então, gente, pra fechar, eu queria concluir e responder aquela pergunta que eu fiz lá no começo. Eu não sou nem um coitadinho nem um super-herói. Eu sou Guilherme. Muito obrigado. (Bara, 2019)

§ 1. Bom dia! Deve ser meio antagônico pensar que uma pessoa que não tem cem por cento do movimento corporal tá aqui falando num talk sobre movimento, não é? (Blagevith, 2018)

§ 13. E aí eu tenho mais um questionamento pra vocês. Porque o the fitness eu buscava mostrar pras pessoas, nas redes sociais, o que trazia bem estar. E você? Como tá cuidando do bem-estar na sua vida? (Blagevith, 2018)

§ 14. E, antes de terminar a minha fala, eu gostaria de perguntar pra vocês. Quem mora na Paulista, por favor, não responda essa minha pergunta, senão estraga. Como é a calçada da vida de vocês, da casa de vocês? Como que é pra uma pessoa andar de salto em São Paulo? Como é pra você andar de carrinho de bebê em São Paulo ou ir passear com o vô, com a vô? Ou até mesmo pra aquele motoqueiro do domingo à noite, que você pede a pizza, como é pra chegar na sua casa? (Blagevith, 2018)

Trazer questionamentos para o público reforça o desenvolvimento da reflexão sobre determinado tema. Colocar-se no discurso na 1ª pessoa do plural, reforça a ideia de “igual para

igual”, defendida por Guilherme. Ele se apresenta, portanto, como um ser humano comum, que também precisa aprender e que também pode errar.

5.4.1.2 Análise da prática social

Como explica McRuer (2020), com o surgimento do neoliberalismo, a cultura do consumo se acentua e tudo que gere lucro é mensurado e cristalizado para ser vendido. O que venho querendo dizer, na verdade, é que a binaridade, a divisão disto e daquilo, feio e bonito, feminino e masculino, funcional e disfuncional, hétero e não-hétero, gordo e magro, dentre tantas outras binaridades, vendem. Se os padrões não existissem o que regeria o consumo? Nesse sentido, o problema dessa separação é que ela é hierarquizada em melhor/ adequado/ certo e pior/inadequado/ errado. Dessa maneira, qualquer identidade/corpo que não se encaixe no topo dessa hierarquia é abjetificado e condenado à marginalização. É a partir dessas concepções que as ideologias são fundamentadas, entendemos ideologia, da mesma forma que Fairclough (2001): ideologia diz respeito às construções de sentido da realidade, que fundamentam as relações de poder. Elas são mantidas e transmitidas pelo discurso e garantem a hegemonia de alguns grupos sociais em detrimento de outros. Partindo para o contexto da deficiência, é válido saber:

Para se compreender o que é deficiência, acreditamos ser insuficiente estudar as características das pessoas identificadas como deficientes. Mais do que isso, é necessário estudar as suposições e crenças daqueles que reconhecem aquelas pessoas como sendo deficientes e que as tratam de modo distintivo (OMOTE, 2021, p.46)

É justamente esse o pressuposto utilizado nos estudos sociais sobre a PcD, França (2013) explica que o modelo médico da deficiência se aproxima bastante do senso comum ao equipara a deficiência à doença. Além disso, atribuiu à deficiência conceitos que perduram até hoje. Estes:

— Incapacidade (Disability): restrição ou total incapacidade de desempenhar uma atividade de maneira considerada normal ou dentro de um limite assim também considerado para um ser humano. A incapacidade é consequência de uma deficiência.
— Desvantagem (Handicap): limitação ou impedimento do desempenho dos papéis sociais tidos como normais para o indivíduo. É o resultado de uma deficiência ou incapacidade, e depende diretamente das atribuições culturais e sociais esperadas para um determinado indivíduo de acordo com seu perfilsocial (FRANÇA, 2013, p. 61).

A crítica se posiciona contra o pensamento hegemônico que essas concepções representam. França (2013) explica que com os primeiros estudos sociais sobre a deficiência,

nasce uma entidade que se responsabiliza pela elaboração da ideia e do entendimento da deficiência como um fenômeno social: UPIAS (*The Union of the Physically Impaired Against Segregation*). Uma das suas contribuições mais importantes foi a ressignificação dos conceitos de lesão e deficiência, sendo esta, segundo a UPIAS (1976), a desvantagem, exclusão ou restrição de alguma atividade social, tendo como causa a ideologia/estereótipo social sobre a PcD, resultando na exclusão dessas pessoas em atividades sociais, e aquela, sim, diz respeito à perda completa ou parcial de um membro, órgão ou uma função do corpo. Ou seja, a deficiência é uma construção social. Dessa maneira, para a UPIAS (1976), a deficiência deve ser erradicada, para que haja inclusão e integração de pessoas com alguma lesão.

Além disso, para a UPIAS (1976), os estudos sociais sobre a concepção de deficiência ou Modelo Social da deficiência é imprescindível à discussão política e à compreensão da realidade, objetivando transformações sociais, isso se dá principalmente pelo questionamento das práticas sociais, assim como os estudos sociais, a ACD questiona como as relações de poder são mantidas e estruturadas por meio do discurso. Embora Omote (2021) aponte para a necessidade de analisar a deficiência pelos olhos da sociedade e não da PcD, é necessário que a PcD seja a protagonista da sua vida e apareça, não seja silenciada. A luta é nossa e é fundamental que percebamos se os nossos discursos nos auxiliam na nossa luta ou se só reforçam a busca pelo “normal”. Na subseção seguinte, analisaremos o ethos como uma estratégia para a desconstrução da deficiência (em seu sentido social).

5.4.2 A concepção de herói/heroína nos discursos e do ideal de sucesso

Os três discursos apontam para uma concepção de herói distinta. Mas, somente o discurso 1 apresenta uma ideia de sucesso baseada nas conquistas alcançadas como PcD e conquistas estas que de alguma maneira aproxima a Rosana Bastos (discurso 1) da ideia de heroína apresentada por ela mesma. Assim:

Quadro 4 – Evolução das percepções heroicas de Rosana Bastos

Linha temporal	
Toda criança quer ser um herói/heroína (incluindo ela,	§ 1. [...]Quem nunca conheceu uma criança que quer crescer para ser como Homem-Aranha, Mulher-gato ou Super-homem? Pois é. Durante muitos anos, eu fui chamada de heroína também, como todos esses nomes. Se a Rosana criança soubesse disso, tenho

quando criança).	certeza que acharia muito legal, mas a realidade é um pouco diferente.
Concepção de sucesso a partir da previsão para o futuro	§ 4. Saíram só coisas boas previstas daquele papelzinho. Eu seria uma pessoa muito inteligente, bonita, saudável, enfim, uma pessoa de muito sucesso. Havia até números previstos para a loteria.
Fracasso ao se tornar PcD	§ 6. Já era. Todas aquelas qualidades não poderiam coexistir com a deficiência. E assim eu cresci. Sempre ouvindo que, apesar da minha doença, eu teria que ser uma menina muito estudiosa, muito inteligente e feliz.
Reconhece-se como PcD, postula que suas diferenças devem ser respeitadas e reconhecidas, MAS ela não deve ter tratamento diferenciado por ser PcD	§ 11. [...] Ali eu vi e conheci e aprendi os conceitos de igualdade e diferença e entendi que eu era diferente na medida das minhas necessidades específicas, as quais deveriam ser respeitadas e reconhecidas, e não que eu deveria ter tratamento diferenciado por ser uma pessoa com deficiência. Foi ali que eu entendi que aquela responsabilidade e o peso que estavam sobre os meus ombros de ter que superar minha deficiência, vencer limites, não eram meus. Eu não queria ser exemplo de vida pra ninguém.
Vida normal não é sinônimo de heroísmo.	§ 11. [...] E viver a minha vida normalmente não era motivo pra me chamarem de heroína.
Dizem que a PcD tem um quê de heroísmo por viverem com a deficiência.	§ 13. Pensam que, por sermos capazes de viver com as nossas deficiências, somos seres excepcionais.
Rosana Bastos é heroína somente porque convive	§ 16. Eu já perdi a conta do número de pessoas que vieram me dizer que me admiram, que admiram a minha coragem, que eu sou uma inspiração para elas, apenas pelo fato de eu viver com a minha

com sua deficiência	deficiência, ou seja, elas estavam me parabenizando pelo fato de eu acordar todos os dias, de eu estudar ou de ser uma dona de casa e trabalhar como qualquer outra pessoa.
---------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Rosana defende a ideia de que viver a vida como uma pessoa “normal” não é motivo para ser considerada heroína. Após insistir nesse postulado, ela revela ao público os seus feitos:

§ 18. Foi com a minha deficiência que eu me tornei atleta paralímpica, integrando a primeira equipe feminina no basquete sobre rodas nas paraolimpíadas de Atlanta, 96. E não foi apenas isso. Também conquistei um trabalho que me inspirava e encontrei o amor da minha vida. Ele também era um atleta paralímpico, o primeiro cadeirante a completar a Volta da Pampulha, vencendo muitos corredores sem deficiência. Nos casamos, vivemos vinte anos juntos e tivemos dois filhos. Até que o infarto fulminante me lembrou aquela parte do discurso “até que a morte nos separe” (Bastos, 2021).

§ 23. Por mais de vinte anos, ocupei cargos no governo de Minas, na Secretaria de Desenvolvimento Social, Secretaria de Esportes, Secretaria de Trabalho. Não foram poucas as vezes em que eu era a única pessoa com deficiência presente. E a minha presença nesses locais deixou um legado importante que foi o entendimento de que as políticas públicas que ali forma implantadas foram muito mais eficientes e tiveram muito mais credibilidade porque havia alguém com deficiência à frente. Por exemplo, hoje temos implantados, na Secretaria de Esportes de Minas Gerais, vários programas cujo resultado foi a presença de vários atletas mineiros medalhistas nas paraolimpíadas de Tóquio (Bastos, 2021).

Feitos estes nada convencionais, ser atleta é a exceção, não a regra, ser atleta não é o normal, é o excepcional. Dessa maneira, ela não é elogiada por acordar todos os dias como diz no § 16, ela é elogiada por, de fato, assumir o papel do excepcional. Além disso, ela ainda atua como “salvadora” de outros atletas com deficiência, ao afirmar que sua influência nas secretarias em Minas, foi fundamental para a elaboração de programas destinados à inclusão de PcDs no esporte, dessa forma, ela se torna mais que uma PcD: ela é porta-voz das PcDs: § 22. Enquanto não estivermos nas mesas em que as decisões são tomadas, as nossas necessidades e vozes continuarão sendo silenciadas.

E finaliza com:

§ 26. Da próxima vez que me chamarem de heroína, quero que seja porque conquistei meus objetivos ou por salvar alguém, mas não por dirigir um carro, atravessar a rua sozinha ou exercer a minha liberdade. E agora eu pergunto a vocês: Será que o passarinho do realejo acertou? Muito obrigada (Bastos, 2021).

Ao perguntar retoricamente ao público “Será que o passarinho do realejo acertou?”, ela afirma ter alcançado o sucesso por meio das suas conquistas. Nesse sentido, quando diz “§ 26.

Da próxima vez que me chamarem de heroína, quero que seja porque conquistei meus objetivos ou por salvar alguém [...]”, ela autoriza ser chamada de heroína. Até porque se ela alcançou o sucesso (seus objetivos) mesmo com o fracasso de ter se tornado PcD, ela é heroína.

Guilherme Bara (discurso 2) também cita a ideia do herói, mas a concepção construída é totalmente distinta. Veja o quadro abaixo:

Quadro 5 – Evolução das percepções sobre condição da PcD na sociedade de Guilherme Bara

Coitadinho ou herói?	
Traça um contraponto entre coitado e herói	§ 1. Será que eu sou um coitadinho ou será que eu sou um super-herói?
Ele é herói quando faz atividades relacionadas ao “normal”, como: trabalhar (§5), fazer atividade física (§13) ou casar e ter filhos. (§17)	<p>§ 5. Não sei direito, mas ele tá lá. Ele tá lá. É muito legal ver o cara. Meu, o cara cego, meu amor. O cara cego tá lá.</p> <p>§ 13. Daí o Pedro explica “Não. Eu faço... Eu sou atleta da equipe.” E daí o Pedro começa a contar que ele vai na academia todo dia; que ele faz bike naquelas tandem, naquelas bicicletas pra duas pessoas; que ele vai naquele barquinho chamado [irreconhecível], que aprende a remar; que ele desce o rapel de cinquenta metros; [...]</p> <p>§ 17. Os caras pensam ali [irreconhecível]. “Esposa?! Casou? Quem será?”. Ainda mais que descobrem que ela não tem deficiência. “Quem foi a maluca, né? Quem será que casa com um cara cego? Por que que ela não vai pode ir Pedro?”. “Porque ela... A gente uma filhinha de dois meses, daí ela num... vai ter que ficar com a nossa filhinha”. “Caramba! Além de casado, ele transa! Tem filho!” Né?</p>

	<p>Nesse dia, todo mundo saiu da empresa com um todo herói.</p>
<p>Ele é coitadinho quando é lido como “o ceguinho” incapaz.</p>	<p>§ 3. – Meu amor, você não sabe, a empresa que eu trabalho é demais mesmo. Contratou um rapaz ceguinho lá. Meu, empresa boa essa, né, que eu trabalho.</p> <p>§ 10. “Bom, o Pedro? Vamos chamar, apesar que, pra ele sei se é muito legal, né, porque vamos ver o que tem bacana lá no sítio pra fazer. Bom, tem aquela cachoeira que é muito legal. Mas naquela cachoeira tem um monte de pedra com limo. Imagina se a gente leva o Pedro, na melhor das intenções, e ele escorrega, né? A gente quer fazer uma boa ação, pode virar uma tragédia. Jogar futebol... Pedro não vai jogar futebol também, né? Olhar a mulherada da firma, né, ali na piscina...”. Desculpem, viu, gente, mas os homens fazem esses comentários grosseiros. “Ele também não vai poder ver, né?”. Até que alguém pensou assim “Bom, mas vamos pensar, né, chame ele sim, porque ele fica ali na beira da piscina molhando o pezinho na água, a gente leva uma carne. Melhor do que ficar em casa, ouvindo rádio, né? Tem nada pra fazer.”.</p>
<p>Consequências de ser visto como coitadinho ou herói.</p>	<p>§ 28. O tempo mostrou pro Renato e pros funcionários dessa empresa que o Pedro não era aquele coitadinho que eles imaginavam no começo — e normalmente é isso que a gente pensa, né, da pessoa com deficiência. Essas são as nossas primeiras</p>

	<p>impressões, o que ela não pode fazer, a dificuldade. É tão difícil imaginar que a gente tem..., né? A gente não consegue nem se aproximar. A gente evita o contato, com medo de errar. Enfim. Mas, depois, como a gente espera tão pouco dessa pessoa, tudo o que vem surpreende. E surpreende muito. A gente começa a achar um super-herói[...].</p> <p>§ 33. [...] E é só a gente se desarmando, a gente ficando à vontade com esses temas, ficando à vontade pra errar, que a gente passa a ter uma relação de igual pra igual. A gente não precisa de um coitado pra chamar de nosso. O que a gente precisa é entender que a outra pessoa tá de igual pra igual e só quer respeito. Nem eu nem ninguém quer a garantia de igualdade no ponto de chegada. O que eu quero é o respeito pelas minhas singularidades ao longo do caminho, porque aí eu chego aonde eu posso chegar. E é só, quando a gente percebe, né, que a pessoa não é nem coitadinha nem super-herói, que a gente fica à vontade para errar, porque a gente não erra com o coitadinho porque a gente tem dó e a gente não arrisca errar com o super-herói porque a gente venera essa pessoa.</p>
--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Guilherme não revela o desejo de ser considerado herói nem mesmo quando fala que é atleta de uma equipe, a ênfase nesse contexto está na justificativa por não comparecer ao churrasco, não na apresentação de suas conquistas e superações (por ser PcD). Por fim, fica claro o anseio de Guilherme: ele não quer ser visto nem como coitadinho e nem como herói.

Ele quer ser apenas um ser humano, ser tratado de igual para igual, quer ser aquele com quem podem errar, porque ele não é um coitadinho que precise estar sendo cuidado e observado nos mínimos detalhes.

§ 33. E é só a gente se desarmando, a gente ficando à vontade com esses temas, ficando à vontade pra errar, que a gente passa a ter uma relação de igual pra igual. A gente não precisa de um coitado pra chamar de nosso. O que a gente precisa é entender que a outra pessoa tá de igual pra igual e só quer respeito.

§ 34. Então, gente, pra fechar, eu queria concluir e responder aquela pergunta que eu fiz lá no começo. Eu não sou nem um coitadinho nem um super-herói. Eu sou Guilherme. Muito obrigado (Bara, 2019).

Levando em consideração que alcançar objetivos é sinônimo de sucesso, entendemos que por mais que não seja verbalizada, no início do discurso, a concepção de sucesso para Guilherme, fica claro, no fim do seu discurso o que ele objetiva alcançar em sociedade: igualdade na medida em que respeitam a sua diferença. O tratamento diferenciado que ele se recusa ter, está na rejeição de ser tratado como coitadinho ou herói.

Nathalia Blagevitch (discurso 3) apresenta a concepção do herói em um contexto mais humanizado, no âmbito do sentir:

§ 10. Foi então, criando o blog, que eu tive vários outros insights. Eu reparei que, quando eu ia pra mídia falada, sempre passava aquela coisa “Ele trabalha, ele estuda e é deficiente”. E eu me sentia com uma capinha se super-heroína, sabe, quando eu ouvia essas coisas? Então, eu resolvi escrever a minha biografia e contar que, apesar de tudo isso, a gente também é feliz, também é feliz, também tem sonhos e não precisa da capa de super-herói (Blagevitch, 2018).

Apesar da deficiência, ela é uma pessoa que vive, que sonha e isso não a torna heroína, ser uma pessoa não é sinônimo de heroísmo. E até justifica o motivo pelo qual as pessoas se impressionam ao se deparar com uma PcD vivendo:

11. Foi dentro dessas buscas que eu também enxerguei – e daí eu quero convidar vocês a fazerem uma reflexão junto comigo – que a maioria de nós sempre procura olhar pro que é ruim, pro que falta [...] (Blagevitch, 2018).

O sucesso para Nathalia Blagevitch está na ressignificação da deficiência e na tomada do protagonismo da sua vida:

§ 11. Foi dentro dessas buscas que eu também enxerguei – e daí eu quero convidar vocês a fazerem uma reflexão junto comigo – que a maioria de nós sempre procura olhar pro que é ruim, pro que falta. Então, foi aí que, dentro da palavra “deficiência”, pra mim, eu vejo a palavra “eficiência”. Eu comecei a valorizar o que era bom. E dentro da... cada não que foi dado pra mim, eu comecei a prestar a atenção que, no inglês, “no” era “new opportunity”, era uma oportunidade de mostrar que era diferente.

§ 12. Então, quando eu comecei a ter o blog, idealizar os meus projetos, eu ia dar palestras, as pessoas falavam “Nossa você é tão linda, tão inteligente, pena que é deficiente.”. Eu fico furiosa com isso. Eu não entendo. E aí foi então uma hora que eu

resolvi deixar que as pessoas não fizessem mais movimentos por mim. Eu abandonei a Fisioterapia e resolvi ir pra academia, criar a hashtag “the fitness”. Acreditem, funcionou. Deficiência com academia (Blagevitch, 2018).

Por fim, Nathalia finaliza seu discurso, trazendo uma reflexão:

§ 14. E, antes de terminar a minha fala, eu gostaria de perguntar pra vocês. Quem mora na Paulista, por favor, não responda essa minha pergunta, senão estraga. Como é a calçada da vida de vocês, da casa de vocês? Como que é pra uma pessoa andar de salto em São Paulo? Como é pra você andar de carrinho de bebê em São Paulo ou ir passear com o vô, com a vó? Ou até mesmo pra aquele motoqueiro do domingo à noite, que você pede a pizza, como é pra chegar na sua casa? (Blagevitch, 2018).

O foco se direciona ao público, não a quem ela é na sociedade como Guilherme faz ou ao questionamento se ela alcançou sucesso na vida ou não. Dadas essas constatações, no subtópico seguinte analisaremos como o “eu” de cada locutor é construído para desconstruir o capacitismo.

5.4.3 A construção do ethos como estratégia de reflexão e desconstrução do capacitismo

É importante alertar que o ideal é que os discursos construídos por PcDs objetivem desconstruir o capacitismo, no entanto, essa ideal nem sempre se efetiva. Os discursos com os quais temos contato ao decorrer de nossas vidas, contribuem significativamente para a construção dos nossos próprios discursos e, assim, podemos revelar essas influências em nossos próprios discursos. É o que pretendemos apresentar neste subtópico. Começamos pelo discurso 1 de Rosana Bastos.

Ela inicia nos revelando que toda criança tem um super-herói favorito e com uma pergunta retórica, afirma que toda criança quer ser um, assim, ela quando criança também desejava:

§ 1. Toda criança tem um super-herói preferido. A minha sobrinha-neta, por exemplo, adora Mulher-maravilha. A super-heroína favorita dela é uma mulher forte, imbatível, capaz de vencer todas as adversidades. Quem nunca conheceu uma criança que quer crescer para ser como Homem-Aranha, Mulher-gato ou Super-homem? (Bastos, 2021)

O passarinho do realejo prevê sua sorte e a partir disso, ela descobre sua concepção de sucesso na vida:

§ 4. Saíram só coisas boas previstas daquele papelzinho. Eu seria uma pessoa muito inteligente, bonita, saudável, enfim, uma pessoa de muito sucesso. Havia até números previstos para a loteria (Bastos, 2021).

Ela **teria** sucesso, até que a poliomielite a deixa deficiente:

§ 6. Já era. Todas aquelas qualidades não poderiam coexistir com a deficiência. E assim eu cresci. Sempre ouvindo que, apesar da minha doença, eu teria que ser uma menina muito estudiosa, muito inteligente e feliz (Bastos, 2021).

A partir disso, tornou-se solitária e infeliz, até que, ao mudar de escola, redescobre a vida “normal”:

§ 7. Aos sete anos, fui matriculada em um colégio de freiras caríssimo, só para meninas. Meu pai se revirava como podia para pagar as mensalidades sem saber que eu era extremamente infeliz naquele colégio, porque as freiras tinham tanto medo de eu me machucar que me proibiam de ir para o recreio com as outras meninas. E eu ficava sozinha merendando dentro de sala de aula. O resultado: eu quase não tinha amiguinhas. Mas, felizmente, meu médico, na ocasião – também deficiente, vítima de Pólio – aconselhou a minha mãe a me tirar daquele colégio e me matricular em uma escola pública regular, onde eu ia para o recreio, brincava de pega-pega, era empurrada, caía, me levantava, convivia com a falta de acessibilidade e era muito feliz (Bastos, 2021).

E essa vida “normal” inclui a falta de acessibilidade e, como ela mesmo diz, assim, estava feliz. Ela começa a se sentir diferente dos demais, quando percebe que recebia muitos elogios sem nenhum motivo aparente, o que ela chama de discriminação disfarçada:

§ 8. Foi na adolescência que comecei a perceber e entender uma certa diferença no tratamento que recebia a partir das pessoas. A maioria me tratava muito bem, era sempre uma chuva de elogios desnecessários que eu detestava, porque sabia não merecê-los. Ao mesmo tempo, uma discriminação disfarçada.

§ 9. Aos poucos, todas as minhas amigas foram arrumando namorados e paqueras e a história se repetia com todas, menos comigo. Foi assim que eu descobri: eu era diferente das outras meninas (Bastos, 2021).

Percebe, portanto, que não pertencia ao conceito de “normal”, admitindo sua condição ela ressignifica a ideia de que ser PcD é ser doente e nos revela duas reflexões importantes:

§ 10. Por volta dos dezoito a vinte anos, eu já me reconheci uma pessoa com deficiência, e não uma pessoa doente, como me fizeram acreditar. [...] Não se falavam em deficiência. Não se viam deficientes. Éramos todos doentes.

§ 11. Conviver e ver pessoas com deficiência foi fundamental para que eu me conhecesse. Fui apresentada a um grupo de jovens deficientes que fazia tratamento no hospital Arapeira. Todos paraplégicos e tetraplégicos por acidente de carro, armas de fogo e outros motivos que fundaram a Associação Mineira de Paraplégicos. [...] (Bastos, 2021).

Reflexão 1: um dos fatores que sustentam o capacitismo: não se falar em deficiência e não se ver PcDs.

Reflexão 2: uma estratégia para diminuir o preconceito: conviver e ver PcDs, nós, seres-humanos, tendemos a naturalizar o que vemos com frequência, como exemplo, posso citar as

pessoas em condição de rua, quem estranha a presença delas? Um caso curioso, foi de um grupo de turistas que tirou foto com um cadáver ao lado, não houve incômodo, provavelmente era uma pessoa de rua dormindo. Veja:

Imagem 4: Turistas tiram foto em paisagem com um cadáver ao lado.



Fonte: Sampaio, 2023.

Em seguida, Rosana transfere uma culpa que na verdade nunca possuiu, para a sociedade e se equipara à ideia de cidadão. Em outras palavras, ela afirma: Sou tão cidadã quanto o meu vizinho, aqui, Rosana partilha do mesmo desejo de Guilherme (discurso 2): ser tratada de “igual para igual”.

§ 11. [...] Ali eu percebi que eu não tinha culpa de nada e que a sociedade é que estava em dívida comigo. Que meus direitos tinham que ser reconhecidos e respeitados assim como os direitos do meu vizinho sem deficiência. Foi ali que eu entendi que aquela responsabilidade e o peso que estavam sobre os meus ombros de ter que superar minha deficiência, vencer limites, não eram meus. [...] (Bastos, 2021)

E ser tratada de “igual para igual”, para Rosana, inclui “11§ não ter tratamento diferenciado por ser PcD”. O que aponta para a segunda grande contradição de Rosana Bastos (ver tópico 5.4.1):

§ 11. Ali eu vi e conheci e aprendi os conceitos de igualdade e diferença e entendi que **eu era diferente na medida das minhas necessidades específicas, as quais deveriam ser respeitadas e reconhecidas, e não que eu deveria ter tratamento diferenciado por ser uma pessoa com deficiência** (Bastos, 2021).

Ou seja, ela tem necessidades específicas, MAS não deve ter tratamento diferenciado, assim como na segunda escola onde ela convivia com a falta de acessibilidade e era feliz. A primeira grande contradição de Rosana está na concepção de heroína, construída por ela e detalhada no tópico 5.4.1, *grosso modo*:

quando criança gostaria de ser heroína. ➡ Torna-se PcD, o que a impossibilita de ser heroína. ➡ Não quer ser tratada como heroína por viver a vida normalmente. | Conceito de normalidade apresentado por ela: § 16 [...] acordar todos os dias, de eu estudar ou de ser uma dona de casa e trabalhar como qualquer outra pessoa. E talvez você ainda não tenha entendido o problema em nos parabenizar por fazermos absolutamente o que todo mundo faz. | ➡ No entanto, ela não se encaixa nesse conceito de vida normal, já que é atleta paraolímpica e ocupou cargos no governo de Minas. Além disso, ela assume um papel de “salvadora”, já que sua influência no governo de Minas foi fundamental para a criação de programas destinados à inclusão de PcDs no esporte. ➡ Por fim, ela postula: “§ 26. Da próxima vez que me chamarem de heroína, quero que seja porque conquistei meus objetivos ou por salvar alguém”, autorizando o público a chamá-la de heroína, afinal, ela superou as expectativas (expectativas essas que consistiam na ideia de “§ 11 superar a deficiência e vencer limites”: exatamente o que ela fez.), ou seja, Rosana alcançou seus objetivos e o sucesso apresentados pelo passarinho do realejo e ainda “salvou” outros PcDs para a chance de ser atleta, portanto: heroína.

Em contrapartida, Guilherme Bara (discurso 2) diferente de Rosana, distancia-se totalmente da narrativa, construindo um relato em 3ª pessoa sobre o personagem Pedro. Em um primeiro momento, Guilherme indaga: “Será que eu sou um coitadinho ou será que eu sou um

super-herói?” e, em seguida, alerta que para responder essa pergunta, ele contará a história do seu “amigo” Pedro:

§ 1. Será que eu sou um coitadinho ou será que eu sou um super-herói? Pra responder a essa pergunta eu vou contar pra vocês a história de um colega meu chamado Pedro. Só que, antes de contar a história do Pedro, tenho que falar pra vocês que, se tem uma vantagem de ser cego, é você não ver o tempo que falta pra você falar. Isso é muito bom, viu? (Bara, 2019).

Com o decorrer da narrativa, percebemos que tanto o “eu” do questionamento quanto o Pedro são representações da PcD, em outras palavras, a pergunta seria: Será que a PcD é uma coitadinha ou um super-herói? Mas, antes de adentrar a essa construção. Guilherme aponta para o significado social de, por exemplo, contratar uma PcD:

§ 3. Meu amor, você não sabe, a empresa que eu trabalho é demais mesmo. Contratou um rapaz ceguinho lá. Meu, empresa boa essa, né, que eu trabalho.
 § 4. Ah é, meu bem, mas o que é que ele faz?
 § 5. Não sei direito, mas ele tá lá. Ele tá lá. É muito legal ver o cara. Meu, o cara cego, meu amor. O cara cego tá lá.
 § 6. Sim. É, mas... E ele... Qual o nome dele?
 § 7. Eu acho que não perguntei.
 § 8. Mas no almoço você não encontra?
 § 9. Às vezes, eu sento meio longe, né? (Bara, 2019)

A inclusão acaba se delimitando à uma simples contratação. Não importa o que essa PcD faz ou até mesmo o seu nome, a empresa se preocupa com o social, porque contratou uma pessoa cega, apenas. E com a convivência, o Pedro é percebido primeiro como um coitadinho, um incapaz e se transforma num herói quando quebra com o estereótipo de coitado que a sociedade sustenta:

§ 10. Bom, o tempo passou lá na empresa do Pedro. Até que, teve um dia, final de ano, o pessoal começou a organizar um churrasco. Pra comemorar, né? Esses, de confraternização no final de ano. O pessoal começou a organizar. Todo mundo empolgado, porque era num sítio de um diretor, um sítio muito bacana, o pessoal já tinha ido, algumas pessoas na empresa, né? E o pessoal ali empolgado, comentando “Caramba, achei muito legal, né?”. Até que alguém lembrou “E o Pedro? A gente vai chamar o Pedro?”. “Bom, o Pedro? Vamos chamar, apesar que, pra ele sei se é muito legal, né, porque vamos ver o que tem bacana lá no sítio pra fazer. Bom, tem aquela cachoeira que é muito legal. Mas naquela cachoeira tem um monte de pedra com limo. Imagina se a gente leva o Pedro, na melhor das intenções, e ele escorrega, né? A gente quer fazer uma boa ação, pode virar uma tragédia. Jogar futebol... Pedro não vai jogar futebol também, né? Olhar a mulherada da firma, né, ali na piscina...”. Desculpem, viu, gente, mas os homens fazem esses comentários grosseiros. “Ele também não vai poder ver, né?”. Até que alguém pensou assim “Bom, mas vamos pensar, né, chame ele sim, porque ele fica ali na beira da piscina molhando o pezinho na água, a gente leva uma carne. Melhor do que ficar em casa, ouvindo rádio, né? Tem nada pra fazer?”. Ele foram lá falar com Pedro “Ô, Pedro, vamos... Vai ter um churrasco aí, né, no final de semana. Vamos com a gente?”. O Pedro já sabia, né? Ele ouve. O Pedro ouve. E aí

o Pedro falou “É tô sabendo tal... mas pena que, nesse fim de semana, eu não posso”. E alguém já pensou “Eu sabia, né? Programa nada a ver.”. “Mas porque, Pedro, que você não pode? Vai ser tão legal, você fica sentado na piscina, a gente leva a carinha tal.”. Daí ele falou assim “Não é que, bem nesse fim de semana, eu tenho uma competição.”. O pessoal: “Porra, Pedro, mas como funciona isso? Corrida de aventura? Como é? Você vai lá?”. (Bara, 2019)

Quando o Pedro diz o que faz de atividade física, é até menosprezado:

§ 13. Daí o Pedro explica “Não. Eu faço... Eu sou atleta da equipe.” E daí o Pedro começa a contar que ele vai na academia todo dia; que ele faz bike naquelas tandem, naquelas bicicletas pra duas pessoas; que ele vai naquele barquinho chamado [irreconhecível], que aprende a remar; que ele desce o rapel de cinquenta metros; e, quando ele conta, claro que vários pensam “**Não. Ele só desce porque ele é cego, porque ele não sabe, né?**”. Como se o cara, além de cego, não tivesse noção de que cinquenta metros é muito, né, e que é perigoso. Mas, e o pessoal começa achar o máximo “Caramba! O Pedro...”

§ 17. Os caras pensam ali [irreconhecível]. “Esposa?! Casou? Quem será?”. Ainda mais que descobrem que ela não tem deficiência. “**Quem foi a maluca, né? Quem será que casa com um cara cego?** Por que que ela não vai poder ir Pedro?”. “Porque ela... A gente uma filhinha de dois meses, daí ela num... vai ter que ficar com a nossa filhinha”. “**Caramba! Além de casado, ele transa! Tem filho!**” Né? Nesse dia, todo mundo saiu da empresa com um todo herói. O pessoal chegou em casa... (Bara, 2019)

O estereótipo da PcD é fundamentado nos padrões impostos pela sociedade, o “descapacitado” é feio, inválido, incapaz e até mesmo indigno, indigno de participar da sociedade e se envolver com ela e o “capacitado” é o oposto. Ao ir de encontro aos padrões:

§ 25. O ceguinho virou Pedro, virou Pedrão. O cara que era visto como coitadinho agora é um super-herói na empresa (Bara, 2019)

O dia a dia na empresa continua sem grandes mudanças nas relações, até que um colega de trabalho de Pedro, o Renato, precisava coletar dados de todos os funcionários e os solicitou a cada um, por e-mail. O Pedro não enviou seus dados e ao ser cobrado, o Renato justifica:

§ 26. [...] “**Olha, eu sei que tá faltando, mas é as informações que eu pedi pro Pedro não chegaram.**”. E o Pedro tava na reunião. E foi assim “Como assim? Você não me pediu nada.”. “Não. Eu te pedi. Eu te mandei e-mail.”. “Não. Eu não...”. Enfim. Nessa hora, o Renato ficou bravo. Ele ficou com raiva do Pedro. Depois eles descobriram que o e-mail foi pra lixeira eletrônica. Enfim. Ou voltou. Eles se entenderam (Bara, 2019).

Tanto o Pedro falhou ao não responder o e-mail, quanto o Renato falhou ao ter ficado com raiva do Pedro e é nesse assim que o Pedro entende a inclusão e se sente incluído:

§ 31. E o terceiro tema que eu quero falar com vocês, a terceira coisa pra fechar essa conversa é sobre incluir. A gente só inclui alguém de fato quando a gente consegue ter por ela todos os sentimentos, da raiva à paixão. Quando a gente se sente à vontade

pra ficar bravo com ela. Quando a gente se sente à vontade pra sorrir, pra dividir, mas, sobretudo, quando a gente se sente à vontade pra errar (Bara, 2019).

O Guilherme, por meio do Pedro, entende a manifestação do “normal” nas relações humanas:

§ 33. [...] Nem eu nem ninguém quer a garantia de igualdade no ponto de chegada. O que eu quero é o respeito pelas minhas singularidades ao longo do caminho, porque aí eu chego aonde eu posso chegar. E é só, quando a gente percebe, né, que a pessoa não é nem coitadinha nem super-herói, que a gente fica à vontade para errar, porque a gente não erra com o coitadinho porque a gente tem dó e a gente não arrisca errar com o super-herói porque a gente venera essa pessoa (Bara, 2019).

O Guilherme não quer ser como todos da empresa, quando chega nesta. Ele quer ser respeitado e aceito, apesar das diferenças, porque assim estará, de fato, integrado. E poderá ser somente um ser humano, o Guilherme:

§ 34. Então, gente, pra fechar, eu queria concluir e responder aquela pergunta que eu fiz lá no começo. Eu não sou nem um coitadinho nem um super-herói. Eu sou Guilherme. Muito obrigado (Bara, 2019).

O discurso de Nathalia (discurso 3) é construído sob a ótica do humor, humor como estratégia de defesa: “o humor é liberador e enobrecedor do ego. É um mecanismo subjetivo que visa anular o sofrimento e a dor, em favor do princípio do prazer” (Freud, 1996 *apud* SerconMed, s/n, 2017). Como nas passagens abaixo:

§ 1. Bom dia! Deve ser meio antagônico pensar que uma pessoa que não tem cem por cento do movimento corporal tá aqui falando num talk sobre movimento, não é? Pois bem, eu vou mostrar que existem outras formas que existem de fazer movimento.

§ 2. Na verdade, eu já cheguei movimento a minha família. Eu nasci no meio de um feriado, na madrugada e a maioria achava que eu era menino. Fazer o quê, né?

§ 3. Eu tive uma deficiência de nascimento, que é, pela Medicina, chamada de paralisia cerebral, mas eu, carinhosamente digo que é minha mão direita é uma excelente carregadora de bolsas. Imaginem o charme que não fica.

§ 4. Na infância, por eu não poder brincar do pega-pega, esconde-esconde, eu tive que lidar com uma habilidade muito boa de falar em microfone. Acho que é por isso que eu tô aqui hoje (Blagevitch, 2018).

A Nathalia admite pontos positivos como a habilidade de falar em público e revela ao público que movimento não tem a ver com funcionalidade, mas sim com como nos

posicionamos diante da vida. Ela também se utiliza da ironia para banalizar a preocupação de algumas garotas, durante a adolescência:

§ 5. Na adolescência, quem é que não teve aqueles questionamentos do que “Por que eu não me dou bem com o meu corpo?”, não é? O meu foi “Por que que eu não podia usar salto pra ir na balada?” ou tinha que ir com uma [irreconhecível]. Era assim. Foi no meio desses questionamentos que eu conheci a Mara Grabilli, que representa as pessoas com deficiência no Comitê sobre esse [irreconhecível] na ONU (Blagevitch, 2018).

Superar os limites para a Nathalia é atravessar a rua e ao ler essa parte do seu discurso, lembrei do quanto foi angustiante pra mim voltar ao trabalho e conseguir entrar na sala de aula sem morrer de nervosismo: superar meus limites foi voltar a trabalhar. Além disso, indigna-se com a objetificação da PcD:

§ 7. Foi então que, buscando atravessar a rua, aqui no meu país, eu resolvi começar a pesquisar sobre o assunto. E aí, quando se falava de pessoas com deficiência, eu percebia que tudo era frio, era gelado, **se valorizava muito mais essa cadeira, aquela bengala de quem tem deficiência visual. Esqueciam do ser humano que tava ali.** E foi então que eu resolvi criar o meu blog, mas eu falo dele mais tarde. [...] (Blagevitch, 2018)

A desafio para Nathalia não é a deficiência, mas sim desenvolver a habilidade de ver o lado bom das coisas:

§ 10. Foi então, criando o blog, que eu tive vários outros insights. Eu reparei que, quando eu ia pra mídia falada, sempre passava aquela coisa “Ele trabalha, ele estuda e é deficiente”. E eu me sentia com uma capinha se super-heróina, sabe, quando eu ouvia essas coisas? Então, eu resolvi escrever a minha biografia e contar que, apesar de tudo isso, a gente também é feliz, também é feliz, também tem sonhos e não precisa da capa de super-herói.

§ 11. Foi dentro dessas buscas que eu também enxerguei – e daí eu quero convidar vocês a fazerem uma reflexão junto comigo – **que a maioria de nós sempre procura olhar pro que é ruim, pro que falta.** Então, foi aí que, dentro da palavra “deficiência”, pra mim, eu vejo a palavra “eficiência”. Eu comecei a valorizar o que era bom. E dentro da... cada não que foi dado pra mim, eu comecei a prestar a atenção que, no inglês, “no” era “new opportunity”, era uma oportunidade de mostrar que era diferente.

§ 12. Então, quando eu comecei a ter o blog, idealizar os meus projetos, eu ia dar palestras, as pessoas falavam “**Nossa você é tão linda, tão inteligente, pena que é deficiente.**”. Eu fico furiosa com isso. Eu não entendo. E aí foi então uma hora que eu resolvi deixar que as pessoas não fizessem mais movimentos por mim. Eu abandonei a Fisioterapia e resolvi ir pra academia, criar a hashtag “the fitness”. Acreditem, funcionou. Deficiência com academia (Blagevitch, 2018).

Dessa maneira, ao afirmar A, Nathalia nega B: a deficiência é algo ruim (não algo bom), porém é necessário olhar o “lado bom” dessa situação (porque costumamos não olhar) e assim, ela ressignifica sua situação como em “§ 11. dentro da palavra “deficiência”, pra mim, eu vejo

a palavra ‘eficiência’” e em “§ 11. cada não que foi dado pra mim, eu comecei a prestar a atenção que, no inglês, ‘no’ era ‘new opportunity’”. Nathalia explica que por fazer atividades cotidianas, as pessoas a tratavam como excepcional e ressalta que apesar da deficiência, ela é feliz.

Por fim, resolve trocar a atividade física na fisioterapia pela atividade na academia, a fim de cuidar da sua saúde, do bem estar, como aponta, e não para superar seus limites. Ainda se direciona ao público convidando-os para reflexão que condiz com um senso de responsabilidade social, o foco não está nela, o foco é fazer o público entender que a PcD vive e cada um tem seu papel na sociedade, todos somos responsáveis:

§ 14. E, antes de terminar a minha fala, eu gostaria de perguntar pra vocês. Quem mora na Paulista, por favor, não responda essa minha pergunta, senão estraga. Como é a calçada da vida de vocês, da casa de vocês? Como que é pra uma pessoa andar de salto em São Paulo? Como é pra você andar de carrinho de bebê em São Paulo ou ir passear com o vô, com a vó? Ou até mesmo pra aquele motoqueiro do domingo à noite, que você pede a pizza, como é pra chegar na sua casa? (Blagevitch, 2018)

Analisadas essas questões, situaremos cada discurso na linha do *continuum* apresentada na subseção 5.4.

5.4.4 Os discursos e seus graus de assimilação ao padrão “normal” da sociedade

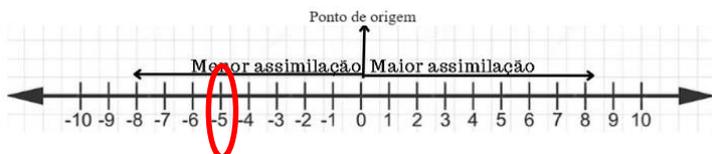
Ao estudar o Queer e o Crip, entendemos que negar a existência da deficiência não é a arma para erradicar o capacitismo, porque como já dito outrora, todos nós, em algum momento da vida, vamos nos deparar com a redução de mobilidade. Eu, Amanda, posso buscar alcançar esse grau de normalidade que impuseram na sociedade, posso tentar negar a falta de funcionalidade do meu braço esquerdo, posso nunca falar sobre deficiência e posso aceitar a falta de acessibilidade. A questão é que na minha condição, eu posso, mas todas as PcDs podem fazer o mesmo? E as que não podem, fazem o quê? Continuam no estado de abjetificação? Colocando-se à margem da sociedade? A tentativa de se aproximar do padrão do “normal” tropeça na tentativa de anular as diferenças.

A partir dos itens analisados, entendemos e admitimos que os discursos construídos e apresentados aqui são frutos de tudo o que ouvimos, vemos e vivemos. Nós, como PcDs, devemos ter cuidado com qual ideia de deficiência estamos tecendo e repassando, é nossa responsabilidade construir discursos que preguem a desconstrução do preconceito e não o

incentivo à superação de limites. Devemos adentrar espaços públicos, porque temos esse direito como cidadãos e não para provar nossa capacidade, não para superar as expectativas. São por esses motivos que entendemos o discurso 1 com o maior grau de assimilação, não se encontrando no grau +10, porque apesar de se contradizer e buscar pela superação de sua deficiência, ela ainda se admite como PcD e cita o capacitismo como uma construção social. Ficando assim, num nível médio de maior assimilação:



Guilherme Bara (discurso 2) postula querer ser tratado de igual para igual, mas não sugere que não precisa de tratamento especial, pelo contrário quer ser respeitado com suas singularidades, mas não quer nem ser um coitado e nem um super-herói. Ele quer ser considerado um ser humano. Dessa forma, o Guilherme não busca alcançar o padrão do normal, busca viver e ser tratado como um ser humano. Essa busca, coloca-o em menor grau de assimilação em comparação à Rosana, porém, a colocação “igual para igual” pode apontar para o desejo de ser normal, como os outros da empresa, por esse motivo, ele ficará num nível médio de menor assimilação:



No discurso 3, de Nathalia Blagevitch, não há indícios de busca pelo “normal” há a construção de uma PcD em constante desconstrução, que vibra suas pequenas conquistas em sociedade e convida seus interlocutores a refletirem sobre seus papéis sociais. Esses fatores a colocam no nível de distanciamento máximo da assimilação:



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Meu sentimento ao fim deste estudo é de consolo interior. Pode parecer estranho finalizar uma dissertação, falando de sentimento, mas há uma boa justificativa para isso: sabe o processo de terapia com o profissional de psicologia, o qual você aprende a ressignificar as situações vividas ou compreender a causa raiz do seu problema? Este estudo significou isso para mim. Com ele aprendi que minha lesão foi uma pedra no caminho, como Nathalia revela: não foi uma coisa boa, mas precisamos ver o lado bom de todas as situações. A pedra no meu caminho não pode resumir minha vida. Acredito fielmente que este texto deveria ser lido por todos que fazem parte da sociedade, para que seja entendido, enfim, que a deficiência é uma pura construção social, que me coloca em posição de inferior aos não deficientes. E isso, a Lei de Cotas não resolve.

Os últimos quatro anos têm sido os mais desafiadores desses meus trinta anos de vida, lidar com meu próprio capacitismo me rendeu várias crises de ansiedade e de pânico só de pensar em sair de casa. Entender que estar dentro de um ônibus ou de uma sala de aula, seja como aluna ou professora, gera representatividade e exemplo de que há vida mesmo com uma lesão, foi a reviravolta da minha estadia na Terra.

Este estudo, portanto, foi uma análise posicionada de cunho qualitativo-exploratório, que buscou revelar as faces possíveis de produção de sentido sobre o capacitismo, por meio de três perspectivas teóricas distintas para desenvolver uma reflexão.

De modo geral, trabalhamos a ACD como base dessa análise, visto que entendemos os discursos como armas para fissurar o sistema e desestruturar relações de poder, o *crip* nos deu todo o suporte para compreensão da deficiência como uma identidade e de que a assimilação gera anulação das diferenças de um ou dois indivíduos e não do preconceito sustentado pela dicotomia capacitado/descapitado, e, ao percebermos que as PcDs para falar contra o capacitismo partem de suas vivências pessoais, o ethos foi a peça final para a compreensão disto:

A tentativa de assimilação ao conceito de normal imposto, pode ser benéfica para Rosana, mas não é regra para todas as PcDs, afinal, não são todos que conseguem ou querem superar limites e conquistar espaços de poder. Ao tentar se assimilar, o que está implícito, na verdade, é o desejo de não abjetificação, de ser tratado como um ser humano comum, como Guilherme denota. E isso só é possível, questionando os padrões impostos e o conceito de deficiência estereotipado, mantido e reforçado desde a antiguidade. É fundamental que reconheçamos nossa lesão e nossas dificuldades, para assim sermos capazes de exigir nossos direitos e lutar para chegarmos e estarmos onde quisermos. Nem todo discurso atuará

diretamente no fortalecimento ou na desconstrução do capacitismo, mas ao colocar nossa lesão e nosso estado de deficiente ao público, à sociedade que abjetifica esse corpo “anormal”, declaramos que existimos e isso é uma declaração contra o capacitismo.

É necessário, enfim, lembrar que talvez o revelado aqui não seja, necessariamente, o que os locutores pensam ou desejam, mas é o que a materialidade discursiva destes, revela. Se você é PcD e leu este estudo até aqui, sinta-se abraçado(a) e saiba que a sua lesão não te torna menor que ninguém, desejo que você nunca se esconda, sua presença na sociedade é fundamental para desequilibrar a balança do status quo. Você está vivo e viver é fundamental. Se você não é PcD e leu este estudo até aqui, eu preciso te dizer que compreendo alguma atitude capacitista que você teve, mas somente até este momento. Desejo que este estudo tenha lhe provocado grandes reflexões e que todos juntos possamos cumprir com nosso papel social: questionar as dicotomias que sustentam a sociedade e lutar pela igualdade, mesmo com as diferenças existentes.

REFERÊNCIAS

ABJETO. *In*: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Aurélio**: o mini dicionário da língua portuguesa. 4. ed. Rio de Janeiro: Maralto, 2002.

AMOSSY, Ruth. **Imagens de si no discurso**: a construção do ethos. São Paulo: Contexto, 2005.

AMIRALIAN, Maria Lúcia Toledo Morais. **Psicologia do Excepcional**. São Paulo: EPU, 1986.

ANDRADE, Daniel Pereira. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. *In* **Revista Sociedade e Estado** – Vol 34, Número 1, 2019, p. 211-239.

ANDRADE, Maria Lúcia de Araújo; SOLÉRA, Márcia Oliva. A deficiência como um “espelho perturbador”: uma contribuição psicanalítica à questão da inclusão de pessoas com deficiência. **Mudanças: Psicologia da Saúde**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 85-93, 2006.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 16.ed. – São Paulo: Hucitec, 2014.

BLAGEVITCH, Nathalia. **A eficiência na deficiência**. TEDxDanteAlighieriSchool. [S. l.: s. n.], 4 out. 2018. 1 vídeo (07:58 min). Publicado pelo canal TEDx Talks. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=k8_vgZvF8LA. Acesso em: 17 jun. 2024.

BARA, Guilherme. **Na conversa do respeito e da inclusão, todos somos heróis e vilões**. TEDxCampinas. [S. l.: s. n.], 3 jul. 2019. 1 vídeo (13:13 min). Publicado pelo canal TEDx Talks. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GURgzMcTgrA>

BASTOS, Rosana. **Precisamos falar sobre capacitismo**. TEDxBeloHorizonte. [S. l.: s. n.], 9 nov. 2021. 1 vídeo (15 min). Publicado pelo canal TEDx Talks. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DyizBjIqubE&t=150s>. Acesso em: 12 jun. 2024.

BORBA, Rodrigo. Linguística queer: algumas desorientações. *In*: BORBA, Rodrigo (org.). **Discursos transviados**. São Paulo: Cortez, 2020. p. 9-45.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2012.

BRUNELLI, Ana Flora. Confiança e otimismo: intersecções entre o ethos do discurso de autoajuda e o do discurso da Amway. *In*: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (orgs.). **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 133-148.

BUTLER, Judith. Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. **Caderno de Leituras**, [s. l.], n. 78, p. 02-16, 2018.

CABRAL, Leonardo Santos Amâncio (orgs.). **Construção social da deficiência**: algumas evidências empíricas. V. 2. São Paulo: EDESP-UFSCar, 2021. P. 62-73.

CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa. Análise do discurso anglo-saxônica e semiótica social crítica. *In*: FERREIRA, Roberval; RAJAGOPALAN, Kanavilli (org.). **Um mapa da crítica nos estudos da linguagem e do discurso**. São Paulo: Pontes Editores, 2016. p. 199-225.

COLLING, Leandro. Teoria queer. **Mais definições em trânsito**, [s. l.], 2007.

DINIZ, Debora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

FAIRCLOUGH, Norman. Análise Crítica do Discurso como método em pesquisa social científica. **Linha d'Água**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 307-329, 2012.

FAIRCLOUGH, Norman. **Analyzing discourse: textual analysis for social research**. London; New York: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FÉDIDA, Pierre. A negação da deficiência. *In*: DAVILA NETO, Maria Inácia. **A negação da deficiência: a instituição da diversidade**. Rio de Janeiro: Achiamé & Socius, 1984. p. 137-147.

FIGUEIRA, Luís Fernando Bulhões. **O althusserianismo em Linguística**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

FONSÊCA, Agripino José Freire da. Análise de discurso: do objeto, do objetivo e do método breves considerações para principiantes. **Igarapê**, Porto Velho, v. 3, n. 3, p. 372-389, 2014.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOWLER, Roger. Sobre a linguística crítica. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 4, p. 207-222, 2004.

FRANÇA, Tiago Henrique. Modelo Social da Deficiência: uma ferramenta sociológica para a emancipação social. *In* **Lutas sociais**. Vol. 17 n.31, 2013. P. 59-73.

GAVÉRIO, Marco Antonio. Resenha de feminist, queer, crip. **Florestan Fernandes**, São Carlos, ano 3, n. 1, p. 165-173, 2016.

GESSE, Marivete; BLOCK, Pamela; MELLO, Anahi Guedes de. Estudos da deficiência: interseccionalidade, anticapacitismo e emancipação social. *In*: GESSER, Marivete; BÖCK, Geisa Letícia Kempfer; LOPES, Paula Helena (org.). **Estudos da deficiência: anticapacitismo e emancipação social**. Curitiba: CRV, 2020. p. 17-35.

GOMES, Maria Carmen Aires. “Eu não me sinto fora do eixo, fora do tom, fora de nada”: analisando as construções identitárias no discurso midiático. **Cadernos Discursivos**, Catalão, v. 1, n. 1, p. 174-188, 2013.

GRASS, Pável Lavrenthiv. **Sociologia da ideologia?**. Brasília: Senatus, 2009. P. 24-31.

GREINER, Christine. **Corpos Crip: instaurar estranhezas para existir**. São Paulo: N-1, 2023.

- KAFER, Alison. Feminist, queer, crip. **Florestan Fernandes**, São Carlos, ano 3, n. 1, p. 165-173, 2013.
- LIMA, Bruno de Assis Freire de; GOMES, Maria Carmen Aires (org.). **Estilos e discursos: uma contribuição para os estudos da linguagem**. Campinas: Pontes, 2022, p. 43-66.
- MAGNABOSCO, Molise de Bem; SOUZA, Leonardo Lemos de. Aproximações possíveis entre os estudos da deficiência e as teorias feministas e de gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 2, e56147, 2019.
- MANGUENEAU, Dominique. A propósito do ethos. *In*: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (org.). **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 11-29.
- MARCO, Luciano Amaral Oliveira; CARVALHO, Antonio Batista. Fairclough. *In*: OLIVEIRA, Luciano Amaral (org.). **Estudos do discurso: perspectivas teóricas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013. p. 281-336.
- MARTINS, Bruno Sena. Deficiência, política e direitos sociais. **JURIS**, Rio Grande, v. 26, p. 169-187, 2016.
- MCRUER, Robert. Aleijando as políticas queer, ou os perigos do neoliberalismo. **Educação em Análise**, Londrina, v. 6, n. 1, p. 105-119, 2021.
- MELO, Iran Ferreira de. Análise do Discurso E Análise Crítica do Discurso: desdobramentos e intersecções. **Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura**, [s. l.], ano 5, n. 11, 2009.
- MELO, Iran Ferreira de. Linguística queer: que tiro é esse, viado?. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DESFAZENDO GÊNERO, 4., 2020, Recife. **Anais [...]**. Recife: Realize, 2020.
- OLIVEIRA, Anahy Samara Zamblano de. **Análise textual das representações discursivas no discurso político brasileiro: o discurso da primeira posse da presidenta Dilma Rousseff (1º/01/2011)**. 2014. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.
- OLIVEIRA, Luciano Amaral (org.). **Estudos do discurso: perspectivas teóricas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.
- OMOTE, Sadao. Reconhecimento de estereótipos a respeito de pessoas deficientes. *In* OMOTE, Sadao; **Construção social da deficiência: algumas evidências empíricas**. V. 2. São Carlos: EDESP-UFSCar, 2021. p. 63-73.
- PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da Análise Automática do Discurso. *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Unicamp, 1990. p. 163-252.
- PORTO, Tiago da Silva. A incômoda performatividade dos corpos abjetos. **IDE**, São Paulo, v. 39, n. 62, p. 157-166, 2016.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane Cristina Vieira Sebba. Análise de discurso crítica, do modelo tridimensional à articulação entre práticas: implicações teórico-metodológicas. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 5, n. 1, p. 185-207, 2004.

RODRIGUES, Hilana. **#MercadizarExplica: A diferença entre acessibilidade e inclusão PCD**. 2022. Disponível em: <<https://mercadizar.com/sociedade/mercadizarexplica-a-diferenca-entre-acessibilidade-e-inclusao-pcd/#:~:text=Enquanto%20a%20acessibilidade%20trabalha%20ferramentas,as%20diferen%C3%A7as%20de%20cada%20pessoa.>>. Acesso em: 02 set 2024.

SANDAHL, Carrie. Queering the crip or crippling the queer?. **GLQ**, Durham, v. 9, n. 1-2, p. 25-52, 2003.

SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (SNDPD). História do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil. [S. l.: s. n.], 30 mar. 2017. 1 vídeo (64 min). Publicado pelo canal arquivo ugvieira. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yv1dnuGgn2k&t=9s>. Acesso em: 12 jun. 2024.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Nada sobre nós, sem nós**: Da integração à inclusão – Parte 2. Revista Nacional de Reabilitação, ano X, n. 58, set./out. 2007, p.20-30.

SIQUEIRA, Ranyella da; CARDOSO, Hélio. O conceito de estigma como processo social: uma aproximação teórica a partir da literatura norte-americana. **Imagonautas**, Cali, v. 2, n. 1, p. 92-113, 2011.

SOEIRO, Ítalo. Responsividade. In: PEREIRA, Sônia Martins; RODRIGUES, Siane Gois Cavalcanti (org.). **Diálogos em verbetes**. São Carlos: Pedro & João editores, 2022, p. 157-160.

SAMPAIO, Bernardo. Post em rede social. Disponível em: <https://x.com/bernard_sampaio/status/1710160170590818605>. Acesso em: 04 ago 24.

SOUZA, Eloisio Moulin de. **...Mas afinal o que é Teoria queer?** Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/11727/11727_3.PDF>. Acesso em: 02 set 2024.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. Um ocidente não-ocidentalista?: a filosofia à venda, a douda ignorância e a aposta de Pascal. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 445-486.

SOUZA, Alberto Carneiro Barbosa de. **“Se ele é artilheiro, eu também quero sair do banco”**: um estudo sobre a coparentalidade homossexual. 2008. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2008.

UNION OF THE PHYSICALLY IMPAIRED AGAINST SEGREGATION (UPIAS). **Fundamental principles of disability**. London: UPIAS, 1976.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso e contexto**: uma abordagem sociocognitiva. São Paulo: Contexto, 2020.

VERA O., Marcela. Robert McRuer mezcla los estudios queer con los de discapacidad, y se atreve a pensar en que otro mundo es posible... *In*: FAPT DIVERS. [S. l.], 2008. Disponível em: <http://faptdivers.blogspot.com/2008/02/teora-crip.html>. Acesso em: 25 nov. 2022.

WODAK, Ruth. Do que trata a ACD: um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 4, p. 223-143, 2004.